

*RIBEIRA GRANDE: um lugar de memórias. Análise da
Gestão do Patrimônio Cultural em Cabo Verde*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

Curso de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território

Dissertação de Mestrado

Iolanda da Silva Santos

**RIBEIRA GRANDE: um lugar de memórias. Análise da Gestão do patrimônio
cultural em Cabo Verde.**

Santo André

2014

Curso de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território

Dissertação de Mestrado

Iolanda da Silva Santos

RIBEIRA GRANDE: um lugar de memórias. Análise da Gestão do patrimônio cultural em Cabo Verde

Trabalho apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Planejamento e Gestão do Território,
sob orientação do Professor Doutor
Sílvia Helena Passarelli.

Santo André

2014

Este exemplar foi revisado e alterado em relação à versão original, de acordo com as observações levantadas pela banca no dia da defesa, sob responsabilidade única do autor e com a anuência de seu orientador.

Santo André, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do autor: _____

Assinatura do orientador: _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território
Rua Abolição, s/nº - Vila São Pedro - Santo André - SP
CEP 09210-180 - Fone: (11) 4996-0017
pospgt@ufabc.edu.br

FOLHA DE ASSINATURAS

Assinaturas dos membros da Banca Examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Iolanda da Silva Santos, realizada em 27 de novembro de 2014:

Prof.(a) Dr.(a) **Silvia Helena Facciolla Passarelli** (UFABC) – Presidente

Prof.(a) Dr.(a) **Maria de Lourdes Pereira Fonseca** (UFABC) – Membro Titular

Prof.(a) Dr.(a) **Letizia Vitale** (FMU) – Membro Titular

Prof.(a) Dr.(a) **Ricardo de Sousa Moretti** (UFABC) – Membro Suplente

Prof.(a) Dr.(a) **Marly Rodrigues** (FAAP) – Membro Suplente



Universidade Federal do ABC

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe “in memória” e à minha família pelo carinho, compreensão, paciência e contribuição.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Simplício Miguel Santos, que sempre apoiou as minhas escolhas pessoais e profissionais a quem devo muito do que sou.

A minha família, pelo incentivo e compreensão nas horas de angústias vividas e pelo tempo roubado da convivência familiar.

A minha orientadora Silvia Helena Passarelli pela oportunidade e colaboração para a realização da pesquisa.

Às professoras, membros da banca de examinadora Dra. Maria de Lourdes Fonseca e Dra. Letizia Vitale, pela contribuição e finalização deste trabalho.

À UFABC, pelo auxílio financeiro durante o período da pesquisa.

Ao Historiador e Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde António Correia e Silva, ao Historiador Daniel Pereira, a Martinho Brito do IIPC, Charles e à Zelinda Cohen, pelas informações e contribuição de materiais de grande importância para a realização desta dissertação.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Nacional e Instituto de Investigação do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, pelo apoio concedido através de bibliografias e iconografias da Ribeira Grande.

Aos professores e funcionários do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do ABC, pela disponibilidade e auxílio.

Aos colegas do Curso, Planejamento e Gestão do Território, pelo apoio prestado.

Ao meu primo Paulino Dias, pelo acolhimento em Cabo Verde e auxílio na pesquisa.

À Dona Rosalinda e ao Francisco da Cidade Velha, pelos esclarecimentos prestados e pelos seus conhecimentos sobre a história da Cidade Velha.

À população da Cidade Velha, pelo acolhimento carinhoso e a convivência que nos dispensaram durante todo o momento da pesquisa no local.

A todos os que de uma forma ou de outra, gostaria que se sentissem incluídos nesta lista, mesmo não sendo mencionados, por terem dado o seu contributo na realização deste trabalho.

Se teus projetos forem para um ano, semeia o grão.

Se forem para dez anos, planta uma árvore.

Se forem para cem anos, instrui o povo.

Semeando o grão, colherás uma vez.

Plantando uma árvore, colherás dez vezes.

Instruindo o povo, colherás cem vezes.

KNAN-TZU, 600 A.C.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a gestão do Patrimônio Mundial da Cidade Velha, situada na Ilha de Santiago - Cabo Verde e investigou a importância que o valioso patrimônio cultural tem para o país e memória dos seus cidadãos. Para tanto, foi feito o registro das intenções, contradições e desafios do atual plano de gestão que contempla a visão conjunta entre o Estado e a população local. Desta forma, busca contribuir com o processo de gestão do patrimônio que tem conduzido o desenvolvimento econômico e fornecer elementos que proporcionam o entendimento do modelo de gestão praticado na cidade e suas implicações na realidade dos seus espaços públicos e privados.

Palavras chave: Patrimônio Cultural. Gestão do Patrimônio. UNESCO

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the management of the World Heritage Old Town, located on Santiago Island - Cape Verde and investigated the importance of the valuable cultural heritage has for the country and memory of its citizens. Therefore, the registry of intentions, contradictions and challenges of the current management plan which includes the joint vision between the State and the local population was made. In this way, seeks to contribute to the heritage management process that has led economic development and provide elements that provide an understanding of the management model practiced in the city and its implications in the reality of their public and private spaces.

Keywords: Cultural Heritage. Heritage Management. UNESCO

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Imagem da capa - Ruínas da Catedral Sé	01
Figura 2. Mapa da Rota Marítima, 1563.....	24
Figura 3. Mapa do Arquipélago de Cabo Verde e parte do Continente Africano	25
Figura 4. Mapa da Ilha de Santiago	26
Figura 5. Planta da Cidade Velha. António Carlos Andréa, 1778	30
Figura 6. Imagem Satélite da Cidade Velha	32
Figura 7. Localização dos Bairros da Cidade Velha	34
Figura 8. Localização do antigo porto	35
Figura 9. Largo do Pelourinho.....	36
Figura 10. Ruínas da Catedral Sé na década de 1960.....	40
Figura 11. Mulher lavando roupas.....	42
Figura 12. Mulher com o filho nas costas.....	42
Figura 13. Homem cozinhando no passeio público.....	42
Figura 14. Mulher vendendo doces.....	42
Figura 15. Vista da Cidade Velha. Gravura holandesa de 1635.....	45
Figura 16. Vista Parcial da Cidade Velha.....	47
Figura 17. Fortaleza de S. Felipe	48
Figura 18. Igreja de S. Francisco	49
Figura 19. Igreja Nossa Senhora do Rosário	49
Figura 20. Ruínas da Igreja da Misericórdia	50
Figura 21. Ruínas da Catedral Sé.....	50
Figura 22. Pelourinho.....	50
Figura 23. Casas da Cidade Velha	52

Figura 24. Fortaleza de S. Felipe	53
Figura 25. Fluxograma do Patrimônio Mundial	66
Figura 26. Distribuição do patrimônio cultural	69
Figura 27. Distribuição do patrimônio natural	69
Figura 28. Distribuição do patrimônio misto	70
Figura 29. Distribuição do patrimônio em perigo	70
Figura 30. Conjunto de casas da Rua Banana	72
Figura 31. Estudo do arq. Álvaro Siza para a reconstrução da Sé Catedral	76
Figura 32. Proposta de intervenção nas casas do Bairro S. Sebastião	77
Figura 33. Cenas do cotidiano na Cidade Velha	81
Figura 34. Zoneamento do centro histórico	91
Figura 35. Localização dos bens patrimoniais da Cidade Velha	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estimativa populacional da Cidade Velha.....	28
Tabela 2. Êxodo urbano da Cidade Velha.....	41
Tabela 3. Dimensão do sítio histórico e número de habitantes	43
Tabela 4. Situação dos bens patrimoniais.....	71
Tabela 5. Lista das 7 Maravilhas do Mundo português	84
Tabela 6. Bens patrimoniais inventariados na Cidade Velha.....	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
Capítulo 1. BREVE HISTÓRIA DE CABO VERDE	26
1.1. Composição geográfica e histórica de Cabo Verde.....	26
1.2. Cidade Velha: formação e desenvolvimento	30
1.3. O declínio da cidade	38
1.4. Do abandono à reconstrução	42
1.5. Paisagem urbana e a arquitetura	46
Capítulo 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO	57
2.1. A noção do patrimônio cultural	57
2.2. A UNESCO e as Cartas Patrimoniais.....	61
2.3. Lista do Patrimônio Mundial	70
Capítulo 3. A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM CABO VERDE	77
3.1. A institucionalização das leis do patrimônio em Cabo Verde.....	77
3.2. Proteção legal na Cidade Velha	79
Capítulo 4. A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM CABO VERDE	87
4.1. A Gestão da Cidade Velha no Município da Ribeira Grande de Santiago	87
4.2. Plano Diretor Municipal da Ribeira Grande de Santiago	93
4.3. Os conflitos entre o poder público, iniciativas privadas e sociedade civil.....	98
4.4. Os novos usos do território através do turismo	106
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
6. REFERÊNCIAS	115

1. INTRODUÇÃO

A Cidade Velha, situada na Ilha de Santiago - República de Cabo Verde, onde se constituiu um exemplo urbano tipicamente português, adaptado ao relevo das montanhas, construído e administrado por donatários na segunda metade do século XV; originou-se a partir da expansão marítima portuguesa e das trocas comerciais realizadas no Oceano Atlântico, tornando-se o principal entreposto de escravos.

A natureza privilegiada, o porto natural e o relevo permitiram, nos séculos XV e XVI, transformá-la num dos portos de referência e de passagem obrigatório para todos os navios que cruzavam o Oceano Atlântico. Nela, encontram-se ainda vestígios da mais antiga cidade construída na África pelos portugueses, o que marca profundamente o cruzamento entre culturas durante o período auge da época dos descobrimentos e do tráfico de escravos. Apesar do longo período de abandono e de esquecimento pelo qual a cidade passou, atualmente nota-se um interesse crescente por parte do Governo de Cabo Verde em resgatar a história da cidade. As ações de preservação e revitalização do patrimônio construído realçam esta atitude e, naturalmente, contribuem para o seu reconhecimento internacional pela importância do seu passado.

Considerado essencial colaborador para a compreensão do desenvolvimento do país, durante e após o período colonial português, o núcleo urbano da Cidade Velha é um dos mais importantes conjuntos arquitetónicos e urbanísticos coloniais preservados no Arquipélago de Cabo Verde. Além de ter sido a primeira cidade e capital, instalada a partir de 1462, durante a expansão marítima europeia, liderada entre os séculos XV, XVI e XVII por Portugal e Espanha, abrigou também a primeira sede do Bispado da costa ocidental africana.

Devido a sua posição estratégica, se transformou num ponto chave nas rotas entre Europa, África e América, assim como Ásia através da Rota do Cabo. A cidade que nasceu e desenvolveu-se por conta do tráfico negreiro e conserva, até hoje, muito das suas características originais, o que nos permite entender o processo de preservação cultural desta cidade que foi e, ainda é, a expressão legítima da cultura cabo-verdiana. Em virtude de seu valor arquitetónico e urbanístico, em 2009, foi declarada Patrimônio Mundial pela UNESCO¹.

Desde a sua elevação à Patrimônio Mundial, foi necessário criar planos estratégicos para gerir o patrimônio cultural da cidade. Dentre estes planos, elaborados na década de 1990 como o objetivo de a reabilitação e preservação do patrimônio, destaca-se o Plano de

¹ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Gestão 2008-2012, a única ferramenta que aborda de maneira mais complexa o diagnóstico e as diretrizes de gestão do sítio histórico.

A metodologia para resgatar e gerir a Cidade Velha baseou-se nos objetivos e propósitos das Cartas e Recomendações Internacionais (UNESCO), as quais especificam as estratégias e trajetórias para conseguir resgatar o sítio histórico e conservar o patrimônio cultural. Com esse intuito foi realizado um diagnóstico para levantar os problemas da cidade e criar um plano com a finalidade de analisar fatores internos e externos relacionados ao uso do solo, proteção e gestão do patrimônio.

A presente dissertação tem como objetivo analisar a Gestão do Patrimônio na Cidade Velha. Seu propósito é avaliar a trajetória do processo de implantação do plano de preservação, buscando refletir sobre os aspectos socioespaciais e o modelo de gerenciamento do patrimônio que tem conduzido às intervenções em seu espaço.

O Plano de Gestão do Patrimônio é um instrumento fundamental para gerir os bens patrimoniais. Hoje, o patrimônio cultural cabo verdiano é um fator de desenvolvimento educativo, social e econômico para o país e requer ser inventariado, investigado, protegido e difundido. As autoridades federais, municipais e a sociedade civil têm trabalhado em conjunto para estabelecer metas e ações relacionadas com a conservação e proteção do patrimônio além do uso sustentável. O Plano de Gestão 2008-2012 se propõem a orientar os aspectos ligados à investigação, conservação e divulgação assim como fornecer informações para fortalecer o desenvolvimento de políticas públicas de proteção patrimonial em Cabo Verde. Colocar em prática o plano de gestão facilita a tomada de decisão, orienta o desenvolvimento de ações e garante a participação efetiva da sociedade (Plano de Gestão 2008-2012).

Busca-se elementos que contribuam para o entendimento do modelo de gestão praticado na cidade e sua implicação na realidade dos seus espaços públicos e privados. Nesse sentido, define-se como área de estudo a Cidade da Ribeira Grande de Santiago, denominada nesta dissertação como “Cidade Velha”, forma como é identificada pela população de Cabo Verde. A pesquisa se concentra no processo de preservação do patrimônio cultural, destacando-se o período em que este se inicia, em 1960, ano da primeira intervenção patrimonial, quando Cabo Verde ainda era colônia de Portugal; e estendendo-se até a presente data.

O interesse por temas referentes ao Arquipélago de Cabo Verde está ligado à minha condição de cidadã com dupla cidadania. Os primeiros contatos com Cabo Verde ocorreram ainda na minha infância, através da música, fotografias e postais enviados por parentes e

amigos da família que residem no arquipélago. Os constantes contatos com Cabo Verde através de iconografia, cartografia, ou mesmo “in loco” me motivaram a entender a dinâmica do desenvolvimento urbano da cidade construída pelos portugueses e também contribuir para a gestão do patrimônio cultural tanto em Cabo Verde como em outros patrimônios mundiais.

Cabe ressaltar que a pesquisa que se apresenta está amparada na busca do entendimento das questões aqui colocadas, tendo a perspectiva de contribuir na compreensão da realidade da Cidade Velha e do processo de gestão do patrimônio que tem conduzido o seu desenvolvimento urbano.

Esclarecemos que nosso interesse, no momento, diz respeito apenas à Cidade Velha. Assim a expectativa é que esta dissertação contribua para o entendimento do modelo de gestão praticado na cidade e suas implicações.

Busca-se compreender os conflitos existentes na gestão do patrimônio cultural da Cidade Velha e encontrar novos instrumentos, baseados nas diretrizes dos organismos internacionais voltadas para a preservação e gestão do território, a fim de entender e contribuir com a gestão local.

Nos últimos anos aumentou a discussão sobre a gestão do patrimônio cultural em Cabo Verde. A preocupação em gerir o patrimônio está vinculada aos interesses do governo cabo-verdiano e da sociedade local que buscam resgatar os valores históricos e criar uma identidade própria. Desse modo, o Governo de Cabo Verde, auxiliados por técnicos especializados e organismos internacionais, teve, e ainda tem, a responsabilidade de identificar, documentar, proteger e promover o patrimônio cultural mais emblemático do país. A cidade, hoje, apresenta-se como referência internacional por ter sido consagrada como patrimônio mundial. Mas o que representa esse patrimônio para a comunidade local e internacional? Como se dá a gestão do sítio histórico e quais são as diretrizes do plano de gestão 2008-2012 implantado na Cidade Velha?

A dissertação procurou respostas para estas perguntas, tendo em vista a importância do plano de gestão, ainda em vigor, para a preservação e valorização do patrimônio cultural cabo verdiano. Neste contexto, a investigação se estrutura em quatro capítulos.

O primeiro capítulo corresponde à contextualização histórica e geográfica de Cabo Verde e da Cidade Velha, além de caracterizar de forma sucinta a arquitetura e o urbanismo da cidade.

No segundo capítulo será abordado o conceito de patrimônio, desde a implantação de monumentos como forma de registrar os momentos marcantes da história e da construção de uma identidade nacional, na Europa, até a institucionalização do patrimônio mundial. Neste capítulo serão apresentadas as diretrizes dos organismos internacionais, dentre eles podemos destacar: a UNESCO, ICOMOS, etc., além das Cartas e Recomendações Patrimoniais que apresentam diretrizes de preservação que darão suporte para a pesquisa.

O capítulo seguinte compreende o marco jurídico do patrimônio cultural em Cabo Verde, principalmente da Cidade Velha, que inclui desde o patrimônio material até o imaterial e natural.

Já o último capítulo aborda a gestão do patrimônio cultural e faz a análise do plano de gestão implantado no sítio histórico durante os cinco anos de classificação da Cidade Velha como Patrimônio Mundial e o uso do deste patrimônio através do turismo. Para finalizar o trabalho, apresentaremos as considerações finais e bibliografias.

2. PROBLEMA

O Estado, principal gestor do espaço urbano, oferece condições para o desenvolvimento local e envolve a população no processo de preservação do patrimônio mundial? E, como os organismos nacionais e internacionais influenciam no planejamento e na gestão da Cidade Velha?

3. HIPÓTESE

A preservação do patrimônio na Cidade Velha e a contribuição dos organismos nacionais e internacionais não possibilitam uma maior abrangência em sua esfera de atuação no envolvimento da população local, dificultando a gestão, a valorização do patrimônio e a conexão com a sociedade.

4. OBJETIVOS

4.1. Gerais:

Analisar o plano de gestão do patrimônio na Cidade Velha, Ilha de Santiago - Cabo Verde e aferir o atendimento com as diretrizes de preservação determinadas no processo de reconhecimento da Cidade Velha como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO.

Investigar a participação social.

4.2. Objetivos específicos:

- Investigar as iniciativas de preservação do sítio e a gestão do património cultural tanto na Cidade Velha como no Arquipélago de Cabo Verde.
- Analisar as propostas de preservação da UNESCO em relação às formas de atuação desse organismo internacional e a gestão local.
- Analisar o plano de preservação e as intervenções arquitetônicas e urbanísticas realizadas no sítio.

5. MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia de trabalho envolveu pesquisa bibliográfica sobre o tema abordado, levantamento e sistematização de informações obtidas através de pesquisa documental e bibliográfica contidas em periódicos, material iconográfico, entrevistas, reportagens, Plano de Gestão 2008-2012 da Cidade Velha, livros e publicações de autores envolvidos com assuntos referentes à gestão e preservação do património. A pesquisa reuniu diversos materiais teóricos que deram subsídios à investigação. As informações foram estruturadas segundo os objetivos específicos da pesquisa: análise da formação espacial, iniciativas de preservação do sítio e gestão do património cultural. A pesquisa bibliográfica abrangeu obras que tratam de modelos de núcleos, vilas e sítios coloniais tombados pelo Património Mundial - UNESCO, tanto no aspecto físico como social. Além disso, abordou as soluções originais destes núcleos e as questões referentes à preservação do património cultural.

Estavam previstos, também, obtenção de depoimentos moradores do núcleo e autoridades locais. No entanto, ao longo da investigação, encontramos dificuldades para obter informações dos atores envolvidos, principalmente em relação à aplicação de questionário e entrevistas que daria sustentação empírica ao trabalho, mas nos apoiamos em entrevistas de jornais, televisão local e um documentário intitulado “O arquitecto e a Cidade Velha”. Constatamos que grande parte de fontes primárias e secundárias estão dispersas, isso dificulta encontrar informações sobre o assunto.

6. FORMAS DE ANÁLISE DO RESULTADO

A análise dos dados e informações da primeira cidade que se formou na Ilha de Santiago - Cabo Verde foi feita baseada nos aspectos espaciais, sociais, económicos e

políticos e procurou entender sua trajetória desde o início das suas atividades, na segunda metade do século XV, até a conservação do patrimônio na atualidade. Procuramos avaliar a dimensão desta cidade com base nas informações obtidas. Tais dados deram subsídios para o conhecimento da preservação da Cidade Velha e a gestão do patrimônio tangível e intangível, propiciando o entendimento da dimensão atingida por este sítio e sua importância para o local e para a humanidade.

Com o conhecimento e entendimento das iniciativas de preservação no sentido de transformar a cidade em patrimônio mundial, buscamos entender a trajetória e lógica da gestão do patrimônio através do Plano de Gestão 2008-2012, elaborado durante a proposta de candidatura da Cidade Velha à Lista do Patrimônio Mundial, inserida no documento de orientação que permite conciliar a preservação do patrimônio à melhoria das condições de vida da população.

O plano ultrapassa a simples preservação dos valores arquitetônicos e urbanísticos da cidade, uma vez que leva em consideração as realidades sociais, culturais e naturais, fazendo com que a preservação do sítio beneficie de forma positiva a população. Através desta análise, foi possível observar os resultados das transformações econômicas, sociais e culturais, ocorridas ao longo do período proposto para estudo.

A partir do referido sítio histórico, como contribuinte para o conhecimento das cidades coloniais implantados no período de colonização portuguesa em Cabo Verde, suas razões, aplicações e técnicas, procuramos analisar a importância da preservação do patrimônio cultural observando a maneira que as iniciativas do Estado e da UNESCO estão fazendo para a efetiva preservação da Cidade Velha.

CAPÍTULO 1

BREVE HISTÓRIA DE CABO VERDE



Figura 2. Mapa da rota marítima. Lázaro Luis, 1563.

Fonte: Dossiê de Candidatura - Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial (2008)

1. BREVE HISTÓRIA DE CABO VERDE

1.1. Composição geográfica e histórica de Cabo Verde

Cabo Verde é um país “pequeno, insular e periférico” (CORREIA, 2004, p, 21). Compreende um dos cinco arquipélagos que formam a região da Macaronésia² no Oceano Atlântico. Composto por dez ilhas e cinco ilhéus, o arquipélago divide-se em dois grupos: as ilhas do Barlavento (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Boa Vista e os ilhéus Raso e Branco) e as ilhas do Sotavento (Maio, Santiago, Fogo, Brava além dos ilhéus Grande, Luis Carneiro e Cima). Este arquipélago está distribuído em uma superfície de 4.033 Km², num espaço marítimo de 600.000 km², e situa-se a 455 km da costa ocidental da África.



Figura 3. Mapa do Arquipélago de Cabo Verde e parte do Continente Africano.

Fonte: Turim (2009)

² Macaronésia é o nome dado ao grupo de ilhas localizadas no Oceano Atlântico, entre a Europa e a África. As ilhas de origem vulcânicas, compostas pelos Arquipélagos de Cabo Verde, Canárias, Madeira, Açores e Ilhas Selvagens, além de apresentar semelhanças geológicas e biológicas, possuem características próprias com especificidades únicas.

As ilhas, de origem vulcânica, são pequenas e montanhosas. O litoral é rochoso, algumas ilhas possuem recifes, bancos de areia e dumas. O clima é árido e semiárido e apresenta temperaturas médias anuais entre 21°C a 26°C. As chuvas são escassas, ocorrem entre os meses de Agosto a Outubro. Os vales são férteis e permitem a prática da agricultura, porém grande parte do território é deserto.

A maior ilha do arquipélago é a de Santiago, com 991 km² e uma população de 236.000 habitantes. A Cidade Velha, principal centro cultural de Cabo Verde, está localizada ao sul da ilha, no Município da Ribeira Grande de Santiago, cerca de doze quilômetros de distância da capital do país.



Figura 4. Mapa da Ilha de Santiago
Fonte: http://www.welt-atlas.de/karte_von_santiago_2-1040 (2014)

Os habitantes do Arquipélago de Cabo Verde são descendentes de escravos e europeus. Os mestiços constituem 68% da população, 30% são negros e 2% são brancos, parte deles portugueses. Conforme Tabela 1, a população do arquipélago está estimada em:

	POPULAÇÃO
Estimativa 2008	499.796
Censo 2010	491.875
População Urbana	303.979
População Rural	187.896
Densidade	124 hab/km ²

Tabela 1. Estimativa populacional da Cidade Velha
Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde -INE (2014)

A maior parte da sociedade cabo-verdiana não reside no arquipélago, pois optou por viver em outros países à procura de novas oportunidades. Esse fluxo emigratório é conhecido como diáspora (SILVA, 2004).

Em termos de economia, Cabo Verde depende de ajuda internacional e receitas enviadas pelos imigrantes cabo-verdianos. Apesar do extenso oceano, a pesca ainda é pouco explorada. A produção do sal e o turismo complementam a economia do país. Cerca de 70% dos alimentos presentes nas ilhas são importados.

Para contextualizar a história é preciso revelar fatos importantes da formação do arquipélago. Cabo Verde foi descoberto em 1460, e, dois anos após o seu descobrimento, iniciou-se o complexo processo de implantação do núcleo, na Ilha de Santiago.

Na época a cidade encontrava-se desabitada, sem a presença de seres humanos. De acordo com Santos (2007) o primeiro núcleo urbano implantado em Cabo Verde era composto por europeus e escravos africanos e, a mistura de etnias, deu origem ao homem e à cultura cabo-verdiana. Conforme aponta Carreira “com esse pequeno número de homens, começou a tarefa do povoamento das ilhas, para fazer delas sólido ponto de apoio da navegação e assegurar a continuidade das descobertas” (CARREIRA, 2000, p. 32).

Os portugueses optaram por implantar o primeiro núcleo urbano de Cabo Verde na Ilha de Santiago porque era a maior de todas e apresentava melhores condições para a prática da agricultura e também pelo fato de estar mais próxima da costa africana, enquanto que as outras ilhas estavam um pouco mais afastadas do continente. A ocupação das

demais ilhas ocorreu ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Apesar das outras ilhas serem povoadas mais tardiamente e em momentos distintos, “apresentavam peculiaridades quanto à forma de ocupação da terra e o mesmo papel histórico no âmbito do sistema colonial”. (HERNANDES, 1993, p.16-17).

O surgimento de Cabo Verde está intrinsecamente ligado à dinâmica comercial e a situação estratégica da ilha nas rotas marítimas praticadas pelos europeus daquele período. Sua ocupação marca a expansão marítima luso-espanhola que, logo no início da sua formação, assume uma função primordial no processo das descobertas enquanto ponto de escala das navegações marítimas durante as longas viagens de expansão no Oceano Atlântico. Devido a sua localização, desempenhou importante função como entreposto comercial de escravos e favoreceu o alargamento das navegações portuguesas em busca de novos continentes tão cobiçados pelos europeus na era das descobertas. O comércio de escravos da costa da Guiné era promissor e foi a razão da prosperidade da Cidade Velha e de toda a Ilha de Santiago.

Desta forma, o comércio de escravos, principal fonte de renda dos habitantes, assim como a localização contribuíram para que a Coroa portuguesa investisse na Vila da Ribeira Grande, que logo nos primeiros anos de vida, em 1533, foi elevada à categoria de cidade, confirmando-se como o mais importante centro urbano cabo-verdiano.

Foi na Cidade Velha que se desenvolveu toda a vida política, econômica e social da Ilha de Santiago. A cidade organizou-se na região portuária, prolongando-se para o interior da ribeira e foi se desenvolvendo por entre as montanhas.

De acordo com Pires (1999) o porto da cidade tornou-se o principal ponto de chegada e partida das embarcações marítimas portuguesas e espanholas que a história já registrou e permitiu a extensão em direção a outros continentes.

A Cidade Velha teve um período de transformação muito acelerado proporcionado pelo acúmulo de riqueza com o comércio de escravos. Cresceu, prosperou e durante alguns séculos, foi capital de Cabo Verde. Em meados do século XVI, foi considerada um núcleo urbano muito rico dado o seu papel de entreposto comercial. No entanto, com a concorrência de outras potências marítimas (França, Inglaterra e Holanda) no comércio de escravos, os problemas começaram a surgir. Os moradores da Ilha de Santiago perderam o monopólio do comércio na costa da Guiné e, com o declínio do tráfico de escravos, a população, sobretudo a elite, abandonou a cidade destinando-se principalmente para a Cidade da Praia, hoje capital do país.

1.2. Cidade Velha: formação e desenvolvimento

A Cidade Velha, localizada no Município da Ribeira Grande de Santiago, é uma antiga cidade portuária que compõe o principal sítio histórico de Cabo Verde. É um local de intenso turismo e tem uma posição importante na paisagem do país. A arquitetura e o urbanismo da cidade são testemunhos dos modos de vida do homem cabo-verdiano através do tempo e estão enraizados na memória coletiva do país. “Os séculos XV e XVI correspondem às primeiras experiências de urbanização fora do território continental e ao desenvolvimento dos primeiros traçados urbanos com influência renascentista” (TEIXEIRA, 1999, p. 24).

O arquipélago de Cabo Verde começou a ser ocupado a partir de 1462, em decorrência da expansão marítima portuguesa, desenvolvendo-se lentamente nos primeiros anos de existência. Após a intensificação do comércio de escravos, nas últimas décadas do século XV, a cidade teve um crescimento acelerado. A implantação e o desenvolvimento do núcleo urbano ocorreram juntamente com o tráfico negreiro e as trocas comerciais. Sua implantação ocorreu em momentos distintos que pode ser dividido em duas fases: a primeira compreende os anos de 1462 a 1491, correspondente ao descobrimento e a instituição das capitânias hereditárias; a segunda compreende os anos de 1492 a 1645 com a ampliação do espaço marítimo no Atlântico e, conseqüentemente, o aumento do comércio de escravos e bens de consumo na cidade, até a perda de entreposto comercial para o porto de Cacheu, na Guiné, e sua total decadência.

Conforme esclarece Carreira (2000), com a intensificação do tráfico negreiro, houve um aumento da população e do número de habitações, proporcionando a formação de novas ruas que, por sua vez, passaram a abrigar os principais edifícios administrativos e prestação de serviços. Pires (1999) relata que o traçado do núcleo inicial era orgânico, resultante das condições topográficas do terreno com características típicas das cidades coloniais de meados do século XVI. O autor ainda aponta que ocupação inicial se deu na região portuária e desenvolveu-se em direção à nascente da ribeira. As construções, nos limites das vias públicas e nas divisas laterais do lote, contribuíram para a caracterização do traçado urbano.

No mapa de 1778 (Figura 5), o autor procurou representar com muito cuidado, os edifícios existentes e a morfologia da cidade. Através deste mapa é possível observar a dimensão da Cidade Velha que já estava consolidada no século XVIII.

Após a ocupação total da região portuária e dos arredores da ribeira, a cidade expandiu-se para um nível mais elevado. Desta forma, conforme aponta Pires (2007) a cidade foi dividida em dois patamares dando origem à cidade baixa, cujas funções principais eram as atividades portuárias e comerciais, enquanto que na alta as atividades eram religiosas e defensivas. As duas partes eram interligadas por ruas íngremes e tortuosas que acompanhavam as curvas e os níveis do tecido urbano.

Para a fundação das primeiras vilas do século XV e início do XVI, acredita-se que muitos donatários não tinham normas específicas para a implantação. “Estes modelos de referência eram conhecidos empiricamente e, em cada local, adaptados livremente às condições existentes” (TEIXEIRA, 1999, p. 48). Ainda, segundo o autor, para a implantação dos núcleos urbanos de origem portuguesa foram adotados teorias e conceitos renascentistas, principalmente no continente, enquanto que nas ilhas utilizavam como referência os modelos de origem medieval.

Assim, o local escolhido para a implantação das vilas e cidades quinhentistas, na sua maioria, eram áreas protegidas e acidentadas o que contribuiu para a adaptação dos lotes ao relevo local. Manuel Teixeira esclarece que:

[...] estas implantações eram localizadas em pontos estratégicos da costa, cumprindo vários objetivos: bases para a proteção das rotas marítimas, portos abrigados para o aprovisionamento dos navios, feitorias comerciais ou núcleos de colonização territorial (TEIXEIRA, e VALLA, 1999, p. 47).

Os colonizadores, geralmente, escolhiam locais mais altos, com relevo acidentado para facilitar a defesa das cidades e proteger os navios ancorados no porto. Conforme aponta Pires (2007), o porto permitia a comunicação com o exterior e era a principal porta de entrada e saída dos núcleos. Nesse sentido, os locais escolhidos para implantação dos núcleos apresentavam características semelhantes, possuíam:

[...] amplas baías abrigadas viradas a sul, com ótimas condições de porto natural, sendo estas baías protegidas nos extremos por morros, promontórios ou ilhas que asseguravam a fácil defesa da entrada do porto e da cidade (TEIXEIRA e VALLA, 1999, p. 48).

Na Cidade Velha, os responsáveis pela implantação do sítio, desde o início, em 1462, trataram de estruturar os núcleos urbanos adaptando-os às condições do relevo. É provável que numa fase posterior, a ocupação territorial tenha contado como o apoio de técnicos, porém, não constam registros documentais que possam atestar esta hipótese. A pequena área disponível dificultou a expansão do núcleo, pois, a geografia local impunha limites de ocupação.



Figura 6. Imagem Satélite da Cidade Velha.
Fonte: Google (2014)

O núcleo urbano, desde o início da ocupação, acompanhou a geografia local. Conforme aponta Brásio, a Cidade Velha foi implantada entre “montes e rochedos tão altos que não tem outra vista senão o mar e contava ainda com duas ribeiras, boa enseada e um vale que servia de retaguarda para a população” (BRÁSIO, 1962, p.49).

Amaral esclarece: “No vale corria uma ribeira que alimentava um manto de vegetação; a pequena reentrância litoral da sua terminação oferecia um ancoradouro razoável e estes elementos atraíram os primeiros colonos” (AMARAL, 1964, p.175). Tanto a localização estratégica da Ilha de Santiago no Oceano Atlântico, próxima da costa africana, como a abundância de água e a proteção natural do porto fez com que o núcleo se tornasse o principal ponto de apoio para a expansão marítima portuguesa logo no início da colonização.

A Cidade Velha tem sua construção norteadas nas características urbanas das cidades atlânticas implantadas no século XV, desenvolvendo-se, até fins do século XVII, segundo as tradições urbanísticas de Portugal. Assim, a cidade mantém, até hoje, as características de sua formação colonial. Para tanto, a parte baixa tinha formato mais contínuo e curvo, caracterizado pelo terreno acidentado, na alta o terreno era mais plano proporcionando a regularidade do terreno. A configuração urbana se consolidou em um único núcleo urbano. No início do século XVII, a cidade possuía três bairros (Figura 7) conforme relatou um oficial da câmara:

Nesta Cidade de Santiago da Ilha de Cabo Verde há nela três bairros e duas ruas pelo meio deles, a saber, o de São Sebastião, o de São Brás, e o de São Pedro; as ruas são a de São Pedro até o porto onde surgem os navios, e a outra é a da rua da Carrera e a rua da Banana, onde a gente desta Cidade se acomodam medianamente. E os dois Padres da Companhia que nesta Cidade assistem há muitos anos têm no bairro de São Brás, casas em que vivem com uma ermida em que se acomodam largamente, sítio sobre o mar [...] (PEREIRA, 1988, p. 66.67).

Com a fundação do núcleo procurou-se aplicar uma política urbanizadora centralizada, pois assim seria mais fácil controlá-la. A falta de registros documentais não permite afirmar se nos primeiros anos a cidade contou com assistência técnica de engenheiros e mestres de obra. Tudo indica que a instalação do núcleo urbano foi realizada pelo esforço dos donatários e colonos com o estímulo da Coroa.

A Cidade Velha, construída a partir do porto, que era o principal centro de interesse dos primeiros habitantes, cresceu à margem direita da ribeira Maria Parda. De acordo com Pires (2007), o núcleo inicial desenvolveu-se a partir da zona portuária, localizada junto à baía, era formado pelo porto e um pequeno aglomerado denominado Largo do Pelourinho.

Os comerciantes - estante ou vizinho³ - viviam nessa área que mais tarde recebeu o nome de Figueira de Portugal⁴. Os estabelecimentos comerciais eram dispostos em pontos estratégicos, na entrada da baía e perto dos ancoradouros.

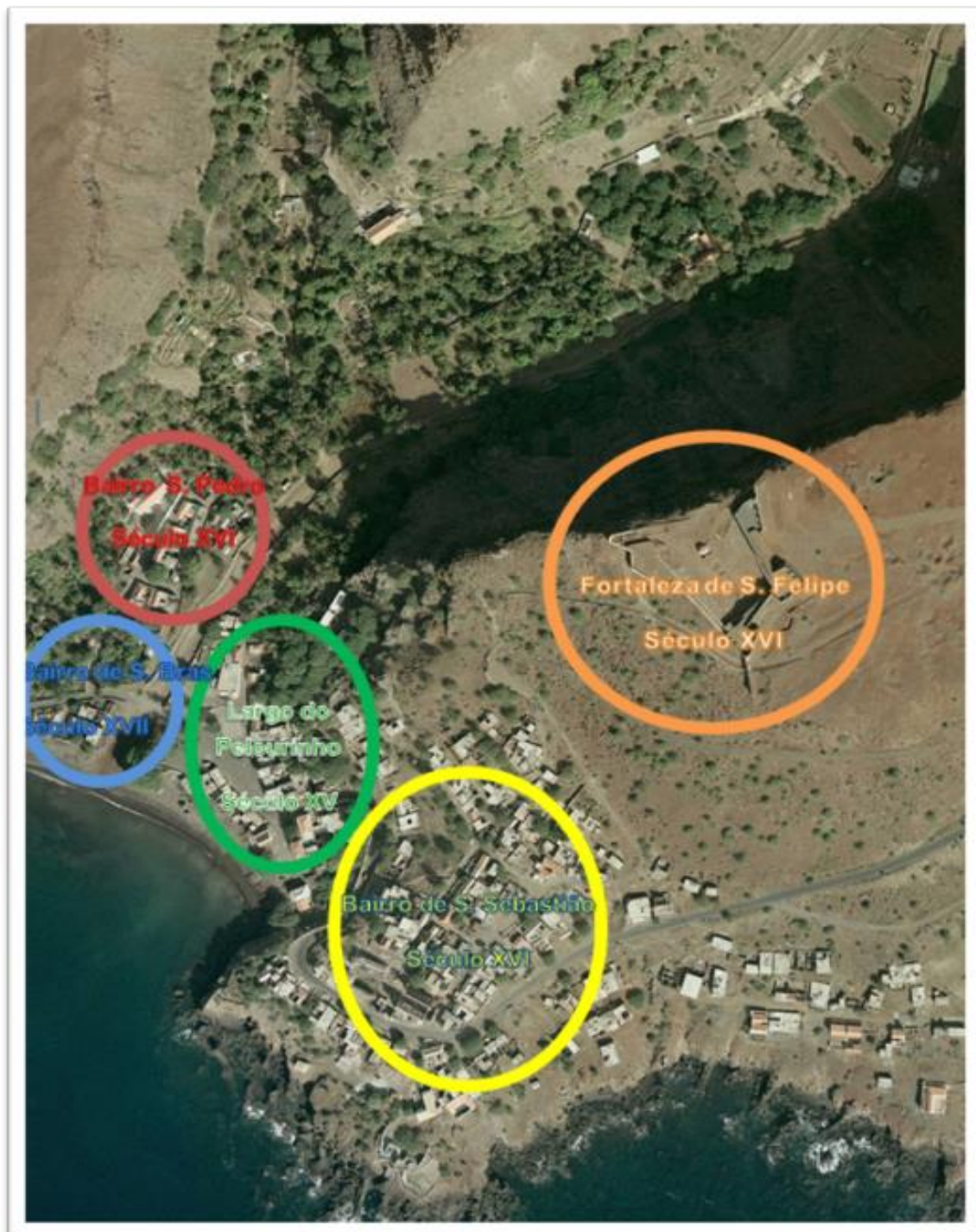


Figura 7. Localização dos Bairros da Cidade Velha.
Fonte: Google. Elaborado pela autora (2014)

³ “Vizinho” ou “estante” era o termo utilizado para todos os comerciantes que aí estabeleceram com as suas mulheres e aí adquiriram bens. Na contagem dos vizinhos não se incluíam nem escravos nem outros moradores que eventualmente estivessem de passagem ou não tivessem adquirido por algum motivo o estatuto de vizinho (CABRAL, 1995, p.236-237).

⁴ Para a autora Iva Cabral (1995), o nome Figueira de Portugal foi designado para o Largo do Pelourinho, mas o autor Fernando Pires defende que esse nome era denominado para o bairro de S. Pedro.

Devido à posição do arquipélago em relação aos outros continentes, o porto representou o abrigo e o apoio indispensáveis para muitos dos navios que se dirigiam para a costa africana (CABRAL, 1995). Através do porto, que era o único acesso para o pequeno aglomerado, os produtos eram exportados para os demais continentes. O porto, segundo Pires (2007), era um simples entreposto pelos quais passavam os navios e a própria tripulação à procura de produtos para venda ou troca e até mesmo para abastecimento.

A organização da vila girava em torno do porto e o comércio, que se fazia a partir dele, permitiu que a Cidade Velha lucrasse muito entre os anos de 1461 a 1497, favorecendo a prosperidade da cidade. “Embora os estrangeiros não pudessem comercializar na Guiné, nada os impedia de irem a Santiago fazê-lo, o que permitia à Ribeira Grande um movimento de navios e de gente e a arrecadação de verbas e mercadorias” (AMARAL, 1964, p. 175).



Figura 8. Localização do antigo porto da Cidade Velha.
Fonte: Instituto de Investigação do Patrimônio Cultural - IIPC (2009)

A vila era o principal centro econômico no Atlântico e, em 1520, contava com 22 padres nativos (PEREIRA, 1988). Somente em 1533, a Cidade Velha foi elevada à categoria de Cidade e tornou-se a Sede do Bispado. A partir da mudança de estatuto de vila para cidade, no ano seguinte, foi nomeado o primeiro corregedor da Ilha de Santiago a quem os moradores deviam obediência.

A formação urbanística da Cidade Velha pode ser dividida em duas etapas: implantação e consolidação; e, posteriormente, expansão e declínio. A primeira etapa, já apontada, correspondeu à implantação do núcleo, elaborada pelos colonos recém-chegados que deram início às primeiras construções residenciais e aos edifícios ligados às atividades comerciais e religiosas. Nesta etapa, o núcleo principal ocupava a margem direita da ribeira, com exceção à Igreja Nossa Senhora do Rosário, erigida na margem esquerda da ribeira.

Na etapa seguinte começaram a aparecer os primeiros quarteirões do núcleo. Concomitante à expansão do Largo do Pelourinho, o bairro de S. Pedro, à esquerda da ribeira, surgia, prolongando-se para o interior do vale. Mais tarde, os últimos terrenos disponíveis foram ocupados.

Com o passar do tempo, surge uma dispersão da ocupação territorial motivada pela expansão do primeiro núcleo. Assim, os missionários jesuítas deram início ao bairro de S. Brás situado também à margem esquerda da ribeira. O último bairro surgiu após a implantação da Sé Catedral, do Palácio Episcopal e da Fortaleza de S. Felipe e recebeu o nome de S. Sebastião. As partes baixas, e altas da cidade formavam um único núcleo urbano. A configuração da cidade era muito utilizada no continente e nas ilhas pelos portugueses preocupados com a defesa do seu patrimônio e, para tanto, todas as cidades coloniais eram abrigadas e protegidas pelo sistema de fortificação.

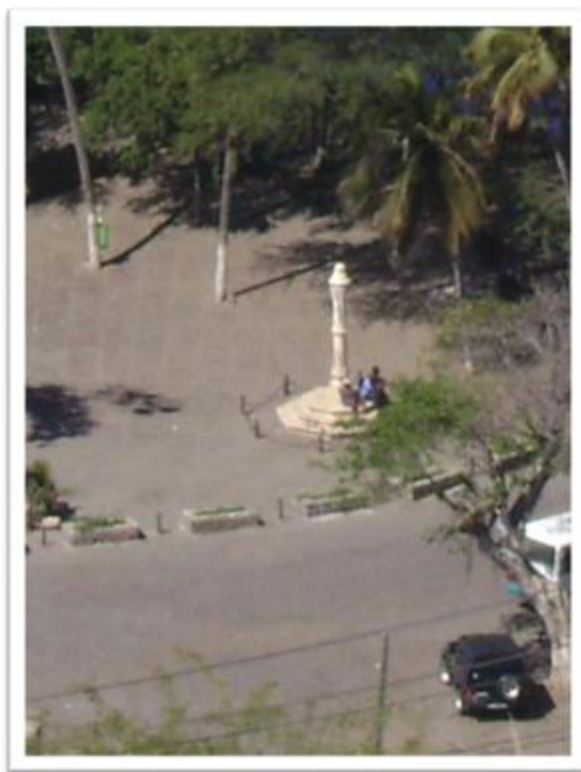


Figura 9. Largo do Pelourinho.
Fonte: da Autora (2009)

1.3. O declínio da cidade

O ciclo de prosperidade da Cidade Velha foi relativamente curto e a sua decadência processou-se em ritmo muito acelerado, principalmente, a partir do momento em que perdeu definitivamente a sua posição como entreposto comercial de escravos e também devido aos sucessivos ataques e saques dos corsários para se apoderarem da riqueza desse comércio.

A cidade nasceu num contexto muito especial que tem a ver mais com a sua posição estratégica, do que propriamente com as condições naturais de sobrevivência, como aconteceu nas outras ilhas atlânticas, que permitia a fixação sustentável dos que escolhesse nela habitar.

Para que os habitantes do reino se fixassem na Ilha de Santiago, a partir de 1462, foram criadas condições especiais declaradas na Carta Régia de 1466. Tais condições davam amplas liberdades para que os moradores pudessem se beneficiar e suportar as difíceis condições naturais do clima do arquipélago. Esses privilégios davam o direito de comercializar em toda a região da costa africana. “Só que este período de concessão foi de fato relativamente curto, porque a Carta Régia de 1472 limitava a liberdade e isenção concedidas seis anos antes.” (TORRÃO, 1996, p. 238). Assim, “este documento parece ter sido uma barreira à atividade comercial que se começara a efetuar e intensificar, desde 1466, entre Santiago e a costa da Guiné” (TORRÃO, 1996, p. 245).

Outro fator que também teria contribuído para a decadência da Cidade Velha foi a presença permanente de franceses, ingleses, holandeses que ignoravam o porto de Santiago e iam diretamente à costa resgatar os escravos e praticar o comércio de vários produtos. Esta situação começou a ditar o declínio da cidade.

Mesmo antes da perda do privilégio mercantil, a Cidade Velha esteve várias vezes em perigo, consequência do comércio ilegal e do aparecimento dos lançados⁵. Mais tarde, as sucessivas crises econômicas e a falta de alimentos contribuíram para agravar a situação da cidade. Conforme aponta Torrão:

A intromissão de outros agentes econômicos nos circuitos anteriormente dominados pelos comerciantes insulares preocupava os moradores de Santiago, especialmente no que respeitava aos carregamentos de escravos para as Índias de Castela. Nos Rios de Guiné os mareantes estrangeiros contavam com os serviços dos lançados. Estes intermediários constituíam uma ajuda indispensável para o bom funcionamento do resgate. Os conhecimentos que tinham do meio africano onde viviam permitiam-lhes facilmente receber as mercadorias trazidas da Europa, para as quais tinham

⁵“Lançados” ou “tangomaos” eram habitantes do Arquipélago de Cabo Verde que comercializavam escravos na Costa Ocidental africana à revelia da coroa.

mercado certo, fornecendo em troca os escravos ou outros produtos, como a cera, o marfim e âmbar (TORRÃO, 1996, s.p.).

Aos poucos os moradores da Cidade Velha perderam os privilégios comerciais que detinham na costa africana. O tráfico negreiro passou a ser feito a partir do porto de Cacheu e as ilhas de Cabo Verde cada vez mais caíam no esquecimento.

Os comerciantes da Cidade Velha se abalaram com a perda dos privilégios e aos poucos o movimento de pessoas na cidade diminuiu. Com isso, todo o tipo de transação que dava vida à cidade desapareceu. Durante quase três séculos, ter estatuto de morador ou de vizinho na Cidade Velha dava amplos benefícios no resgate e no comércio mercantilista. Contudo, com a perda desses privilégios o estatuto de morador deixava de ter importância para os portugueses.

A Cidade Velha foi um centro de negócios altamente lucrativo para muitos mercadores, enquanto que seu porto, de acordo com Pires (2007) foi ponto de apoio para vários navios que se dirigiam para a África e para o Novo Mundo. Porém, quando as rotas marítimas mudaram o seu trajeto, a cidade entrou gradativamente em declínio, o seu centro urbano mercantil e a sociedade foram aos poucos desaparecendo. Segundo Santos (2007), o declínio do comércio dos moradores de Cidade Velha com a costa africana, foi motivado pelos concorrentes europeus melhores abastecidos e por alguns mercadores do Reino.

Com o desaparecimento dos principais mercadores a sociedade foi reestruturada, “os mercadores e seus descendentes passaram a dedicar-se às suas fazendas localizadas no interior da ilha, tornando-se proprietários rurais do novo grupo dominante da sociedade cabo-verdiana” (SANTOS, 2007, p. 218). Assim, já em meados do século XVII, a Cidade Velha tinha apenas 51 vizinhos, comparados com os 500 do século XVI.

A decadência da Cidade Velha, para Santos (2007), foi provocada pelo declínio do resgate de escravos na costa africana, pela falta de impostos que eram pagos pelos navios que passavam pelo porto da cidade, pela falta de comerciantes que movimentavam a vida urbana e, principalmente, pela pirataria que cobiçava as riquezas geradas pelo comércio, proporcionando um clima de insegurança em toda a população, sem contar o abandono durante o governo felipino que fez a Cidade Velha perder definitivamente a posição de entreposto no comércio internacional de escravos.

Além das dificuldades econômicas, para Santos (2007), os constantes saques de corsários e a insalubridade local favoreceram o abandono da cidade, que deixou de funcionar como porto, comprometendo a navegação atlântica em direção aos outros continentes que Portugal e Espanha mantinham relações comerciais.

Para agravar ainda mais a situação, os moradores sofriam pressão para que a capital fosse transferida para a vila da Praia que, aparentemente, apresentava melhores condições de segurança e higiene. Observa-se que o estado de degradação que a Cidade Velha apresentava, somad à insegurança dos moradores, contribuíram para que muitas pessoas se transferissem para a Praia e outras para o interior da ilha com o propósito de explorar novas terras.

Em meados do século XVIII a crise da Cidade Velha era tão evidente que até o bispo abandonou a cidade.

A Ribeira Grande encontra-se praticamente abandonada e a maior parte das casas está arruinada, incluídas a câmara e a própria cadeia. As fortalezas encontravam-se desguarnecidas e a cidade sem capacidade para se defender. A decadência é cada vez maior, o processo de abandono da cidade é mais intenso e a miséria das populações é real e dramática. (PEREIRA, 1988, p. 75).

O êxodo urbano, segundo Santos (2007), foi uma tendência estrutural incontrollável, conforme aponta a tabela abaixo:

Ano	População	Variação
1582	6208	
1731	1733	-72%
1778	724	-58%

Tabela 2. Êxodo urbano da Cidade Velha.

Fonte: ANDRADE apud SANTOS ET. AL. (2007, p.302)

Em 14 de Agosto de 1652, foi decretada a transferência da Capital para a Vila da Praia, no entanto, somente em 13 de Dezembro de 1769, a Cidade Velha deixou de ser a capital do país (PEREIRA, 1988, p. 86).

Enquanto diminuía a população urbana da Cidade Velha, aumentava o número de habitantes no interior da ilha e na atual capital do país. Com a decadência da cidade, a Vila da Praia tornou-se a principal alternativa para um novo desenvolvimento urbano. A economia de Santiago, durante o século XVIII, ficou instável e, a partir desse período, o núcleo urbano entrou num processo de declínio, proporcionando não só a decadência dos moradores, mas também a degradação física da cidade. Assim findou o processo de decadência da Cidade da Cidade Velha que durou cerca de 100 anos.

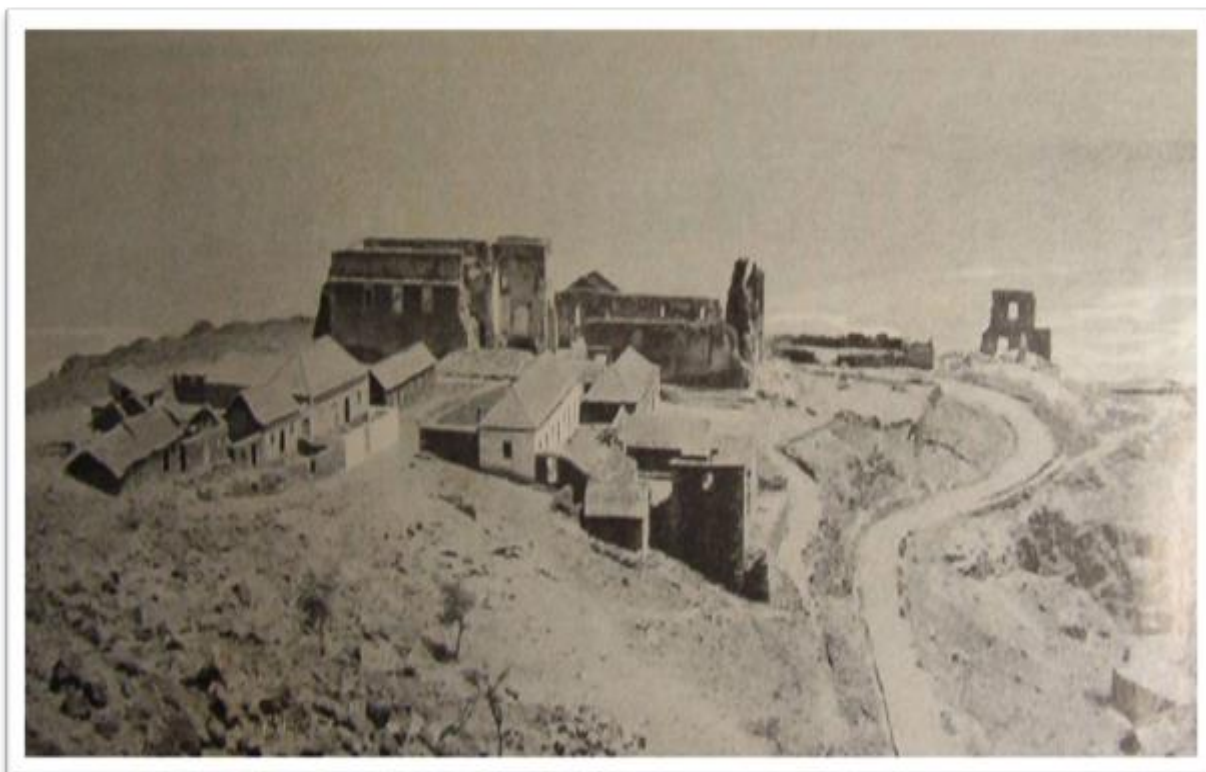


Figura 10. Ruínas da Catedral Sé na década de 1960.
Fonte: Acervo Histórico Nacional (2009)

Do local onde foram realizadas experiências na agricultura, mistura de raças e culturas, durante os primeiros séculos de existência, restou apenas o traçado urbano, alguns edifícios monumentais e muitas ruínas.

1.4. Do abandono à reconstrução

Após anos de abandono e deterioração que a Cidade Velha sofreu no decorrer do século XX, a cidade foi reconstruída sobre as ruínas da antiga cidade, a partir das fundações originais (Plano de Gestão 2008-2012, p.28). A cidade não é mais um entreposto comercial de escravos, nem uma plataforma de trocas muito menos um centro eclesiástico, entretanto a vida na cidade continua, e as manifestações culturais tais como: a dança, a música, os costumes, o modo de vida, ainda presentes desde os primórdios, testemunham a presença dos primeiros habitantes e culturas distintas introduzidas no arquipélago.

A paisagem é a mesma desde a época do descobrimento, a morfologia original permanece em perfeito estado. O tecido urbano está intacto bem como os monumentos que restaram não foram invadidos pelas construções contemporâneas.

No entanto, o rio que deu o nome à cidade desapareceu. A seca compromete os investimentos na agricultura. Embora a produção agrícola seja o principal meio de subsistência da cidade, alguns moradores buscam na pesca, no turismo e no comércio, meios para sobreviver.

Apesar das constantes secas, quando chove a Cidade Velha sofre com as inundações causadas por temporais. Cabe ressaltar que, em Cabo Verde, chove cerca de seis dias por ano, mesmo assim, ainda é um fator de risco para as edificações próximas à ribeira. Contudo, este problema está perto de acabar, pois já está sendo providenciada, segundo o Curador da Cidade Velha Jair Fernandes (2012), a construção de uma barragem que irá mitigar os impactos próximo ao leito da antiga ribeira que secou. Isso poderá atrapalhar o desenvolvimento socioeconômico vinculado às práticas agrícolas.

Ao observar a produção do espaço urbano na cidade é possível perceber que a arquitetura e o urbanismo marcaram e ainda marcam a paisagem local. Tais características são herança do modelo formal produzido em Portugal. Conforme tabela, o sítio possui:

Dimensão	Habitação
209 hectares	200

Tabela 3. Dimensão do sítio histórico e número de habitações.

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

E ainda conta com algumas igrejas, praça, pelourinho, casarios e ruínas de fortes, capelas e convento do período de colonização portuguesa.

O conjunto de casas que compõe o sítio histórico pertence à população local. De acordo com o Censo de 2010, a população da Cidade Velha corresponde à 1.214 habitantes, entre homens, mulheres e crianças. A maioria dos moradores, que vive na pequena e pacata Cidade Velha, é jovem. A principal fonte de renda é proveniente da agricultura, pesca, em alguns casos, do turismo e de remessas enviadas por parentes que vivem fora do país. Os jovens estudam e trabalham na capital, já, os mais velhos, se dedicam às tarefas domésticas. Muitos moradores utilizam o espaço público para realizar tarefas diárias, como lavar roupas, cozinhar e, até mesmo, tomar banho. Outros preferem ficar sentados na porta das suas casas à espera de uma oportunidade para conversar ou mesmo esperar o tempo passar. As figuras abaixo registram a rotina de alguns moradores da cidade.



Figura 11. Mulher lavando roupas
Fonte: da Autora (2009)



Figura 12. Mulher com o filho nas costas.
Fonte: da Autora (2009)

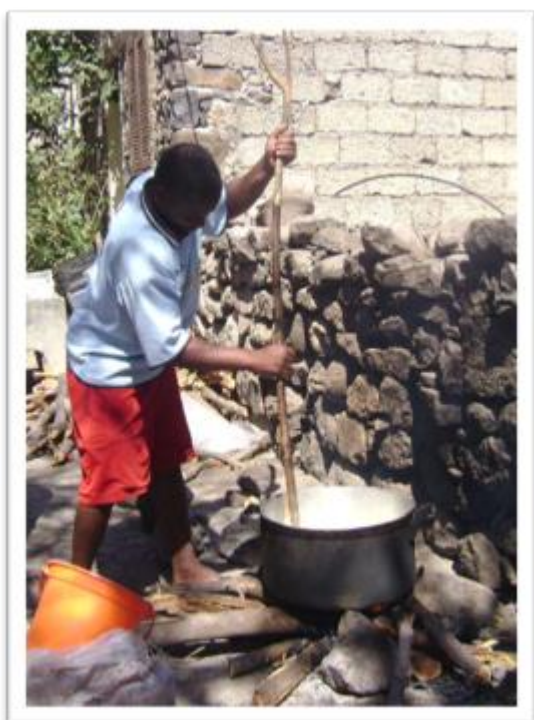


Figura 13. Homem cozinhando no passeio público
Fonte: da Autora (2009)



Figura 14. Mulher vendendo doces.
Fonte: da Autora (2009)

A instalação da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago - CMRGS⁶, ocorrida no ano de 2005, teve como princípio a elaboração de um plano urbanístico e estratégico com o propósito de oferecer o desenvolvimento sustentável, fiscalizar as obras públicas e particulares da cidade e a valorização cultural e natural do sítio histórico. Antes da implantação da CMRGS, no centro histórico da Cidade Velha, cabia à Câmara Municipal da Praia a manutenção e conservação do território.

Por ocasião das iniciativas de preservação do patrimônio nacional e, já pensando na apresentação de um dossiê da Cidade Velha para a UNESCO, com o propósito de ser reconhecida como patrimônio mundial, o Ministério da Cultura realizou o levantamento do sítio a partir de mapeamento, identificação e trabalhos arqueológicos. Cabe ressaltar que a investigação arqueológica ainda está sendo realizada no sítio a fim de descobrir novos vestígios do passado histórico e cultural da cidade.

Apesar de estar próxima da capital do país, a cidade está isolada, circundada por uma cadeia de montanhas e oceano, não houve alteração no traçado urbano nem crescimento enquanto espaço físico, muito menos empreendimentos imobiliários. É um dos mais importantes conjuntos arquitetônicos e urbanísticos coloniais preservados no arquipélago e conserva, até hoje, muito das características originais desta cidade que foi e ainda é, a expressão legítima da cultura cabo-verdiana.

Segundo Milton Santos (2012), o conceito de cultura está intimamente ligado às expressões da autenticidade, da integridade e da liberdade. Cultura é uma manifestação coletiva que reúne heranças do passado, modos de ser do presente e aspirações, isto é, o delineamento do futuro desejado. Os monumentos preservados, conforme aponta Lefebvre (2009), são parte de um imaginário social, que é parte de sistemas complexos como os mitos, as utopias, as religiões, através dos quais a sociedade constrói uma representação de si. Neste sentido, como forma de intensificar a preservação do patrimônio cultural, o Governo de Cabo Verde, em conjunto com organismos nacionais, internacionais e autoridades governamentais de outros países deu início ao processo de recuperação e conservação da Cidade Velha.

⁶ No ano de 2005 foi instalada a primeira Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago – CMRGS – que teve como diretriz a elaboração de um plano urbanístico e estratégico com o propósito de oferecer o desenvolvimento sustentável, fiscalizar as obras públicas e particulares da cidade e a valorização cultural e natural do sítio histórico. Até então a Cidade da Ribeira Grande de Santiago e o centro histórico da Cidade Velha, estava vinculada à Câmara Municipal da Praia

1.5. Paisagem urbana e a arquitetura

Ao que tudo indica, a paisagem urbana foi determinante para a escolha do local de implantação da Cidade Velha. O relevo das montanhas e a vegetação são os principais elementos de identificação da imagem da cidade. Ao se observar a Cidade Velha, a partir do mar, verifica-se que o relevo protege a cidade, apenas os edifícios mais significativos, que, foram implantados em pontos estratégicos, marcam presença na paisagem urbana.

Pires (2007, p. 163), esclarece que “ao contrário do que acontece no vale, em que a cidade é envolvida pelo verde das acácias, das palmeiras, e das mangueiras, no bairro de S. Sebastião não se vê verde, apenas verifica-se uma extensa aridez do solo e das rochas desgastadas pela erosão”.

As capelas e igrejas se destacam por estar localizadas em pontos isolados que, de certa forma, se destacam na paisagem urbana. A grande maioria dos edifícios foi destruída, enquanto que outros caíram em relativo abandono, restando apenas, ruínas que testemunham a sua existência.

A partir do antigo porto, localizado no Largo do Pelourinho, a vista da cidade fica mais perceptível. Ao lado esquerdo da ribeira, mais precisamente no bairro de S. Brás, nota-se as marcas das construções erigidas pelos jesuítas e as ruínas do Forte de S. Lourenço cercado por uma muralha que desce a encosta até chegar no mar. Seguindo em direção ao interior do vale, nas ruas, a escala urbana é diferenciada pelas residências com testada estreita e com um único piso. As dimensões das ruas são proporcionais em relação à volumetria das casas e, de acordo com Pires (2007), todos esses elementos dão à cidade uma imagem de amplitude relativa que, de certo modo, contradiz a ideia de estar cercada por montanhas. No entanto, o relevo, que visto a partir do mar escondia a cidade, agora parece enquadrar-se perfeitamente à paisagem da cidade.

Outro elemento que marca a paisagem urbana, para além do relevo das montanhas, é a vegetação contrastante. A plantação de cana e a vegetação rasteira prevalecem no interior do vale, assim como, a palmeira e a mangueira que, além de marcarem presença no interior, se proliferam por toda a cidade, dando-lhe um aspecto mais rural do que urbano (PIRES, 2007).

Desde o início da implantação da cidade, nota-se uma relação entre a vegetação e o tecido urbano, díspares à rigidez do entorno. A cor das montanhas, o verde do vale e as construções em pedra, geralmente caiadas de branco, determinam as cores da cidade.

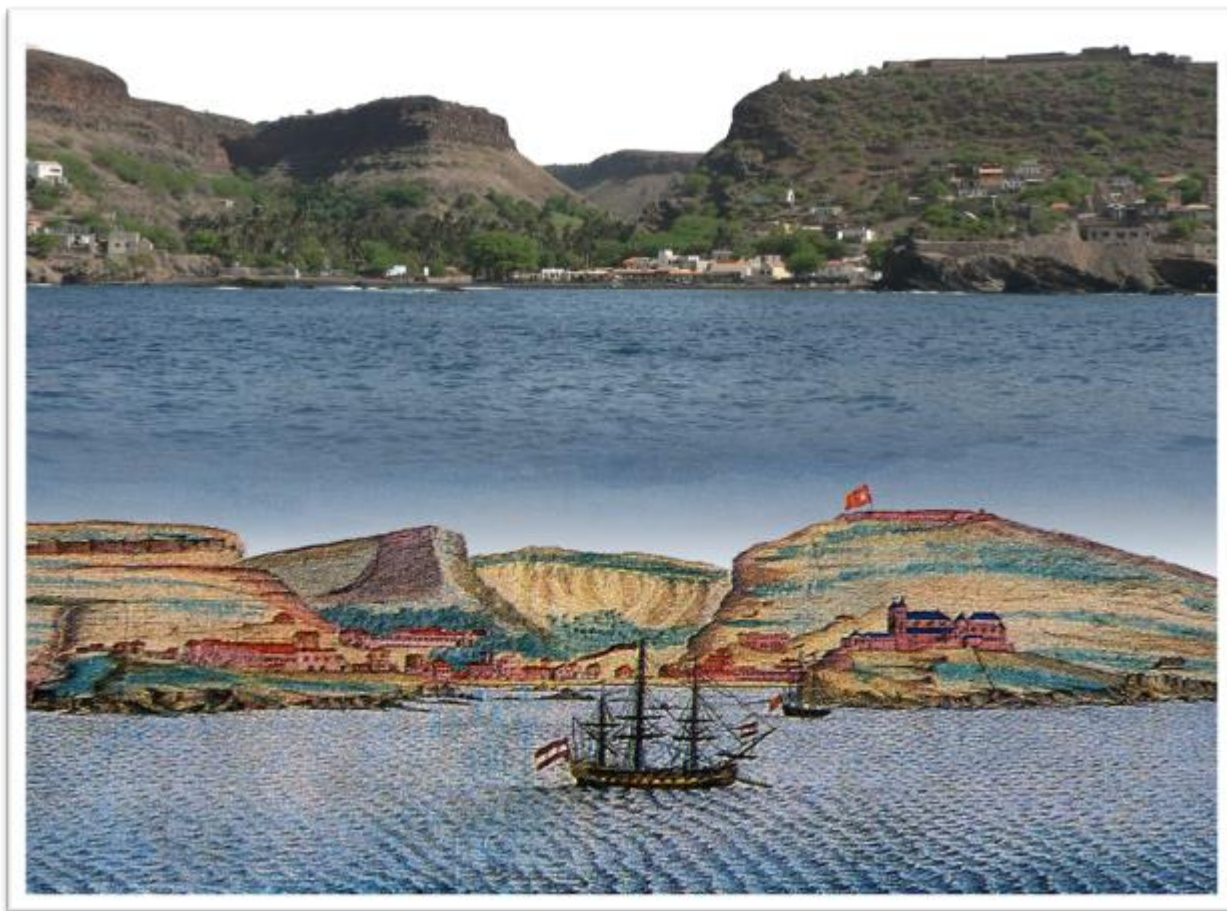


Figura 15. Vista Frontal da Cidade Velha – Gravura holandesa de 1635 – Joannes van Reulen
Fonte: Dossiê de Candidatura. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial (2008)

Assim como, o relevo e a vegetação, os monumentos também marcam a paisagem. Quase nada restou dos edifícios que contrastava com a natureza, grande parte dessas edificações sumiu por negligência ou foram utilizadas para outros fins e, com o transcorrer do tempo foram destruídos. Sabe-se que a câmara foi erigida em mais de um lugar no tecido urbano. Algumas ilustrações mostram casas assobradadas do Largo do Pelourinho, o que atesta a opulência da cidade. As ruínas do presídio, alguns edifícios religiosos, militares e o pelourinho, ainda estão presentes no tecido urbano.

Os edifícios militares foram instalados em épocas distintas. A primeira corresponde aos fins do século XV e metade do século XVI, onde os fortes e muralhas implantados tinham a função de proteger a cidade e os moradores, enquanto que, num segundo momento o sistema defensivo tornou-se mais complexo e protegia tanto a cidade e os moradores, como o oceano. Segundo Brásio (1958), até a penúltima década do século XVI, a Cidade Velha contava com a muralha da cidade, o baluarte da Vigia, também conhecido como Presídio, o Baluarte da Ribeira, não identificado nas Plantas da Cidade de 1769 e de 1778, e o Baluarte de S. Brás.

No início do século XVII, o sistema defensivo da cidade foi remodelado, alargando-se o perímetro de defesa com a construção de novos fortes e vários pontos de vigias, dentre eles estão: o forte de S. Lourenço, situado na nascente da cidade, o forte de S. João dos Cavaleiros, situado no extremo oposto e, o forte de S. António, o mais afastado de todos, situado no oriente (PIRES, 2007). Os fortes formavam a linha de frente da defesa da cidade e estavam localizados em pontos estratégicos, onde a cidade era mais vulnerável. Os postos de vigias foram implantados nos lugares mais altos e as muralhas também tinham a função de defesa. Pode-se dizer que além do sistema de defesa implantado na cidade, a população contou com as barreiras naturais representadas pelo próprio relevo das montanhas. Após sucessivos ataques de piratas e corsários, em 1587, foi edificada no ponto mais alto da cidade, a Fortaleza de S. Filipe, localizada num ponto estratégico e permitia uma visão mais complexa do território.

Quanto aos edifícios religiosos, eles estavam localizados em plataformas mais elevadas em relação ao tecido urbano, com exceção à Igreja e o Hospital da Misericórdia, cuja implantação estava localizada no centro da cidade e no mesmo nível de implantação do núcleo inicial. Dentre as igrejas e capelas que foram edificadas em diversas partes da cidade, se destacam: a Capela de S. Roque, a Capela de Sta. Luzia, a Igreja Monte Alverne, a Igreja de S. Pedro, a Igreja de S. Francisco e a Sé Catedral. Todos esses edifícios religiosos estavam localizados num nível mais elevado em relação à Igreja Nossa Senhora da Conceição e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, ambas construídas no século XV. Tanto as igrejas e capelas como os conventos, eram implantadas em níveis mais altos em relação à cidade. O convento dos Jesuítas e o Convento dos Franciscanos estão localizados em níveis mais elevados do bairro de S. Pedro. Conforme aponta Pires (2007), este foi o do último edifício significativo construído na Cidade Velha.

Outro edifício de destaque dentro da arquitetura religiosa é o edifício do Palácio Episcopal, construído em 1574, serviu de residência para os Bispos de Cabo Verde. Todos os edifícios civis, religiosos e militares estavam vinculados ao poder régio que condicionava a própria existência local. Diante de todos os edifícios, a Sé Catedral e a Fortaleza de São Filipe são os maiores e mais imponentes. No entanto, as casas térreas e os sobrados que compunham a maioria das construções, geralmente encontravam-se concentradas e justapostas compondo um conjunto arquitetônico de grande expressão. Os sobrados eram sinônimos de prestígio e riqueza. Essa tipologia arquitetônica se destacava entre as casas térreas.

A casa portuguesa é produto de longa experiência e dos ensinamentos trazidos ao solo pelas raças que o palmilharam, ou nele assentaram, e que, cristalizando-se através dos séculos em lenta maceração, formaram, com o

povo existente, de remota e incógnita origem, um misto com o latino, o visigodo, o árabe (RODRIGUES, 1975, p.282).



Figura 16. Vista Parcial da Cidade Velha.

Fonte: IIPC (2009)

A arquitetura renascentista introduzida em quase toda a Europa, a partir do século XV, chegou às colônias da África, Brasil e Índia com a expansão marítima. Além da arquitetura erudita as colônias conheceram:

A arquitetura popular que se manteve através dos tempos, mais constantes e localizadas, como panos de fundo sobre os quais se vinham encastrar e destacar as peças ricas, envolvidas e desenraizadas do patrimônio comum dos povos que entre si mantinham afinidades materiais e espirituais (AMARAL, 1961, p.10).

É nesse contexto que se insere a arquitetura erudita e vernácula em Cabo Verde.

Na construção de cada cidade a adoção de determinadas formas arquitetônicas e urbanas é feita tendo por referência a cultura, os espaços e as formas de vida tradicionais daqueles que a constroem. Cultura, espaços e formas de vida de que eles próprios são parte integrante, de que não estão conscientes racionalmente, e que tomam por referência e reproduzem. (TEIXEIRA, 1999, p. 14)

Os principais problemas do estudo da arquitetura na Cidade Velha é que a maior parte dos edifícios não existe mais e, os que restam estão em estado de ruína. Mesmo com a perda de parte do seu patrimônio arquitetônico, a cidade mantém viva a tradição portuguesa e alguma marca dos cinco séculos de histórias sem, no entanto, sofrer a mínima evolução no seu traçado urbano. Para tanto foi reconhecida como patrimônio mundial.

Embora haja alguns vestígios da arquitetura civil, religiosa e militar no sítio histórico, são poucas as informações a respeito dessas edificações, ainda presente. Sabe-se que, com o estabelecimento dos primeiros colonos e a fundação do primeiro núcleo urbano, surgiram as construções primitivas erigidas ainda no século XV.



Figura 17. Fortaleza de S. Felipe

Fonte: Dossiê de candidatura. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial (2008)

Do complexo defensivo que outrora marcou a paisagem do sítio histórico, hoje, somente é possível visualizar algumas ruínas que testemunham a existência de todo o sistema de defesa da cidade.

O meio ambiente sempre influenciou o modo de vida do homem cabo-verdiano. A adaptação ao local de implantação do núcleo contribuiu com o estilo arquitetônico e com os materiais utilizados nas construções. A abundância de pedras nos arredores favoreceu a aplicação desse material nas obras desde os

primórdios, até a atualidade. Uma das características da arquitetura colonial portuguesa na cidade é a simplicidade apresentada pelo programa de necessidade, pelas formas das construções e, principalmente, as técnicas e materiais utilizados. O sistema construtivo dos monumentos consistia em rebocar a alvenaria deixando exposto apenas as pedras dos cunhais, enquadramento de janelas e portas. A ausência de tratamento arquitetônico é uma característica da construção primitiva de pedra, com exceção das bases e capitéis dos cunhais das construções civis e religiosas trazidos da Europa.

Os edifícios religiosos também tiveram destaque no cenário cabo-verdiano, uma vez que a igreja, desde os primórdios, teve um papel muito importante durante toda a expansão portuguesa. No século XVII, a cidade tinha um significativo número de construção, tal paisagem era marcada pelos edifícios religiosos e, principalmente, pelos militares.



Figura 18. Igreja de S. Francisco
Fonte: Santos (2009)



Figura 19. Igreja Nossa Senhora do Rosário
Fonte: Santos (2009)



Figura 20. Ruínas da Igreja da Misericórdia
Fonte: Santos (2009)



Figura 21. Ruínas da Catedral Sé.
Fonte: Santos (2009)

O Pelourinho constitui o símbolo da justiça e dos privilégios da terra e, ao mesmo tempo, o lugar onde os escravos eram castigados. Erigido em 1512, na antiga praça do comércio onde funcionava o mercado de escravos, tornou-se um marco histórico e o principal ponto de encontro dos moradores da cidade.



Figura 22. Pelourinho.
Fonte: Instituto de Investigação do Patrimônio Cultural - IIPC (2009)

No início do século XIX, na cidade:

Havia casas acasteladas ao gosto do século XVI, resultado da combinação dos elegantes arabescos e suas esbeltas e soberbas colunas, com os grandiosos maciços góticos, algumas ainda em pé, com brasão sobre as vergas portadas (PEREIRA, 1988, p. 24).

A maioria das casas desapareceu e, hoje, a pequena cidade conta com cerca de duzentas casas construídas, em meados do século XX, a partir do traçado urbano e das ruínas existentes. A construção em pedra desempenha um papel muito importante na cultura cabo-verdiana. Esta técnica era e ainda é apropriada ao local, devido à abundância deste material nas imediações. A disponibilidade da matéria prima favoreceu a utilização da referida técnica construtiva que, além de ser resistente, contribui para as condições climáticas do ambiente que mantém uma temperatura agradável nos dias quentes e conserva o calor em dias de frio.

O tipo de técnica adotado no local não deve ser entendido como sinônimo de baixo recurso financeiro. Contudo, tanto o programa de necessidade como os próprios materiais de construção são simples. No entanto, para a execução da alvenaria em pedra é preciso conhecimento especializado capaz de fazer construções rígidas, com amarrações de pequenas e grandes pedras. A técnica aparentemente rudimentar e a adequação às condições climáticas e culturais marcam a paisagem local. A tradição da arquitetura doméstica, que chegou a Cabo Verde no período colonial, predomina até os dias atuais. Em geral as casas são de um só pavimento e a arquitetura predominante é fundamentada na tradicional arquitetura rural do norte de Portugal.

As casas de pedra e cal, tipo de construção tradicional na cidade, recentemente foram recuperadas e algumas ampliadas sem perder suas características originais. As paredes internas, tanto das salas e quartos, quanto da cozinha ou banheiro são rebocadas e pintadas. As casas, geralmente, possuem a mesma altura. O telhado de duas águas é o mais usado, embora haja um caso isolado com quatro águas cobertas com telhas cerâmicas, fibrocimento ou fibras naturais. A estrutura é composta por madeira e fibras naturais encontradas na região. Na parte interna, o telhado do corpo principal é aparente. A casa tradicional da Cidade Velha, geralmente contém um ou dois cômodos, mesmo com a expansão não perdeu as características originais.

A planta original é em formato retangular com aproximadamente 30,00m². Em quase toda a cidade são encontradas casas com paredes grossas e rústicas, construídas nas divisas laterais do lote e no alinhamento da via pública. Essa é a unidade básica de habitação na cidade colonial.

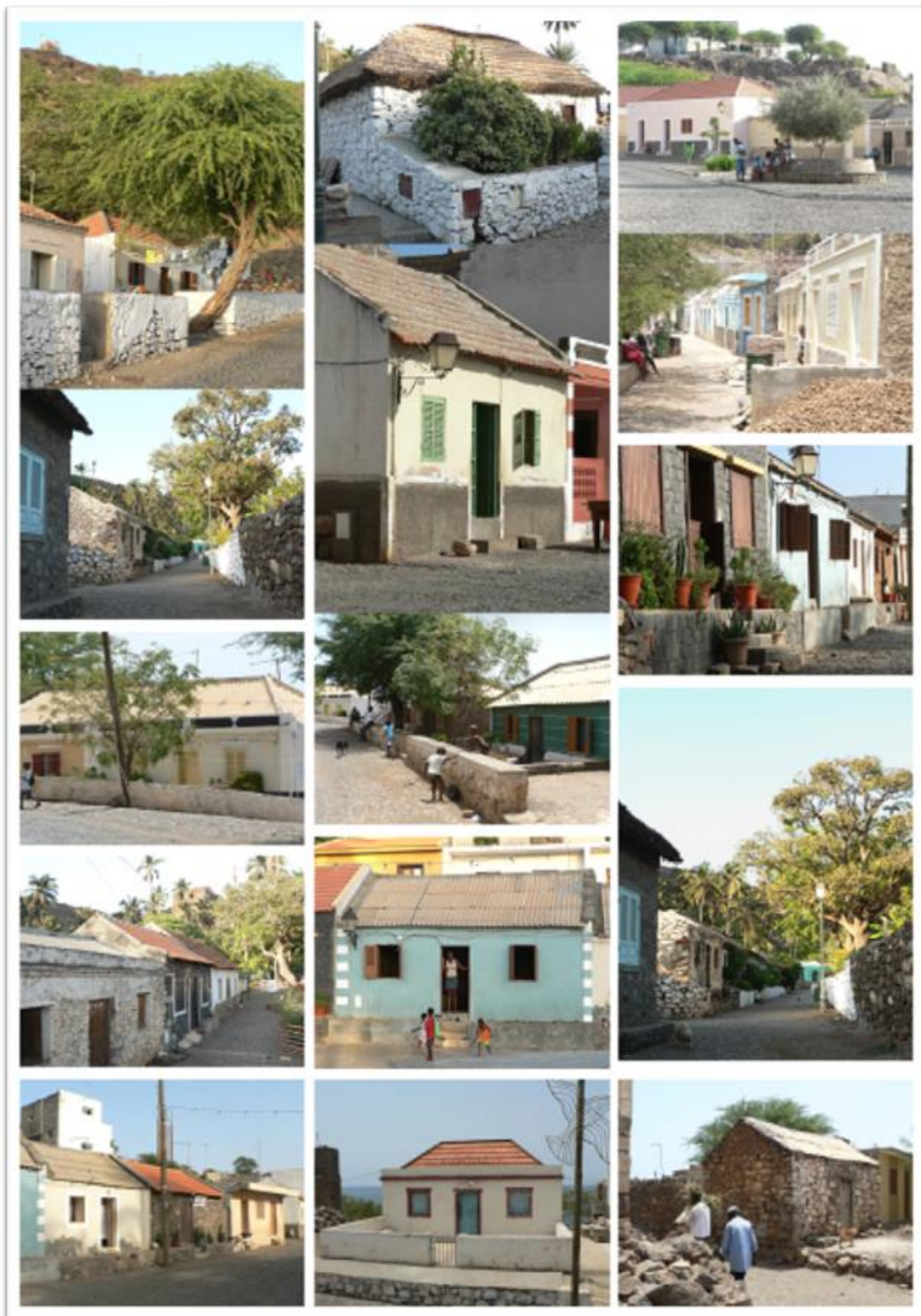


Figura 23. Casas da Cidade Velha
Fonte: Instituto de Investigação do Patrimônio Cultural - IIPC (2009)

CAPÍTULO 2

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO



Figura 24. Fortaleza de S. Felipe.

Fonte: Dossiê de Candidatura - Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial (2008)

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

2.1. A noção de patrimônio cultural

Nos últimos anos o conceito de patrimônio evoluiu, passou de uma ideia monumental dedicada ao patrimônio material até chegar à associação e valorização do patrimônio cultural, natural e imaterial, nesse sentido. Trentin (2005) esclarece que, além de valorizar o patrimônio, a partir das obras construídas pelo homem e pela natureza, este conceito deve envolver as expressões culturais e ainda, proporcionar identidades coletivas.

O termo patrimônio, ao longo do tempo, teve várias alterações, de acordo com as ideologias e interesses de cada época. Para Choay, o patrimônio histórico é:

A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões plenárias, constituída pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregaram por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os sabores e savoir-faire dos seres humanos (CHOAY, 2001, p.11).

Conforme aponta Kühl “a noção de historicidade evoluiu de forma lenta e gradual, remontando ao Renascimento quando houve um interesse crescente pelas construções da antiguidade” (Kühl, 1998, p.179). No início, era idealizada pelos antiquários e mais tarde a cargo de historiadores de arte e arquitetos. O termo monumento surgiu na Itália quando “um novo clima intelectual se desenvolve em torno das ruínas antigas” (CHOAY, 2001, p.31). No século XV, a herança monumental de Roma, transformou-se num importante centro internacional de estudos internacional e difusão de ideias (KÜHL, 1998, p.182).

Segundo Le Goff (2013), os monumentos, considerados herança do passado, são materiais da memória e os documentos escolha do historiador, é a forma científica para referir-se aos vestígios do passado. Para o autor

A palavra latina monumentum remete à raiz indo-europeia men, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo monere significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O monumentum é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filosóficas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos (LE GOFF, 2013, p. 485).

No Renascimento, as obras da Antiguidade Clássica eram documentos passíveis de admiração e conhecimento e não de preservação e restauro. Os monumentos, nesse período, eram entendidos como:

1) Uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc;

2) *Um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte* (LE GOFF, 2013, p. 485).

Pode-se dizer que o patrimônio é um legado à memória coletiva, visto a sua perpetuação temporal. Contudo, as ações de preservação de monumento, de acordo com Scocuglia (2004), com base em instrumentos jurídicos, só aconteceram quando o Estado assumiu a proteção do patrimônio histórico e nacional. Nesse sentido, a autora considera que o marco inicial da institucionalização de conservação e restauração ocorreu na França, entre o final do século XVIII e início do XIX, com o apoio do Estado, “em nome do interesse público, da proteção legal de certos bens enquanto símbolos da nação, definindo-se, por conseguinte, o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional” (SCOCUGLIA, 2004, p. 30-31).

Kühl (1998) esclarece que o vandalismo praticado contra vários monumentos importantes, durante a Revolução Francesa, no intuito de destruir e apagar os símbolos das antigas classes dominantes, nobreza e clero, impulsionou o Estado a instalar uma comissão para promover a preservação do patrimônio nacional. A instituição que visava conservar “os remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos”, recebeu o nome de “Comissão dos Monumentos Históricos”, conforme aponta Choay (2001, p.12).

A proteção dos monumentos históricos, na França, de acordo com Scocuglia (2004), baseava-se nas questões ligadas à política e formação de uma identidade nacional. “O histórico e o artístico assumem, neste caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação” (FONSECA, 1997, p.37).

Nesse sentido, nota-se que, desde a segunda metade do século XVIII, nacionalismo, monumento isolado e centrado na arte, na história e na antiguidade foram os instrumentos que conduziram os métodos de valorização e intervenção nos monumentos. Partindo da ideia de nação, antiguidade, arte e história, alguns países europeus começaram a discutir novas técnicas de intervenção, criação e inventários. Para tanto, a política relacionada à preservação do patrimônio histórico francês repercutiu em vários países europeus.

Todavia, conforme aponta Choay (2001), foi a partir da Revolução Industrial que o conceito se consagrou e teve uma conotação universal e, então começou a ser estruturado um pensamento mais elaborado sobre a proteção do patrimônio. As várias mudanças política, econômica, social e cultural, influenciadas pela destruição de monumentos e cidades durante a revolução, ampliou a discussão do processo de preservação patrimonial.

Para Scocuglia (2004), as tendências estética e histórica produziram uma progressiva ampliação do conceito de patrimônio e guiaram a valorização dos monumentos até o fim do século XIX. A sistematização da noção de patrimônio, ligado à preservação e restauração, predominante na Europa, que permaneceu vigente durante todo o século XIX, passou a ser referência para outras nações.

É assim que, segundo Choay (2001), surgiu na França e na Inglaterra os principais teóricos de restauração e foram estabelecidos dois modelos de reflexão sobre intervenção em patrimônio histórico, onde a primeira voltava-se para a valorização artística e estética e segunda vislumbrava à antiguidade. Alguns textos desses teóricos ainda são utilizados por profissionais ligados ao patrimônio cultural na atualidade.

O método “intervencionista”, defendido pelo arquiteto francês Viollet le Duc, visava os interesses políticos do Estado e era “de caráter estatal e centralizador – desenvolvido em torno da noção de patrimônio, de forma planificada e regulamentada” (SCOCUGLIA, 2004, p. 35). Em le Duc,

O monumento era considerado um documento que ilustrava um período específico da história, e as modificações feitas em épocas subseqüentes à sua construção não eram levadas em conta. Eliminavam-se alterações posteriores para devolver-lhe o aspecto de sua época de maior esplendor, muitas vezes reconstruído por antologia, ou até mesmo, inventado, no intuito de se atingir um modelo ideal que pode nunca ter existido. (Kühl, 1998, p.188).

A outra tendência considerada como “anti-intervencionista”, idealizado pelo artista e crítico de artes John Ruskin, da Inglaterra, estava voltada ao passado e à autenticidade dos monumentos. Esta abordagem defendia uma política de conservação para enfrentar o vandalismo ideológico que causou sérios estragos a partir de 1792 (CHOAY, 2001 p.106).

Estas duas tendências, idealizadas por Viollet le Duc e Ruskin contrapõem a dialética entre restauro e conservação. O inglês Ruskin se opôs ao modo de atuação de Viollet le Duc e defendeu a conservação dos monumentos como sendo um documento fundamental para a história e, conseqüentemente, para a existência humana. Para ele o monumento não deveria ser restaurado, pois resultaria em falsidade.

Dentro dos parâmetros preservacionistas dos monumentos, Viollet le Duc procurava valorizar os bens patrimoniais baseado nos aspectos estéticos e artísticos e “clamava por um estudo aprofundado do monumento em questão e pelo emprego de materiais melhores do que os utilizados na sua construção, para prolongar ainda mais sua vida” (KÜHL, 1998, p.188). Tal valorização, idealizada pelo arquiteto francês, criador e defensor do restauro, buscava recriar o monumento, como expressão legítima de um determinado estilo.

As restaurações feitas em monumentos na França tiveram muitas críticas. “A postura de Le Duc seria, mais tarde, duramente criticada e reprovada, pela liberdade com que o documento histórico era tratado e pelas consequentes perdas que essa atitude causou” (KÜHL, 1998, p.189). Assim como muitos se opunham à teoria de le Duc, na França, o mesmo aconteceu com as teorias propostas por Ruskin na Inglaterra.

A teoria de Ruskin visava “a preservação da matéria original do monumento e que levava em conta as modificações e ampliações posteriores, considerando-as também como históricas e dignas de ser conservadas” (Kühl, 1998, p.190). A autora esclarece, ainda que “havia um respeito absoluto pela edificação, pelo estado em que se encontrava na época, e praticamente uma repulsa por qualquer tipo de intervenção” (Kühl, 1998, p.190).

Nota-se que a história e a estética foram responsáveis por direcionar a valorização dos monumentos até o final do século XIX e, ainda, ampliou o conceito de patrimônio. Nesse sentido, entre o final do século XIX e início do século XX, surgiu uma nova geração de intelectuais preocupados com o restauro dos monumentos. Camilo Boito e seus seguidores procuravam defender a conservação dos monumentos, desde que os valores históricos e artísticos do passado fossem mantidos. Choay (2001) aponta que uma das contribuições mais profundas sobre a noção de monumento histórico foi atribuída à Alois Riegls, fundador do conceito patrimônio. O historiador de arte percebeu a dimensão dos monumentos e definiu como valores patrimoniais os quais incorporou ao valor histórico e de antiguidade (Choay, 2001). O valor de antiguidade, instituído por Riegls, se manifesta através das marcas que ficam no monumento ao longo do tempo. Seu pensamento se equipara não só com o de Ruskin e Morris, que defendiam a conservação do monumento já que fica evidente sua autenticidade através das marcas do tempo, mas também com a de Boito e Giovannoni. Contudo, com Camilo Sitte e Giovannoni o monumento perderá sua condição de isolado para ser incorporado ao entorno, assim, no decorrer do século XX, esta ideia se estenderá desde as áreas centrais e cidades históricas até a valorização do território na sua totalidade.

Nesse contexto, após a Segunda Guerra Mundial será criada a maioria dos organismos internacionais que visam à proteção do patrimônio e sua diversidade no contexto mundial. Primeiro cria-se a ONU (Organização das Nações Unidas) em seguida a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) que desempenha um papel fundamental em relação à proteção do patrimônio cultural, mundial e natural.

O domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende aglomerados de edifícios e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades

como mostra a lista do Patrimônio Mundial estabelecida pela UNESCO (CHOAY, 2001, p.12-13).

Como vimos, o significado de patrimônio evoluiu, passou da ideia de monumento até chegar ao território como um todo, além de ter a possibilidade de fazer parte da Lista do Patrimônio Mundial e para isso tem que seguir as recomendações e ter alguns critérios exigidos pela UNESCO, conforme registrado neste capítulo, mas, que sentido tem a Declaração do Patrimônio Mundial? Apesar das cartas servirem como referência, os critérios contidos nelas não atendem a realidade de determinados locais. As recomendações impostas pelo organismo internacional são iguais para todos os países, no entanto, as realidades são diferentes.

2.2. A UNESCO e as Cartas Patrimoniais

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO foi criada, na década de 1945, para promover a paz entre as nações e

(...) criar condições para um genuíno diálogo fundamentado no respeito pelos valores compartilhados entre as civilizações, culturas e pessoas. Este papel é primordial, particularmente em face do terrorismo, que constitui a negação dos princípios e valores da Carta das Nações Unidas e um ataque contra a humanidade. O mundo requer urgentemente visões globais de desenvolvimento sustentável com base na observância dos direitos humanos, no respeito mútuo e na erradicação da pobreza. (UNESCO - BPI/EPP/E/1, 2007, p. 2).

A UNESCO é o único organismo especializado das Nações Unidas que trata da cultura e dá suporte aos Estados membros para a preservação dos seus patrimônios. Para tanto, o Organismo Internacional que atua na área da Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura, Comunicação e Informação, conta com 193 Estados-membros e ainda conta com um Comitê do Patrimônio Mundial para a proteção do patrimônio cultural e natural.

Conforme o Artigo 8º da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972:

1 – É criado junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, um comitê intergovernamental para a protecção do património cultural e natural de valor universal excepcional denominado Comité do Património Mundial. Será composto por quinze Estados parte na Convenção, eleitos pelos Estados parte na Convenção reunidos em assembleia geral no decurso de sessões ordinárias da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. O número dos Estados membros do Comité será elevado até vinte e um, a contar da sessão ordinária da conferência geral que se siga à entrada em vigor da presente Convenção para, pelo menos, quarenta Estados.

2 – A eleição dos membros do Comité deverá assegurar uma representação equitativa das diferentes regiões e culturas do Mundo.

3 – Assistirão às sessões do Comité com voto consultivo um representante do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (Centro de Roma⁷), um representante do Conselho Internacional de Monumentos e Locais de Interesse (ICOMOS⁸) e um representante da União Internacional para a Conservação da Natureza e Seus Recursos (UICN⁹), aos quais poderão ser acrescentados, a pedido dos Estados parte, reunidos em assembleia geral no decurso das sessões ordinárias da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, representantes de outras organizações intergovernamentais com objectivos idênticos.

(UNESCO, - Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural 1972, p.5).

O patrimônio cultural é a herança de todas as manifestações tangíveis e intangíveis geradas, ao longo da história, por uma nação. Conforme aponta Vieira,

A Convenção do Patrimônio Mundial, ao definir patrimônio cultural, ressalta que um monumento ou um grupo de edifícios, deve possuir este tipo de valor do ponto de vista da história, da arte e da ciência, enquanto que os sítios também são observados dos pontos de vista etnológico e antropológico (VIEIRA, 2007, p.43).

Para tanto, deve ser passível de preservação para a sociedade atual assim como para a futura geração porque faz ou pode fazer parte da identidade e memória coletiva de um determinado grupo. Nesse sentido, pode ser entendido como uma rede que une o passado ao presente, fortalecendo a identidade e memória coletiva, de maneira que os testemunhos materiais e o acúmulo de experiências culturais sejam transmitidas para outras gerações (UNESCO, 2014).

Para Cuenca (2013), o patrimônio cultural representa uma evolução do monumento clássico e uma visão mais completa do território. Este conceito surge a partir das convenções internacionais realizadas pela UNESCO, cujo interesse inicial era buscar um termo que contemplasse tanto os monumentos como também a definição de medidas de preservação e restauro. Observa-se que o resultado destas ações derivou na criação de

⁷ O ICCROM (Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais) é uma organização intergovernamental internacional com sede em Roma, Itália. Criado pela UNESCO em 1956, o ICCROM tem por funções estatutárias executar programas de investigação, documentação, assistência técnica, formação e sensibilização para melhorar a conservação do patrimônio cultural imóvel e móvel (DGPC – UNESCO, 2011, p.7).

⁸ O ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios) é uma organização não governamental com sede em Paris, França. Foi fundado em 1965. O seu papel consiste em fomentar a aplicação da teoria, metodologia e técnicas científicas à conservação do patrimônio arquitetónico e arqueológico. O seu trabalho assenta nos princípios da Carta Internacional de 1964 sobre a conservação e restauro dos monumentos e sítios - Carta de Veneza (DGPC – UNESCO, 2011, p.8).

⁹ A UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) foi criada em 1948 e reúne governos nacionais, ONGs e cientistas numa parceria a nível mundial. Tem por missão encorajar e apoiar as sociedades de todo o mundo a conservar a integridade e a diversidade da natureza e a certificar-se de que qualquer uso dos recursos naturais é equitativo e ecologicamente sustentável. A UICN tem sede em Gland, Suíça (DGPC – UNESCO, 2011, p.8)

uma extensa lista de Declarações, Cartas, Recomendações Internacionais e Convenções, cujo interesse é fortalecer relações nacionais e internacionais entre os Estados-membros.

A democratização e a proteção do patrimônio cultural começam a ser difundidas no mundo através das convenções realizadas entre os Estados- membros com a finalidade de criar políticas culturais e estabelecer regras em diversos países. Assim, são criadas as Cartas Patrimoniais com recomendações para a proteção do patrimônio que envolve *“desde a legislação de vários países, os conceitos e as teorias, as novas tecnologias até as diretrizes de atuação, recomendando o pacto entre nações para colaboração entre si”* (RIBEIRO, 2005, p.57).

Através dos instrumentos contidos nos documentos elaborados pelo comitê da UNESCO, em momentos distintos, é possível fazer uma análise mais elaborada do termo patrimônio cultural. As Cartas Patrimoniais são *“fontes fundamentais a serem utilizadas pelos Estados na concepção das normas legais e execução das estratégias de proteção e conservação do patrimônio”* (LIRA e CABRAL, p. 61).

As primeiras Convenções de Haia, ocorridas nos anos de 1899 e 1907, foram importantes para a valorização do patrimônio e impulsionaram a discussão sobre a preservação de bens patrimoniais. Concomitante a essas convenções, um grupo de arquitetos já organizavam reuniões para definir os rumos da arquitetura. Estes encontros deram origem ao primeiro Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, na década de 1931, cuja liderança era do arquiteto Le Corbusier. É a partir deste Congresso que surge a primeira carta, denominada Carta de Atenas, cujo conteúdo proporcionou uma nova forma de ver e preservar os vestígios do passado. O documento internacional tinha como finalidade definir políticas relativas à preservação e conservação de edificações das diferentes nações. Nesta carta, estão registrados métodos de intervenção de forma que se garanta as características históricas e culturais dos monumentos a serem preservados. Tal documento, conforme esclarece Ribeiro (2005) “proporcionou a proteção de bens arquitetônicos, com o objetivo de consagrar monumentos em oposição à racionalidade estética dos espaços modernos” (RIBEIRO, 2005, p.57).

Contudo, é a partir da Carta de Veneza, escrita na década de 1964, que o conceito de patrimônio supera a ideia de monumento da Antiguidade e passa a ser entendido como um conjunto de bens relacionado às atividades humanas. As recomendações contidas nesta carta são uma continuação da Carta de Atenas, tanto no que se refere aos critérios de intervenção e restauração, como no sentido da preservação do monumento, seja ele obra de arte ou obra modesta que ficará caracterizada como um bem móvel cuja integridade deve

ser defendida. Nela é possível encontrar os principais eixos da conservação e do restauro de monumentos conforme descrito nos artigos:

Artigo 2º - A conservação e o restauro dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental.

Artigo 3º - A conservação e o restauro dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico.

Artigo 5º - A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes. (IPHAN, Carta de Veneza, 1964, p. 2).

Nas recomendações de Quito, de 1967, é possível verificar a valorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento social e econômico. Scocuglia (2004) esclarece que *“isso significou a integração entre as ações de preservar e as políticas gerais de desenvolvimento econômico e planejamento territorial”* (SCOCUGLIA, 2004, p.43).

Mas, é a partir da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, realizada em Paris, na década de 1972, que a mundialização dos valores e das práticas patrimoniais são associadas às questões da preservação do meio ambiente. Para os fins da convenção, são considerados patrimônio cultural e natural:

Artigo 1.º. Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

. Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

. Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Artigo 2.º. Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

. As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

. Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO, 1972, p.2).

As constantes ameaças de destruição pelas quais o patrimônio cultural e natural de muitos países têm passado deram origem às recomendações dessa conferência. Assim, ampliou o conceito de patrimônio e incorporou todas as obras produzidas pelo homem e pela natureza.

Na Declaração de Amsterdã, de 1975, é consagrada a conservação integrada entendida como conjunto de medidas que tem por finalidade garantir a perpetuação do patrimônio associado às técnicas de restauração e pesquisa. Essa carta assegura a participação da população local no processo de intervenção e visa à ampliação histórica e cultural do contexto urbano.

A conservação integrada é o resultado da acção conjugada de técnicas de restauro e da procura das funções apropriadas. A evolução histórica conduziu que os centros degradados das grandes cidades e ao mesmo tempo as aldeias abandonadas se tornassem reservas de alojamento barato. O seu restauro deve ser feito num espírito de justiça social e não deve ser acompanhado do êxodo de todos os habitantes de condição modesta. A conservação integrada deve ser, por conseguinte, um dos pressupostos importantes da planificação urbana e regional. Convém notar que esta conservação integrada não é exclusiva de toda a arquitectura contemporânea em conjuntos antigos, mas esta deverá ter em maior consideração o quadro existente, respeitar as proporções, a forma e a disposição dos volumes, bem como os materiais tradicionais (DGPC - Carta Europeia do Património Arquitectónico, 1975, p. 3).

A Recomendação de Nairobi, 1976, refere-se aos conjuntos históricos e tradicionais no contexto contemporâneo e recomenda compatibilizar os sítios com as condições sociais, económicas e o meio em que se inserem. Nesta recomendação, o patrimônio é entendido como universal e insubstituível e, sua proteção, conservação e restauro é um dever do governo e de toda a sociedade. No mesmo ano, o ICOMOS, realizou um encontro em Bruxelas, para promover a salvaguarda do patrimônio e garantir a conservação. Esse encontro deu origem à Carta de Turismo Cultural cujo conteúdo chama a atenção para os efeitos positivos e negativos que o turismo cultural pode provocar nos sítios históricos e monumentos protegidos.

Tanto os representantes de entidades de proteção do patrimônio cultural como os responsáveis pelo setor do turismo entendem que

(...) a preservação e promoção do património natural e cultural para o benefício da maioria somente se pode cumprir dentro de uma ordem pelo qual se integram os valores culturais e os objetos sociais e económicos que formam parte da planificação dos recursos dos Estados, regionais e municipais (IPHAN - Carta de Turismo Cultural, 1976, p. 2).

Nesse sentido, as transformações decorrentes do desenvolvimento económico e as tensões provocadas pelas políticas culturais que visam preservar a memória coletiva de uma

determinada sociedade foram o enfoque da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais.

Na Conferência, realizada no México em 1985, o documento cujo nome ficou conhecido como a Declaração do México, é visível a urgência para se reconstruir o patrimônio e integrar a sociedade neste contexto.

O patrimônio cultural tem sido frequentemente danificado ou destruído por negligência e pelos processos de urbanização, industrialização e penetração tecnológica. Mais inaceitáveis ainda são, porém, os atentados ao patrimônio cultural perpetrados pelo colonialismo, pelos conflitos armados, pelas ocupações estrangeiras e pela imposição de valores exógenos. Todas essas ações contribuem para romper o vínculo e a memória dos povos em relação a seu passado. A preservação e o apreço do patrimônio cultural permitem, portanto, aos povos defender a sua soberania e independência e, por conseguinte, afirmar e promover sua identidade cultural (IPHAN – Declaração do México, 1985, p. 4).

A Carta de Washington, 1986, recorre às contribuições das anteriores cartas e consagra a noção de cidade histórica que se caracteriza por sua dimensão territorial e propõe a participação e o comprometimento da população com a preservação do patrimônio cultural. Nela, a salvaguarda das cidades históricas é entendida como “as medidas necessárias a sua proteção, a sua conservação e restauração, bem como a seu desenvolvimento coerente e a sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea” (IPHAN, 1986 - Carta de Washington, p. 2).

O patrimônio cultural imaterial é um tema que ganhou força somente na última década, a partir da aprovação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em 2003. A UNESCO levou 30 anos para definir os critérios do patrimônio imaterial. O patrimônio cultural, natural, imaterial está totalmente integrado um ao outro, não pode ser diferenciado o dissociado. Os objetivos principais da Convenção visam à proteção e o respeito do patrimônio das comunidades, grupos e indivíduos de todas as culturas do mundo. As recomendações da Convenção realizada em Paris só entraram em vigor a partir do ano de 2006. No documento encontram-se vários instrumentos normativos e uma explicação bem detalhada sobre patrimônio imaterial, a saber:

Artigo 2º - Patrimônio Imaterial

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da

diversidade cultural e a criatividade humana. Para efeitos da presente Convenção, só será tomado em consideração o património cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos existentes, bem como com a exigência do respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e de um desenvolvimento sustentável. (IPHAN - Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, p. 3).

O patrimônio imaterial, transmitido de uma geração para outra, é recriado constantemente pelas comunidades e grupos em função do entorno e interação com a natureza e história, nesse sentido, proporciona um sentimento de identidade e continuidade. Sendo assim, promove o respeito da diversidade cultural e criatividade humana. É nesse contexto, mais universal, que a UNESCO define o patrimônio cultural.

O patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade. O que faz com que o conceito de Patrimônio Mundial seja excepcional é sua aplicação universal. Os sítios do Patrimônio Mundial pertencem a todos os povos do mundo, independentemente do território em que estejam localizados (UNESCO, 2013).

Na definição da UNESCO fica evidente que o patrimônio cultural se refere a toda produção do homem que envolve o patrimônio material, imaterial e natural. O meio ambiente, de acordo com o exposto, representado aqui, pela paisagem e natureza, pode ser definido também como um legado.

O patrimônio é constituído por uma diversidade de bens que tem em comum sua historicidade, forma e evolução visto o reconhecimento dos valores culturais, identitários e memória coletiva. Nesse sentido, assume usos e funções sociais e passa a potencializar a economia e cultura local, a partir do envolvimento da comunidade neste processo e, ainda, reforça a noção de cidadania. Contudo, a ampliação do conceito de patrimônio avançou além das obras de artes e edifícios isolados, ao longo dos séculos, passou de monumentos para patrimônio histórico e atualmente patrimônio mundial, cultural e natural. Scocuglia observa que

(...) ao longo desses processos, foram geradas novas formas de sociabilidades e de ações concretas da parte dos atores e grupos que vivenciaram essas experiências, alterando em parte, as formas de gestão desse patrimônio e de apropriação por agentes públicos e privado (SCOCUGLIA, 2004, p.45).

No que diz respeito à gestão do patrimônio, outro instrumento importante que trata do assunto, pode ser encontrado na Carta de Burra, cuja revisão se deu em 1999. Este documento de grande relevância para o campo da gestão cultural possui boas referências para o planejamento estratégico. A metodologia contida na carta serve de inspiração para o

desenvolvimento de planos de gestão em diversos países. A seguir serão apresentados os artigos que julgamos mais pertinentes para a gestão:

Artigo 2º - Conservação e gestão

2.1 Os sítios com significado cultural devem ser conservados.

2.2 O objectivo da conservação é a retenção do significado cultural de um sítio.

2.3 A conservação é uma parte integral da boa gestão dos sítios com significado cultural.

2.4 Os sítios com significado cultural devem ser salvaguardados e não devem ser postos em risco ou deixados ficar num estado vulnerável;

Artigo 5º - Valores

5.1 A conservação de um sítio deve identificar e levar em consideração todos os aspectos do significado cultural e natural sem dar ênfase injustificada a qualquer valor individual, à custa dos outros.

5.2 As diferentes graduações de significado cultural podem conduzir a diferentes acções de conservação num sítio.

Artigo 6º - O Processo da Carta de Burra

6.1 O significado cultural de um sítio, e outras questões que afectem o seu futuro, ficam melhor compreendidos por uma sequência de recolha e análise de informações antes da tomada de decisões. Primeiro vem a compreensão do significado cultural, depois o desenvolvimento da política e, finalmente, a gestão do sítio de acordo com essa política.

6.2 A política de gestão de um sítio tem que ser baseada na compreensão do seu significado cultural.

6.3 A política de conservação também deve incluir a consideração de outros factores que afectam o futuro de um sítio, tal como as necessidades do seu proprietário, os recursos, as restrições externas e a sua condição física.

Artigo 12º - Participação

A conservação, a interpretação e a gestão de um sítio devem prever a participação das pessoas para quem esse sítio tem associações e significados especiais, ou que têm responsabilidades sociais, espirituais ou outras responsabilidades culturais para com esse sítio.

Artigo 14º - Processo de conservação

A conservação pode, conforme as circunstâncias, incluir os processos de : retenção ou reintrodução de um uso; retenção de associações e de significados; manutenção, preservação, restauro, reconstrução, adaptação e interpretação; e costuma incluir, habitualmente, uma combinação demais do que um deles.

Artigo 16º - Manutenção

A manutenção é fundamental para a conservação e deve ser executada sempre que a fábrica tiver significado cultural e que a sua manutenção seja necessária para a retenção desse significado cultural.

Artigo 29° - Responsabilidade pelas decisões

Devem ser identificados as organizações e os indivíduos responsáveis pelas decisões de gestão e deve ser indicada a responsabilidade específica por cada decisão dessas.

Artigo 30° - Direcção, supervisão e implementação

Deve ser mantida uma competente direcção e supervisão em todas as fases, e todas as alterações devem ser implementadas por pessoas com conhecimentos e competências apropriados.

Artigo 31° Documentação, evidência e decisões

Deve ser mantido um registo das novas evidências e das decisões adicionais.

Artigo 32° - Registos

32.1 Os registos associados com a conservação de um sítio devem ser arrumados num arquivo permanente e tornados acessíveis ao público, submetidos a requisitos de segurança e privacidade, e onde isto for culturalmente apropriado.

32.2 Os registos sobre a história de um sítio devem ser protegidos e tornados acessíveis ao público, submetidos a requisitos de segurança e privacidade, e onde isto for culturalmente apropriado (ICOMOS Austrália, 2004).

O esquema sobre o patrimônio mundial, abaixo, resume de forma objetiva o patrimônio cultural e natural.

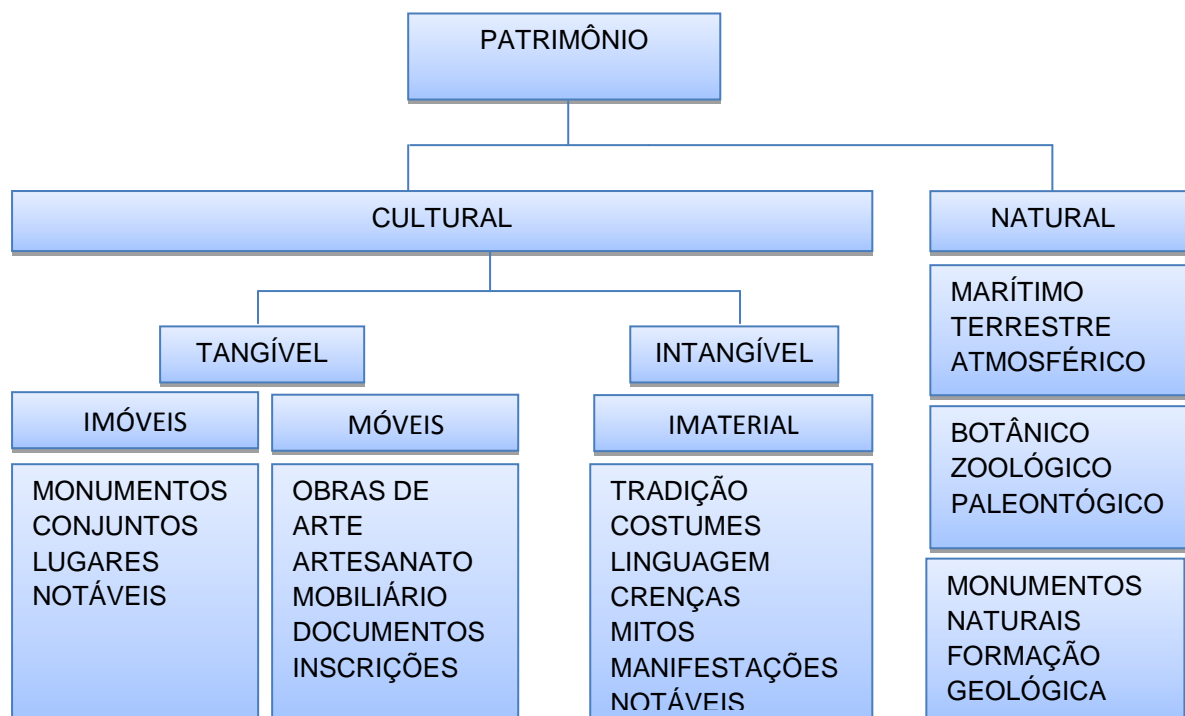


Figura 25: Organograma do Patrimônio Mundial
Fonte: El ABC del Patrimonio. Elaborado pela própria autora (2014)

Nota-se, nas diversas Cartas Patrimoniais documentadas a partir das convenções, realizadas ao longo do tempo, a incorporação de novas abordagens relativas ao patrimônio, território e qualidade de vida da população. As recomendações procuram promover o intercâmbio de experiências entre os Estados que compõem o quadro das Nações Unidas e esclarecem quais são os bens patrimoniais que devem ser preservados e merecem destaque na Lista do Patrimônio Mundial.

Procuramos destacar os documentos mais importantes que contribuíram para a transformação da noção de patrimônio mundial e as diretrizes para entender, intervir e gerir os bens patrimoniais.

2.3. Lista do Patrimônio Mundial

A preservação do patrimônio cultural é uma preocupação mundial que exige atenção tanto do Estado como da sociedade civil no sentido de valorizar a história e o contexto temporal em que se insere. Embora esta questão seja de importância universal, em Cabo Verde, o assunto tornou-se realidade somente após a independência, ocorrida em 05 de Julho de 1975. O termo patrimônio, ao longo do tempo, teve várias alterações de acordo com as ideologias e interesses de cada época.

Para que um bem patrimonial seja incluído na Lista do Patrimônio Mundial, deve atender ao menos um dos dez critérios da Convenção e possuir valor excepcional e universal. A lista do patrimônio mundial *“serve, sobretudo, como um mecanismo seletivo para limitar a assistência internacional dos bens considerados de interesse universal”* (CABRAL e LIRA, 2012, p.59).

Os critérios relacionados à proteção, gestão, autenticidade e integridade são de suma importância para que o organismo internacional possa avaliar e classificar o bem patrimonial a ser classificado. Tais critérios de seleção estão registrados nas diretrizes da Convenção do Patrimônio Mundial. O documento que é analisado constantemente e, é a principal fonte de informação para classificação do patrimônio, possui dez critérios fundamentais sendo seis critérios de caráter cultural e quatro critérios de caráter natural.

Para tanto, os critérios de seleção devem:

(I) representar uma obra-prima do gênero criativo humano;

(II) expor um intercâmbio importante de valores humanos, durante um período de tempo ou em uma área cultural do mundo, sobre a evolução da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais, urbanístico ou de desenho de paisagem;

(III) dar um testemunho único ou pelo menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou que tenha desaparecido;

(IV) ser um excelente exemplo de um tipo de construção, conjunto ou paisagem arquitetônica ou tecnológica que ilustra uma fase significativa da história humana;

(V) ser um excelente exemplo de assentamento humano tradicional, uso do solo ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou interação humana com o meio ambiente, especialmente quando se tornou vulnerável sob o impacto de uma mudança irreversível;

(VI) estar diretamente associado a eventos ou tradições vivas, com ideias ou com crenças, com trabalhos artísticos e literários de destacada importância universal. (O Comité considera que este critério deve ser de preferência utilizado em conjunto com outros critérios);

(VII) conter fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética;

(VIII) ser exemplos notáveis que representam grandes etapas da história da Terra, incluindo o registro da vida, significativos processos geológicos no desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos significativos;

(IX) ser exemplos notáveis representando processos ecológicos e biológicos significativos na evolução e desenvolvimento da água fresca, ecossistemas terrestres, costeiros, marinhos e comunidades de plantas e animais;

(X) conter os habitats naturais mais importantes e significativos para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles que contenham espécies ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação (UNESCO, 2005).

Os bens patrimoniais, referente ao século XXI, contidos na lista da UNESCO, estão distribuídos entre diversos países da África, América, Ásia, Oceania e Europa, e divididos entre cultural, natural e misto, conforme registrado nas imagens a seguir:

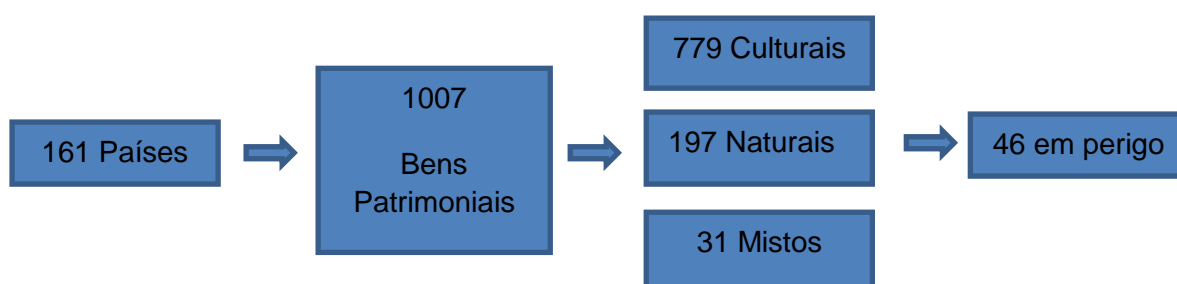


Tabela 4. Situação dos bens patrimoniais registrados pela UNESCO
Fonte: UNESCO (2014)

LEGENDA



Figura 26. Distribuição do patrimônio cultural
Fonte: UNESCO (2014)



Figura 27. Distribuição do patrimônio natural
Fonte: UNESCO (2014)



Figura 28. Distribuição do patrimônio misto
Fonte: UNESCO (2014)



Figura 29. Distribuição do patrimônio em perigo
Fonte: UNESCO (2014)

Através dessas imagens, observamos que a maior parte dos bens patrimoniais estão localizados na Europa e os bens em riscos estão concentrados nos países ao sul do Equador, especialmente no continente africano, isso se deve, provavelmente, à falta de recursos financeiros para manter o patrimônio conforme exigência dos organismos internacionais. É preciso saber para quem e de que modo preservar. Saber quem usa o patrimônio e que proveito certas comunidades podem tirar, é fundamental para planejar e assegurar seu futuro.

Procuramos apresentar, neste capítulo, o conceito de patrimônio e sua evolução. Vimos que o termo passou de uma noção de monumento, orientada fundamentalmente ao patrimônio móvel e imóvel, para uma visão mais ampla que vincula e valoriza de igual forma, o patrimônio imaterial. Isso significa que além de valorizar as obras construídas pelo homem e pela natureza, envolvem as expressões culturais na medida em que proporciona processos de identidade coletiva.

Ressaltamos que é a partir da definição de Patrimônio Mundial, Cultural e Natural que o nosso trabalho se guiará.

CAPÍTULO 3

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM CABO VERDE



Figura 30. Conjunto de Casa na Rua Banana
Fonte: Santos (2009)

3. PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM CABO VERDE

3.1. A institucionalização das leis do patrimônio em Cabo Verde

O sítio histórico da Cidade Velha é o mais importante da Ilha de Santiago e a principal referência de patrimônio cultural do Arquipélago de Cabo Verde, devido à sua história e pelos vestígios do passado glorioso que deu origem ao país, e, cujo título de Patrimônio Mundial foi concedido pela UNESCO, em 26 de junho de 2009.

A Cidade Velha não é somente um sítio histórico representado pela arquitetura e urbanismo colonial português, é também o símbolo da cultura e identidade cabo-verdiana. A identidade, conforme esclarece Vieira (2007), é entendida como um processo que está em constante construção por meio do qual o indivíduo e os grupos adquirem o sentido de pertença. Para tanto, apresenta-se como herança do passado, ou ainda, como um espaço emblemático de Cabo Verde que se caracteriza por ter potencialidades em diversos setores dado sua riqueza material, imaterial e natural. Contudo, o desenvolvimento urbano e a preservação do patrimônio ainda é uma preocupação das autoridades governamentais e um desafio para todos os atores envolvidos.

O patrimônio é constituído por uma diversidade de bens que tem em comum sua historicidade e evolução visto o reconhecimento dos valores cultural, memória e identidade. A memória do povo cabo-verdiano está intimamente ligada à preservação do patrimônio cultural. Conforme aponta Vieira (2007), o patrimônio adquire certa visibilidade e uma importância se a autenticidade do local for preservada e os residentes se identificarem com o espaço. Além da identidade, segundo a autora, “é fundamental a busca da diversidade, seja ela funcional ou social, que contribui para a garantia de vitalidade e sustentabilidade das áreas preservadas” (VIEIRA, 2007, p.80).

Nesse sentido, a partir do século XXI, houve uma necessidade de entender não somente o processo de conservar, mas também exigiu conhecer o patrimônio com o objetivo de criar instrumentos para preservar os edifícios coloniais.

Como forma de intensificar a preservação do patrimônio cultural, o Governo de Cabo Verde, em conjunto com outros países, deu início ao processo de recuperação da Cidade Velha.

Para Milton Santos (1996) o espaço geográfico não é constituído somente por formas e objetos organizados através do processo de apropriação, mas também por um sistema de relações sociais e legados culturais registrados ao longo da história. Esses elementos assumem determinadas funções que são projetadas na sociedade mediante suas

necessidades e experiências que estão relacionadas com o lugar. Assim, o território torna-se dinâmico e propício a constantes transformações. É neste contexto que o processo de preservação da Cidade Velha se insere.

As primeiras iniciativas para a preservação de monumentos históricos em Cabo Verde ocorrerem no governo português, com propostas referentes à institucionalização de proteção do património cultural, conforme aponta Martins (2011), surgiram na década de 1970, com o Governo de Transição do Estado de Cabo Verde constituído pelo Alto Comissário.

Esta comissão, que tinha por finalidade manter viva a cultura cabo-verdiana e encontrar um termo que contemplasse o património colonial do país, foi promulgada e publicada pela Lei nº 13/74 de 17 de Dezembro de 1974, com a criação do Ministério da Educação e Cultura. No ano seguinte, através do Decreto nº 45/75, de 24 de Maio de 1975, foi apresentada a Comissão de Investigação e Divulgação Cultural. Cabia aos integrantes da Comissão, investigar e divulgar a

literatura oral e escrita, costumes e tradição, estudo do crioulo, música, arte e arquitectura regionais, história de Cabo Verde, cinema e teatro além de inventariar o património cultural e manter o intercâmbio cultural com as antigas colónias portuguesas e outros povos do mundo (Decreto nº 45, 1975).

Com a criação do Estado Novo, em 1975, o Governo de Cabo Verde procurou intensificar um plano de ação para valorizar o património nacional. Para dar apoio às investigações e ao inventário do património cultural cabo-verdiano, a UNESCO, em 1980, destinou uma equipe para:

Aconselhar sobre o desenvolvimento de um plano abrangente para a preservação do património cultural do país;

Ajudar o Ministério a desenvolver o inventário dos bens culturais para a preservação do património cultural (UNESCO, 1980).

A missão da UNESCO em Cabo Verde, dirigida pelo arquiteto brasileiro Paulo Ormino de Azevedo, resultou na publicação de um relatório sobre o inventário do património cabo-verdiano que, mais tarde, serviu de base para formação de políticas de preservação dos bens patrimoniais no país.

A década de 1980 é marcada pela fase de reorganização institucional e administrativa do governo cabo-verdiano. A primeira modificação, nesse sentido, foi a incorporação do Ministério da Educação e Cultura ao Ministério da Informação Cultural e Desporto, através da portaria 45/86, que preconizava os valores culturais e artísticos da população cabo-verdiana. Entretanto, o enfoque da institucionalização do património cultural

seria reafirmado no Decreto-Lei N° 99-A/90 de 27 de Outubro de 1990, com a formação do Instituto Nacional da Cultura – INAC.

O Governo cabo-verdiano, desde os primórdios, procurou desenvolver políticas culturais para contribuir com um futuro melhor para todos os cidadãos e valorizar os bens patrimoniais. Assim, para criar condições básicas para a preservação, defesa e valorização do patrimônio, foi decretada a Lei n° 102/III/90 que consagrava a realização de pesquisas arqueológicas e arquitetônicas. Para tanto, todas as informações e objetos encontrados seriam conservados e integrados ao patrimônio cultural de Cabo Verde. Tal Lei define como patrimônio cultural cabo-verdiano o:

Conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo povo cabo-verdiano ao longo da história, como relevância para a formação e o desenvolvimento da identidade cultural cabo-verdiana (Lei n° 102/III/90).

As medidas de preservação cultural são válidas para todo território nacional, entretanto, é na Cidade Velha que as atribuições da Lei têm maior influência. A cidade, desde a década de 1980, é objeto de intervenção e reabilitação, apoiado por financiamento e assistência técnica nacional e internacional.

3.2. Proteção legal da Cidade Velha

A preocupação com a preservação cultural na Cidade Velha remonta os anos de 1960, em plena vigência do Governo português, quando são criadas as primeiras tentativas para o desenvolvimento dessa atividade na, então, colônia portuguesa. Essa preocupação estava vinculada aos interesses de Portugal que buscava construir uma memória cultural para a colônia cabo-verdiana.

A intenção do Governo da Província de Cabo Verde era “promover a conservação das ruínas da Cidade Velha, e fazer as ligeiras restaurações que porventura se impunham” (Despacho n° 16, p.2). Conforme aponta Freire (1993) a preocupação em relação à preservação de alguns monumentos da Cidade Velha ocorreu durante as comemorações do quinto centenário da descoberta do arquipélago. Ainda, segundo a autora, as autoridades coloniais portuguesas nunca deram atenção devida à preservação do patrimônio em Cabo Verde.

Embora as primeiras escavações arqueológicas e intervenções arquitetônicas, da qual não há registros científicos, tenham ocorrido na década de 1960, foi após a independência de Cabo Verde, em 1975, que alguns edifícios importantes da cidade,

construídos nos primeiros séculos após o descobrimento do arquipélago, passaram por intervenções pontuais. Devido o estado de destruição em que se encontrava o patrimônio arquitetônico e urbano da cidade, foi proposto um plano de conservação com o propósito de reabilitar o patrimônio cultural a partir da restauração dos monumentos e organização do tecido urbano, a fim de manter viva a história e identidade do principal patrimônio cultural do país.

Nesse contexto, em 1983, a Catedral Sé passou por um processo de intervenção arqueológica, coordenada por um grupo de profissionais portugueses. Os resultados da intervenção foram importantes para conhecer as técnicas construtivas e materiais empregados no edifício quinhentista, além de descobrir vestígios de pessoas enterrados no interior da catedral.

Como forma de reforçar a importância da Cidade Velha como o sítio histórico mais emblemático de Cabo Verde, em 08 de Dezembro de 1990, foi declarada Patrimônio Nacional, através do Decreto N° 121/90. A década de 1990 foi marcada pelo período de valorização do patrimônio cultural, quando o governo cabo-verdiano assinou alguns protocolos de cooperação internacional. Dentre eles podemos destacar o acordo firmado com o Governo português, em 1998, e a parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID), em 1999, com a finalidade de recuperar o patrimônio e garantir a autenticidade arquitetônica dos edifícios e do traçado urbano

Para dar continuidade à intervenção na Catedral Sé, inventariar os demais patrimônios, fornecer informações técnicas, iconográficas e, sobretudo, informações históricas, simbólicas, tipológicas e morfológicas da cidade; projetar uma pousada e um restaurante, o arquiteto português Álvaro Siza e sua equipe foram contratados para executar os trabalhos de recuperação desse sítio histórico.



Figura 31. Estudo do Arq. Álvaro Siza para a reconstrução da Sé Catedral.
Fonte: Instituto de Investigação do Patrimônio Cultural - IIPC (2009)

O trabalho proposto pelo arquiteto português resultou na intervenção de alguns edifícios que mais se destacam na paisagem da cidade entre eles estão a Fortaleza São Filipe, Pelourinho, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Convento e Igreja de São Francisco e a recuperação das fachadas dos conjuntos de casas do período colonial da Rua da Banana, Rua Carreira, Rua do Calhau e Rua Direita e a zona de expansão.

Devido ao baixo poder aquisitivo dos habitantes, o Programa de Luta Contra a Pobreza da Organização das Nações Unidas - ONU deu apoio financeiro para auxiliar na restauração e ampliação dos imóveis residenciais, conforme a proposta do arquiteto Álvaro Siza.



Figura 32. Proposta de intervenção nas casas do Bairro de S. Sebastião.

Fonte: Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial (2008)

O projeto de recuperação da Cidade Velha criou expectativas na população quanto à transformação e recuperação de suas casas. As soluções encontradas pelo arquiteto e sua equipe não agradaram a população (Costa, 2000). Enquanto o arquiteto propôs construir nos moldes tradicionais, a população defendia a modernização, tanto das técnicas construtivas como dos materiais. Os conflitos começaram a surgir a partir desta narrativa.

O arquiteto procurou manter a cidade como um museu vivo (Costa, 2000). Ao longo do seu trabalho, conforme mostra o vídeo, a postura dos moradores mudou. No início todos estavam entusiasmados com o projeto, no entanto, durante as intervenções a insatisfação da população era visível.

No contexto geral, o mal estado de conservação do patrimônio material, a falta de uso somada à péssima condição de vida da população local, levou as autoridades a encontrar soluções emergenciais, através de iniciativas para reabilitação do patrimônio a fim

de proteger os edifícios e o meio ambiente que envolve a cidade. Em relação ao patrimônio, que implica em usos culturais dos bens patrimoniais, não havia uma política para conscientizar a sociedade do valor cultural e nem desenvolver atividades que reforçariam a identidade local.

Ao mesmo tempo em que eram realizados os trabalhos de reabilitação do sítio histórico, a comissão do Instituto de Investigação do Patrimônio Cultural – IIPC¹⁰ realizava um dossiê para a candidatura da Cidade Velha como patrimônio mundial. Esse documento foi entregue à UNESCO, em 2004, entretanto, após análise por parte da comissão que integra o organismo internacional, foi recusado, pois não cumpria as exigências previstas na Lista de Patrimônio Mundial. Mesmo assim, após o documento ser recusado, os integrantes do IIPC procuraram reestabelecer novos argumentos para a candidatura e, desta vez, recorreram aos habitantes para legitimar o discurso sobre o passado da Cidade Velha.

Com as novas intervenções, a partir de 2005, na antiga Capela de Nossa Senhora da Conceição, Convento dos Jesuítas e Hospital e Igreja da Misericórdia, sob a coordenação do Instituto de Investigação e do Patrimônio Cultural - IIPC, em colaboração com a Universidade de Cambridge (Inglaterra) e Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, foram descobertas algumas evidências de materiais, móveis e vestígios de edificações referentes ao período áureo da antiga de cidade (Sec. XVI-XVII). Os resultados desta operação somados aos valores coletivos foram de suma importância para a candidatura da cidade a Patrimônio Mundial da UNESCO.

O dossiê do sítio histórico enviado para análise, em 2008, continha um amplo inventário com descrição da história, estado de conservação, medidas de proteção e sistema de gestão. Neste documento a Cidade Velha é evidenciada por ser:

uma escala importante na rota do Atlântico, entre a África e a Europa e, seguidamente, as Américas; sítio de realização do tráfico negreiro e do comércio triangular, dois séculos antes das grandes deportações; lugar de encontro de povos distantes, promotores de uma nova cultura fundada na miscigenação; sítio com um património material e imaterial expressivo das relações que unem a África, a Europa e as Américas (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2008).

Para a classificação da Cidade Velha na Lista do Patrimônio Mundial, a UNESCO se baseou nos critérios (II), (III) e (VI), ou seja, em três critérios dos dez registrados no Capítulo

¹⁰ Com a criação do Instituto de Investigação do Patrimônio Cultural - IIPC através do Decreto-Lei nº 2/2003, de 24 de Fevereiro e institucionalizada pelo Decreto-Regulamentar nº 2/2004, as políticas de preservação do patrimônio foram se estruturando em âmbito nacional. A formação do Instituto culminou em várias reuniões entre os representantes do Governo cabo-verdiano, os integrantes do IIPC, Ministério da Cultura e a UNESCO. Nelas, tendo como inspiração as considerações feitas na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972 e Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, no que refere ao patrimônio material, imaterial e natural, os integrantes do IIPC desempenham um papel importante na organização e na gestão do sítio histórico. O instituto é a entidade que tem como atribuição a conservação do patrimônio e gestão do sítio.

2 dessa dissertação. Para tanto, essas decisões foram registrados no Relatório da 33ª sessão WHC-09/33.COM/20 do Comitê do Patrimônio Mundial realizado em Sevilha, em 2009, conforme segue abaixo:

Critério (II): Os monumentos, as ruínas ainda presentes na Ribeira Grande e suas paisagens marítimas e agro-urbano, são testemunhos do papel considerável no comércio internacional associada ao desenvolvimento colonial europeu na dominação da África e da América e o nascimento do comércio triangular no Atlântico. Eles são testemunhos da organização das primeiras trocas marítimas intercontinentais, e o papel da Ribeira Grande como centro para a aclimação e disseminação de inúmeras espécies de plantas entre as zonas moderadas e tropicais e entre os vários continentes.

Critério (III): O conjunto urbano, marítimo e a paisagem da Ribeira Grande oferecem testemunho eminente das origens e do desenvolvimento durante mais de três séculos de comércio de pessoas escravizadas dos tempos modernos e suas relações de dominação. Foi um grande lugar essencial para a organização comercial e de experiência com escravos para desenvolver o território colonial. A mistura de raças humanas e do encontro das culturas africana e europeia deu origem à cultura crioula.

Critério (VI): Ribeira Grande está diretamente associada com a manifestação material (tangível) da história da escravidão e do tráfico dos povos africanos e conseqüentemente com a cultura e economia. Ribeira Grande foi o berço da primeira sociedade mestiça. A cultura crioula se espalhou através do Atlântico, adaptando-se a diferentes contextos coloniais do Caribe e Américas. Suas formas afetam muitos campos incluindo as artes, os costumes sociais, crenças, farmacopeia e a técnica culinária. Ribeira Grande é um elo inicial importante do patrimônio imaterial compartilhado pela África, Américas e Europa. (UNESCO, 2009, p. 192, 193).

Em relação à autenticidade e a integridade do sítio histórico a UNESCO considerou aceitável, no entanto, advertiu sobre a fragilidade da situação que se encontra o principal patrimônio cabo-verdiano e exige uma política permanente de reabilitação. E, quanto ao sistema de gestão, o organismo internacional, considerou satisfatório. Contudo, a proteção legal (jurídica), que ainda não está totalmente finalizada, deveria ser completada, assim como os métodos para o funcionamento das estruturas de gestão deveriam ser organizados (Curadoria, 2014).

A comissão da UNESCO solicitou ainda:

a) confirmar os progressos e métodos realizados para proteger o transporte marítimo da Zona Tampão e fornecer o mapa definitivo da propriedade; e especificar a área da superfície da extensão marítima;

b) para definir vários indicadores de acompanhamento para o urbanismo e arquitetura em conformidade com as normas internacionais, estabelecendo níveis de importância e urgência para o trabalho a ser realizado;

c) preservar, no futuro, a gestão da propriedade, a relação entre a cidade e o espaço rural e natural do vale, a fim de conservar a memória e, se possível, o testemunho da rica história agrícola da Cidade Velha (UNESCO, 2009, p. 192, 193).

Após entrar para a Lista de Patrimônio Mundial, em 2009, a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago deu início às obras de saneamento com a implantação de rede de esgoto e retenção das águas pluviais em todo o sítio. Parte da cidade já possui iluminação pública, com sistema de captação de energia solar, permitindo, assim, a redução dos custos e a proliferação de cabos elétricos na cidade. As intervenções arquitetônicas e urbanas, executadas no sítio histórico, seguiram, e ainda seguem, todas as recomendações dos organismos internacionais.

No mesmo ano em que o sítio histórico foi declarado patrimônio mundial, os meios de comunicação anunciavam a Cidade Velha como uma das 7 Maravilhas de Origem Portuguesa no Mundo. Concomitante à eleição das 7 Maravilhas do Mundo, foi organizada a eleição das maravilhas de Portugal. O objetivo é “destacar os portugueses como primeiro povo globalizador do mundo e a importância que a sua acção teve e tem nos nossos dias” (CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2008).

Todos os monumentos e, no caso da Cidade Velha, sítio histórico, estão classificados como Patrimônio Mundial, pela UNESCO. Segue, abaixo, a lista das 7 Maravilhas:

Monumento/Sítio	Local	País
Fortaleza de Diu	Diu	Índia
Fortaleza de Marzagão	Marzagão	Marrocos
Basílica do Bom Jesus de Goa	Goa	Índia
Cidade Velha	Santiago	Cabo Verde
Igreja de São Paulo	Macao	China
Igreja de São Francisco de Assis da Penitência	Ouro Preto	Brasil
Convento de São Francisco e Ordem Terceira	Salvador	Brasil

Tabela 5. Lista das 7 Maravilhas do Mundo Português
Fonte: CPLP, 2008

CAPITULO 4

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL



Figura 33. Imagem do cotidiano na Cidade Velha

Fonte: Dossiê de Candidatura. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial (2008)

4. GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

4.1. A Gestão da Cidade Velha no Município da Ribeira Grande

A Convenção para preservação do patrimônio cultural e natural, de 1972, determina que os bens patrimoniais que detenham valores excepcionais sejam preservados como patrimônio para a humanidade. Cabe ao Estado identificar, proteger e conservar o patrimônio cultural localizado em seu território. Os bens incluídos na Lista do Patrimônio Mundial são reconhecidos por um comitê internacional. Uma das exigências para os sítios históricos fazerem parte desta lista é o Plano de Gestão que associa todos os aspectos da preservação.

O bom estado de conservação da Cidade Velha, que levou a UNESCO a conferir à cidade o status de Patrimônio Mundial, é resultado da gestão integrada do patrimônio cultural desenvolvida entre poder público, privado e sociedade civil.

A estratégia de desenvolvimento e gestão do patrimônio cultural em Cabo Verde iniciou-se com a delimitação de uma área qualificada como interesse cultural e seguiu as recomendações internacionais de preservação do patrimônio. Nota-se, nas diversas Cartas Patrimoniais, documentadas a partir das convenções realizadas ao longo do tempo, que constantemente são incorporadas novas abordagens relativas ao patrimônio, território e qualidade de vida da população. As recomendações procuram promover o intercâmbio de experiências entre os Estados-membros e auxiliar a gestão dos bens protegidos.

A gestão do patrimônio cultural, de acordo Mora, é entendida como:

(...) um campo interdisciplinar e intersetorial de conhecimentos e práticas que apoiam processos de tomada de decisões estratégicas e operacionais de ordem prática, orientadas para conservação dos valores patrimoniais integradas ao desenvolvimento urbano (MORA, 2012, p. 115).

Após a inscrição do bem na lista do patrimônio, a UNESCO passa a exigir dos Estados que possuem bens inscritos

(...) um plano de gestão da conservação, e que sua implantação seja responsabilidade de uma instituição nacional. Essa exigência resultou da avaliação periódica (periodic reporting) sobre a conservação e a gestão dos sítios de valor universal, que identificou a necessidade de controle do estado da conservação (FERREIRA e ZANCHETI, 2012, p. 164).

Colocar em prática o plano de gestão facilita a tomada de decisões e orienta o desenvolvimento de ações para obter apoio, garantir a efetiva participação da comunidade e conservar o patrimônio. A gestão é necessária para estabelecer compromisso e cooperação conjunta e permanente entre o poder público e privado. Desta forma, favorece o fluxo de

recursos para os projetos institucionais e sociais além de ser conveniente para a revisão ou mesmo implantação de leis.

A preservação do patrimônio é um dever do Estado cabo-verdiano, das organizações não governamentais e da sociedade civil e, de acordo com a constituição do país, corresponde à Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago - CMRGS, enquanto poder local, ao Instituto de Investigação do Patrimônio Cultural - IIPC e a atual Alta Curadoria desenvolverem as ferramentas necessárias para a gestão do território. Nesse sentido, Cabo Verde conta com um Planejamento de Desenvolvimento Estratégico e um Plano de Gestão que identifica as bases sobre as quais se apoiam a preservação do patrimônio cultural material, imaterial e natural (Plano de Gestão 2008-2012).

O processo de preservação e gestão do patrimônio tem por objetivo prevenir e diminuir o risco que enfrenta o patrimônio cultural, através da implementação de medidas e instrumentos que garantam sua continuidade de forma a respeitar a dinâmica cultural que sustenta o patrimônio e evitar que as ações implementadas não estejam fora do contexto. Além dos instrumentos legais, a preservação do patrimônio cultural depende da efetiva participação da comunidade envolvida, desde a devida proteção até a definição das ações de preservação. Para isso, conta com a participação de associação comunitária de moradores da Cidade Velha, sendo que três membros da comunidade local fazem parte da Alta Curadoria. As ações visam dinamizar, revitalizar, promover, difundir o patrimônio através da identificação, investigação e definição de preservação (Plano de Gestão 2008-2012).

É importante ressaltar que, além de registrar, diagnosticar e fazer um plano de ação, a preservação do patrimônio cultural depende das instituições governamentais, instituições privadas e principalmente da sociedade civil. A participação efetiva dos membros da comunidade é imprescindível para a sustentabilidade local. Outro fator essencial para a identificação do patrimônio cultural é a herança transmitida de geração em geração e a memória como processo dinâmico e em constante mudança, intrinsecamente ligadas à identidade cultural da comunidade que habita o local a ser protegido (Plano de Gestão 2008-2012).

Nesse sentido, a gestão inclui, entre outras coisas, um processo administrativo que se desenvolve em função da preservação do patrimônio da Cidade Velha e tem a finalidade de resolver tarefas cotidianas para alcançar alguns objetivos no âmbito cultural. Para tanto, a Resolução N° 7/2009 e Lei N° 102/III/90 determinam:

Artigo 1.º - Criação do Comité de Gestão do Sítio Histórico da Cidade Velha, adiante designado “Comité de Gestão”.

Artigo 2.º - Composição do Comité de Gestão:

- a) O Instituto de Investigação e Património Cultural, que preside;*
 - b) A Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago;*
 - c) A Comissão de Candidatura do Sítio Histórico da Cidade Velha a Património Cultural Mundial;*
 - d) Três indivíduos da Cidade Velha de reconhecido mérito, prestígio e idoneidade;*
- . As entidades referidas nas alíneas a) e b) do número anterior serão representadas pelos seus Presidentes ou pelos seus representantes.*
- . A entidade referida na alínea c) do número 1 será representada pelo seu Diretor Científico.*
- . Os indivíduos referidos na alínea d) do artigo anterior são nomeados pelo Ministro da Cultura sob proposta do Presidente do Instituto de Investigação e Património Cultural.*

Artigo 3.º - Competência do Comité de Gestão:

- a) Monitorar toda e qualquer intervenção a ser realizada no sítio histórico e nos monumentos históricos situados no sítio histórico;*
- b) Elaborar relatórios e pareceres para o membro do Governo responsável pela área da Cultura sobre quaisquer intervenções a serem realizadas no sítio histórico;*
- c) Elaborar pareceres sobre quaisquer matérias relevantes à gestão do sítio histórico;*
- d) Aprovar o seu próprio regulamento interno.*

O Plano de Gestão Cultural procura produzir mudanças associadas ao bem estar e melhoria na qualidade de vida da comunidade cabo-verdiana. Para tanto, o plano de gestão do património cultural da Cidade Velha, 2008-2012, está vinculado a vários instrumentos normativos contidos nos planos complementares descritos a seguir. Tais planos buscam orientar as intervenções e preservação do sítio histórico com o propósito de minimizar os impactos negativos e os conflitos entre o estado e a sociedade civil, bem como adaptar a gestão às necessidades atuais.

. **Plano de expansão:** a expansão da Cidade Velha foi planejada fora do centro histórico, para tanto foram previstas infraestruturas necessárias ao desenvolvimento da cidade, desta forma o crescimento do município torna-se controlável e ainda preserva os valores patrimoniais da Cidade Velha.

. **Plano de Gestão Urbanística** (2008): instrumento de gestão do património que confere regulamentação para cada região do município da Ribeira Grande de Santiago.

. **Plano Estratégico de desenvolvimento sustentável** (2008): abrange todo o território do Município da Ribeira Grande de Santiago, incluindo o centro histórico da Cidade Velha .

. **Plano Diretor Municipal** (2008-2011): o plano delimita as regiões passíveis de desenvolvimento futuro e indica a utilização de cada zona.

. **Plano de Recuperação e transformação arquitetônica da Cidade Velha (2001-2008):** o objetivo deste plano, liderado, na época, pelo arquiteto Álvaro Siza, visava o ordenamento do território e previa a reabilitação do conjunto de casas do sítio, implantação de um restaurante e uma pousada no centro histórico e ainda um estudo para a conservação da Sé Catedral. Todas as casas do sítio foram objeto de estudo pela equipe liderada pelo arquiteto português, objetivando possíveis melhorias e, em certos casos, modificação e até demolição. Do ponto de vista material, “a reabilitação das casas e monumentos da cidade foi concebida com base nas técnicas e filosofias de construção à moda antiga” (Plano de Gestão 2008-2012, p. 31).

. **Diagnóstico e propostas para o desenvolvimento turístico da Cidade Velha:** O plano de desenvolvimento turístico visa garantir o desenvolvimento voltado para esta atividade de forma justa para toda comunidade.

. **Plano Ambiental Municipal** (Ministério do Ambiente): Cada município deve elaborar o próprio plano de proteção do meio ambiente.

. **Gestão de pesquisas arqueológicas subaquáticas:** o projeto, que tem o propósito de melhorar a proteção do sítio, inclui a concepção de instrumentos jurídicos de proteção e formulação de instrumentos de gestão para a Cidade Velha.

. **Plano de desenvolvimento turístico Proin-tur:** O propósito do plano é única e exclusivamente a gestão dos monumentos através da empresa privada Proin-tur.

Além desses planos, a Alta Curadoria, criada em 2012, propôs novos desafios para a preservação do sítio histórico. Esses desafios propostos pelo atual curador da cidade, Jair Fernandes, nada mais são do que a sequência do Plano de Gestão 2008-2012 ainda vigente.

. **Primeira fase do Projeto Cidade Velha emergente:** continuar com a melhoria da sinalização e identificação dos monumentos bem como a paisagem visual do sítio. O curador Jair Fernandes (2013) esclarece que “o projeto visa a transformação visual e melhoria das condições de habitabilidade com a reabilitação das fachadas e cobertura das casas, além da construção de casa de banho (banheiros)” e acrescenta que, após mobilização de recursos, conseguiu 25.000 dólares, disponibilizados pelo Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO, através do governo japonês, para o projeto de sinalização dos monumentos do sítio histórico” (Entrevista concedida ao Jornal de Notícias Sapo em 10/06/2013).

. **Agenda Cultural da Cidade Velha:** o objetivo deste projeto é dinamizar a Cidade Velha com a criação de uma agenda cultural para proporcionar uma experiência diferente aos visitantes que passam não apenas pelo conhecimento e fruição do patrimônio construído, como também por uma maior interação entre estes e a comunidade local através das atividades culturais que se pretende promover (Curadoria Cidade Velha, 2012).

. **Estudo do Impacto do turismo na Cidade Velha:** As autoridades governamentais cabo-verdianas acreditam que o turismo é um dos principais setores para o desenvolvimento econômico do país. Assim, o estudo pretende demonstrar a importância e os efeitos que esta atividade pode causar na primeira e única cidade patrimônio mundial de Cabo Verde. (Curadoria Cidade Velha, 2012).

A conservação, preservação e divulgação dos valores patrimoniais e culturais, aliada ao turismo pode constituir um pilar fundamental para a sustentabilidade socioeconômica do sítio histórico da Cidade Velha, Patrimônio Mundial (Curadoria Cidade Velha, 2012).

Cada instituição tem sua função. Cabe a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago e o IIPC:

Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago:

- Conceber os planos de gestão Municipal,
- Desenvolver as infra-estruturas,
- Gerir, os pedidos de autorização de construção,
- Informar o IIPC sobre os pedidos de autorização de construção,
- Cuidar dos espaços de circulação e recolher o lixo.

Instituto do Patrimônio Cultural – IIPC:

- Inventariar os elementos do património material e imaterial;
- Garantir os valores desse património e assegurar o desenvolvimento harmonioso do sítio e da sua paisagem;
- Garantir a supervisão das atividades de conservação;
- Informar as populações sobre os valores e a importância do sítio;
- Mobilizar os parceiros técnicos e financeiros para a conservação e valorização do sítio;
- Coordenar as ações internacionais ligadas à conservação;
- Supervisionar as atividades da Proim-Tur;
- Recrutar pessoal competente para a manutenção e preservação do núcleo;
- Conceder autorizações aos pesquisadores (arqueólogos);
- Organizar o arquivo e a documentação do sítio. (Plano de Gestão 2008-2012)

Contudo, “a participação da população é fundamental para que haja uma gestão democrática que caracteriza-se pelo incentivo à participação de todos os autores envolvidos no processo” (VIEIRA, 2007, p. 82). As ações de gestão devem ser descentralizadas, não basta apenas potencializar a economia local através do poder público e empresas privadas, o aproveitamento do patrimônio é direito de todos. A mesma autora observa, ainda, que “a

valorização econômica decorrente da exploração turística não pode danificar o patrimônio” (VIEIRA, 2007, P.86).

O plano de gestão é um “documento de orientação que permite conciliar a preservação do patrimônio à melhoria das condições de vida dos moradores da Cidade Velha” (Plano de Gestão 2008-2012, p. 6). Este plano conta com o apoio do Estado cabo-verdiano, UNESCO, participação da sociedade civil e outros autores interessados no sítio histórico. Conforme aponta Pontual:

as tendências contemporâneas da gestão pública estão marcadas também pela descentralização das decisões e das responsabilidades políticas, bem como pela participação da sociedade na escolha das alternativas de desenvolvimento (PONTUAL, 2012, p.113).

Para tanto, o instrumento normativo, implantado no território desde 2008, foi dividido em três partes:

- . Descrição/Inventário: proteção do patrimônio cultural mediante instrumentos jurídicos, inventário dos bens e ação contra intervenções sem prévia autorização.
- . Avaliação/Conservação: ação para manter a integridade física dos vestígios do passado, assim como estabelecer normas e critérios para aplicar em projetos e obras.
- . Plano de ação/uso: dentro do contexto de desenvolvimento sustentável, fomentar e controlar o uso dos bens culturais, estabelecer regras e metodologias eficientes.

“Os princípios éticos que norteiam este plano baseiam-se nas recomendações contidas nas cartas internacionais referentes à gestão do patrimônio” (Plano de Gestão 2008-2012, p.8). O objetivo do documento é preservar os monumentos, valorizar o patrimônio arquitetônico e urbanístico e beneficiar, de forma positiva, a população local.

O plano de gestão consiste num conjunto de ações e recursos técnicos institucionais e financeiros logicamente ordenados, objetivando uma mudança nos procedimentos políticos, institucionais e administrativos, relativos a um conjunto social, segundo um marco temporal e uma unidade territorial. O referencial adotado é o do desenvolvimento sustentável e da conservação urbana, considerando-se uma visão estratégica do planeamento. Tem como objetivo a manutenção da especificidade, diversidade e autenticidade da tipologia da morfologia urbana e edílicia, assim como das expressões de vivências e tradições culturais, integrando-as às exigências contemporâneas de novos usos, funções e atividades. (PONTUAL, 2012, p.97)

Tais objetivos, conforme aponta a autora, podem “prolongar a vida útil de um bem cultural e valorizar as suas características históricas, sem perda de sua autenticidade e seu significado” (PONTUAL, 2012, p.97).

A UNESCO não interfere na gestão, no entanto a avaliação é submetida a cada dois anos e visa monitorar o estado de conservação do bem patrimonial e, se for o caso, fornecer diretrizes necessárias para uma gestão eficaz. Conforme esclarece o curador da Cidade Velha, Jair Fernandes, na análise de 2009.

O organismo internacional não criticou o trabalho desenvolvido no sítio, contudo recomendou que a integridade e autenticidade dos monumentos fossem mantidas. A UNESCO sempre oferece assistência técnica para acompanhar essa questão. O que mais preocupou o governo foi a criação de uma normativa de construção que já está sendo trabalhada em parceria com a Ordem dos Arquitetos, Direção Geral do Ordenamento do Território e com outros parceiros. Entrevista concedida à RTC Conversa em dia: Monumentos e Sítios, em 26/06/2009.

O Plano prevê possíveis constrangimentos do ponto de vista do turismo e socioeconômico:

- . no futuro, o uso do patrimônio para fins do turismo cultural poderá afetar o sítio;
- . a quantidade de veículos, no centro histórico pode gerar congestionamentos;
- . regras impostas pelas agências de turismo;
- . desenvolvimento de complexos hoteleiros no centro histórico;
- . substituição da pedra que contorna a praia por areia;
- . valorização imobiliária;
- . gentrificação, motivada pela venda de casas a preços elevados e o deslocamento da população local para outras cidades vizinhas (Plano de Gestão 2008-2012, p. 33 e 34).

4.2. Plano Diretor Municipal da Ribeira Grande de Santiago

O Plano Diretor Municipal da Ribeira Grande de Santiago - PDMRGS, constituído em 2011, é um instrumento legal para o planeamento e regularização dos espaços da cidade. O conteúdo do documento propõe

políticas e medidas de ordenamento do território de acordo com os princípios específicos e fins determinados na Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (LBOTPU, Decreto – Legislativo nº 1/2006, de 13 de Fevereiro, alterado pelo Decreto – Legislativo nº 6/2010), assim como no Regulamento Nacional de Ordenamento Do Território e Planeamento Urbanístico (RNOTPU, Decreto-Lei nº 43/2010), que desenvolve e concretiza a LBOTPU (PDMRG, 2011).

A finalidade é estabelecer regras para a ocupação e uso do solo além de promover o desenvolvimento económico, social e cultural. O Plano estabelece, ainda, o uso adequado e racional dos recursos naturais, materiais e patrimoniais com vista à melhoria da qualidade de vida dos habitantes, através da gestão integrada e preservação do património cultural e natural (PDMRG, 2011).

Os instrumentos que orientam e permitem o equilíbrio entre a preservação do sítio histórico e o desenvolvimento social foram, de início, as propostas de inscrição da Cidade Velha na Lista de Patrimônio Mundial, em 2008, aprovada pela UNESCO em 2009; e o Plano de Gestão do sítio Histórico 2008-2012, em vigência até o momento. O Plano Diretor Municipal é constituído por Regulamento, Peças gráficas, Relatório, Programa de Execução e Financiamento, distribuídos em três volumes.

A área delimitada para identificação do sítio histórico é determinada como Zona non-aedificandi compreende 209,1 hectares distribuídos entre as regiões do Salineiro e Calabaceira. A Zona Tampão possui 2.132,7 hectares divididos entre a Ribeira de Caniço e Ribeira de São Martinho Grande. O sítio histórico está delimitado por uma Zona Tampão que implica em restrições para construção na de expansão conforme mostra as figuras a seguir (Figura 30).

Os bens patrimoniais inventariados, apresentados no Plano Diretor Municipal, compreendem os monumentos religiosos, militares, civis, espaços públicos e privados, natural e conta também com a paisagem, conforme descritos nas tabelas a seguir:

MONUMENTOS RELIGIOSOS	MONUMENTOS MILITARES
Igreja da Nossa Senhora do Rosário Ruínas da Sé Catedral Ruínas do Palácio Episcopal Ruínas da Igreja / Hospital da Misericórdia Ruínas da Capela de São Roque Ruínas da Igreja / Convento São Francisco Ruínas do Colégio dos Jesuítas Ruínas da Igreja de São Pedro Ruínas da Igreja da Nossa Senhora da Conceição Ruínas da Igreja Nossa Senhora da Luz Ruínas da Ermida do Monte Alverne Ruínas da Igreja de Santa Luzia Ruínas da Capela de São Pedro Ruínas da Capela de Santíssima Trindade Igreja Paroquial de São Martinho Grande Capela de São João Baptista Altar da Santíssima Cruz	Fortaleza Real de São Filipe Ruínas do Forte do Presídio Ruínas do Forte de São Veríssimo Ruínas do Forte de Santo António Ruínas do Forte de São Lourenço Ruínas do Forte de São Brás Ruínas da Torre de Vigia

MONUMENTOS CIVIS E ESPAÇOS PÚBLICOS	RUAS E BECOS
Ruínas da Companhia de Grão Pará e Maranhão Muralhas de proteção da cidade Pelourinho e Praça Casa de Trapiche do Vale de São Martinho Grande Pousada Nacional de São Pedro	Rua do Porto Beco das Confrarias Rua do Calhau Beco da Ilha Rua da Misericórdia Rua da Banana Rua da Carreira Rua Direita de São Pedro Rua da Horta Velha Rua dos Conventos Rua Direita da Cidade Rua Direita ao Forte Rua da Praça Rua da Laranjinha
NATURAL	PAISAGEM
Monte Facho Montona Monte Volta Montinho e Monte Branca Monte Belém Monte Achada Curral e Fundura Monte Alfarroba Fragmento Rochoso de Chã de Igreja	Baía e Porto Natural de Porto Gouveia

Tabela 6. Bens Patrimoniais inventariados na Cidade Velha

Fonte: PDMRGS (2011)

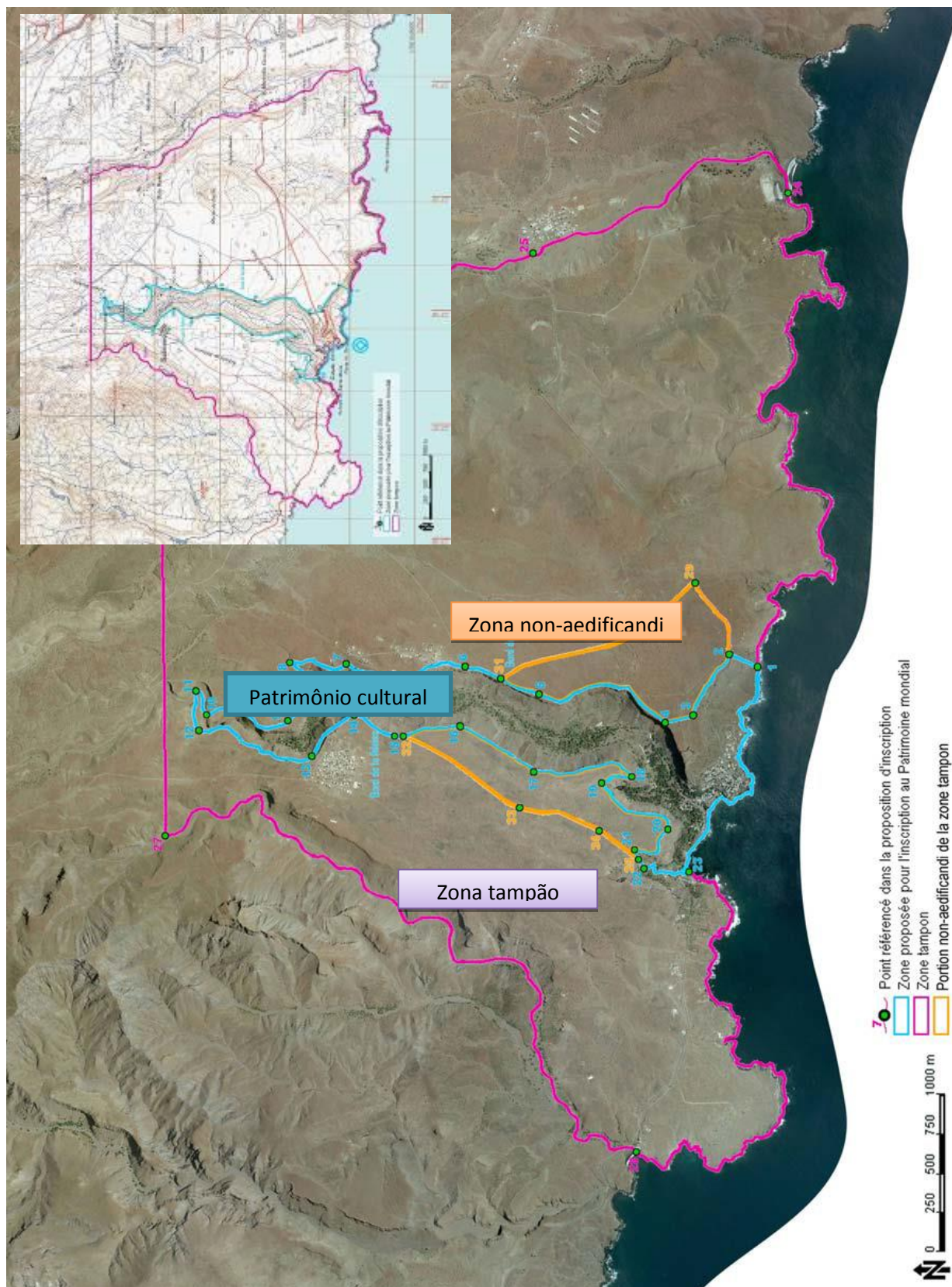


Figura 34. Zoneamento do centro histórico.

Fonte: Dossiê de candidatura. Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial (2008).



Ruínas do convento de São Francisco



Igreja do convento de São Francisco



Antigo moinho de cana



Ruínas do colégio dos jesuítas



Igreja Nossa Senhora do Rosário



Rua Banana



Pelourinho



Porto



Ruínas da torre de vigia



Destilaria artesanal



Fortaleza de São Felipe



Ruínas da Igreja da Misericórdia



Rua Calhau



Rua Direita, de São Sebastião



Catedral Sé



FoBairro São Sebastião

Figura 35. Localização dos bens patrimoniais da Cidade Velha
Fonte: Elaborada pela autora

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PED) do Município da Ribeira Grande de Santiago tem como prioridade: melhorar os acessos, nomeadamente a via que liga a Cidade Velha a outras regiões; criar áreas de expansão para a região do Salineiro e Calabaceira; implantar na área de expansão Liceu (Escola), Centro de Saúde, Esquadra Policial, Complexo desportivo, Mercado, Unidade Sanitária de Base e promover o desenvolvimento turístico.

Observa-se que no decorrer dos últimos anos, vários projetos visando às dinâmicas territoriais foram discutidas pelo governo cabo-verdiano, porém, poucos foram implementados e alguns ainda encontram-se em fase de atualização, é o caso do plano de gestão da cidade.

4.3. Os conflitos entre poder público, iniciativa privada e sociedade

A nova realidade do território é condicionada a atender a novos interesses políticos, econômicos e socioculturais, que dependem da gestão do território, da especulação imobiliária e da sociedade civil, os quais determinam a reordenação do sítio para adequar-se à realidade do presente.

. É dentro desse contexto que se organiza a preservação do patrimônio, a qual é considerada como o elo entre os grupos sociais e seu território. Nesse sentido, por estar submetido às legislações de preservação, medidas restritivas e imposições normativas para impedir a destruição e descaracterização dos bens ainda existentes na Cidade Velha, desde o início das intervenções, vêm sendo alvo de conflitos de interesse entre o poder público e a sociedade, representada pelos moradores da cidade.

A candidatura da Cidade Velha a Patrimônio Mundial impôs, aos moradores, limitações com relação à ampliação das construções, principalmente a ampliação das casas, uso de materiais. Por outro lado, algumas casas passaram por intervenções no sentido de recuperar as fachadas de estilo colonial, construção de banheiros e ainda contou com a substituição da cobertura com telhas cerâmicas e cobertura de palha. Essas medidas serviram também para impedir que se façam construções de dois ou mais pisos descaracterizando o núcleo, que vai contra a política imposta pelo organismo internacional (UNESCO).

O encontro entre o arquiteto e a população, para a realização das obras de recuperação do conjunto de casas e monumentos, a fim de candidatar esta cidade a Patrimônio Mundial e atrair o turismo internacional, gerou muitos conflitos. A população

aceitou a proposta imposta pelo Governo, porém, não concordou com as medidas e mudanças arquitetônicas sugeridas pelo arquiteto português.

O trabalho realizado iniciou-se nos anos 1990, para tanto a recuperação da Rua Banana e Carrera, durou cerca de três anos. A reação da população, diante dessa situação, não foi muito positiva; todo o processo de reabilitação gerava muitas expectativas. Tal reação pode ser vista no documentário “O arquitecto e a Cidade Velha”, dirigido por Catarina Costa, 2000, que trata do encontro entre o arquiteto português Álvaro Siza e a comunidade local.

Diante deste fato, foi necessário realizar várias reuniões entre o poder público e os residentes para que houvesse um equilíbrio (Costa, 2000). Os encontros realizados pela Câmara Municipal, IIPC e Alta Curadoria, até a presente data, são constantes, conforme relatou o Diretor da salvaguarda do Patrimônio, Adilson Dias (2014).

A Cidade Velha, por ser um sítio histórico preservado como patrimônio mundial, tem sido alvo de muitas intervenções, tanto por parte dos organismos nacionais como internacionais. A comunidade local só recebe informação das políticas relacionadas ao patrimônio, não tem participação ativa na tomada de decisão. Ela é informada pelos seus representantes que compõem o quadro da Alta Curadoria, estes tem o papel de conscientizar os moradores.

A presença da população nesse processo proporciona a integração social e o diálogo com as autoridades governamentais. O IIPC, que faz parte do cotidiano local, é o órgão responsável pelas políticas relacionadas ao patrimônio. Apesar das ações preservacionistas e contribuição da instituição para a conservação do sítio histórico, observa-se que a presença dos representantes do IIPC incomoda alguns moradores, outros se mostram apreensivos, tendo em vista, o autoritarismo e a centralização da tomada de decisões, além da imposição das regras de intervenção ou modificação nas edificações.

Moradores como a Dona Rosalinda, Sr. Abel e Francisco que participaram do processo de inventário do patrimônio, consideram importante a participação da comunidade, mas nem todos se sentem mobilizados a participar. Apesar de a comunidade ter sido incentivada pelo poder público a participar, a disposição de muitos ainda é dispersa. Conforme depoimento de uma moradora da cidade, cujo nome não foi revelado, ao documentário o “Arquitecto e a Cidade Velha”:

Todos dizem que a cidade é histórica, mas nós somos pobres, não ganhamos nada com o histórico. É só eles (governo) que ganham com o histórico. (Eles deveriam) pelo menos deixar arranjar as casas para os

moradores, não é. O que nós podemos ganhar com isso é termos a nossa casa para morar. Esse é que é o nosso problema (Apud COSTA, 2000)

Nota-se que na teoria a gestão deve ser participativa, no entanto, isso não acontece, a maior parte dos processos de preservação do patrimônio é proposta por técnicos especializados e não contam com a participação direta da comunidade. Diante disto, muitos moradores não concordam com as práticas patrimoniais impostas, o que acarreta em discórdia entre as partes envolvidas. Assim, a atuação do IIPC na Cidade Velha não é bem vista, embora a nível nacional tenha se destacado no campo da preservação e valorização de bens patrimoniais (IIPC, 2012).

Constatamos que a UNESCO exige a participação da comunidade local na elaboração do dossiê de candidatura. Para tanto, os governantes procuraram envolver os residentes da Cidade Velha logo no início do processo, a fim de diminuir os conflitos entre os diversos atores e tornar o patrimônio conhecido mundialmente visando assim, ao desenvolvimento econômico sustentável.

Desde que entrou para a Lista do Patrimônio Mundial, a UNESCO, monitora o sítio histórico com o propósito de verificar o andamento da preservação além de apoiar a valorização do patrimônio cabo-verdiano. Nota-se que a participação da comunidade local, mesmo sendo discreta, é fundamental para o processo de preservação e enriquecimento do espaço. O organismo internacional entende que é necessário para as políticas preservacionistas fazer uma gestão participativa, assim os conflitos são amenizados. Em se tratando de preservação do patrimônio cultural sempre haverá confusão, seja na Europa, América, África ou em qualquer parte do mundo.

Embora haja polêmica em relação às rígidas regras de preservação do patrimônio local, as quais a população só tomou conhecimento a partir de 2000, as ações de instituições nacionais e internacionais no sítio, não são aceitas pela comunidade, apesar de serem necessárias para a preservação do patrimônio mais significativo do país.

A preservação do sítio histórico da Cidade Velha foi um avanço considerável para as políticas patrimoniais de Cabo Verde. Além de ter introduzido a gestão participativa, tem encorajado as autoridades cabo-verdianas a preservar novas áreas.

Apesar, da Cidade Velha, ser considerada o berço da nação cabo verdiana (Pereira, 2004), conforme mencionado anteriormente, muitos não tinham noção da importância do sítio histórico para a humanidade. Desde o início do processo de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, procurou-se sensibilizar as mais diversas camadas da sociedade através de reuniões, meios de comunicação e educação patrimonial para valorizar o rico

patrimônio colonial. No entanto, decorridos cinco anos, ainda é preciso fortalecer e divulgar cada vez mais sua importância para os cabo-verdianos. As atividades ligadas ao patrimônio só se sustentam ao longo do tempo se a preservação e apropriação dos bens patrimoniais, por parte da população local, ocorrerem de forma consensual.

Outro ponto de divergência refere-se à atuação e às estratégias de ação da Alta Curadoria, do Instituto de Investigação do Patrimônio Cultural - IIPC e da Câmara Municipal da Ribeira Grande, que são responsáveis pela conservação e fiscalização de obras, uso e ocupação do solo em todo o perímetro urbano e entorno do núcleo com o intuito de evitar sua descaracterização.

A gestão do patrimônio cultural na Cidade Velha, de início, estava a cargo do IIPC e da Câmara Municipal da Ribeira Grande, no entanto, não obteve o resultado esperado devido ao não atendimento das propostas contidas no Plano de Gestão (2008-2012) e os constantes conflitos gerados entre o Instituto e a Câmara. Visto o não cumprimento das normas, o Governo, que não estava satisfeito com a comissão responsável pela gestão do sítio, conforme apontou o curador da Cidade Velha, Jair Fernandes, ao diário A Semana (on-line), decidiu organizar uma nova equipe para gerir o patrimônio tão emblemático de Cabo Verde.

Uma reportagem publicada no jornal Diário de Notícias afirma que:

A polémica gestão da Cidade Velha parece acentuar-se, com consequências imprevisíveis, o desentendimento entre a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago e o Instituto de Investigação e do Património Cultural (IIPC), a propósito da futura gestão da Cidade Velha, proposta, no ano passado, por Cabo Verde, para património da humanidade.

A UNESCO colocou, recentemente, algumas questões relacionadas precisamente com a gestão do futuro património, tendo em vista a decisão sobre a Cidade Velha, que será tombada em Junho, na conferência anual da organização, em Sevilha, Espanha.

As respostas foram dadas esta semana pelo IIPC, sem consulta prévia à autarquia, que se sente excluída de um processo em que entende dever ter a liderança.

As opiniões dividem-se entre as que defendem a gestão governamental do futuro espaço, através do IIPC, dependente do ministério da Cultura, e as que entendem que deve ser o poder autárquico a liderar a comissão de gestão da Cidade Velha. Foi, aliás, neste sentido, que a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, designação formal do conselho a que pertence a histórica Cidade Velha, organizou, no âmbito das festas do Santo Nome de Jesus, um fórum para o qual convidou representantes dos municípios de Gorée (Senegal) e Évora (Portugal), autarquias que lideram a gestão desses espaços também históricos. A autarquia da Cidade Velha, que diz não abdicar dos poderes que a Constituição lhe confere, pretende, no âmbito do futuro património, ligar-se à de Lagos, no Algarve, numa rede que projecte os dois espaços, o da Cidade Velha, enquanto antigo

entrepósito de escravos, e o de Lagos, como antigo mercado de escravos. (Entrevista concedida ao Diário de notícias Globo em 01/03/2009).

De acordo com o Primeiro Ministro de Cabo Verde, a criação da Alta Curadoria foi necessária devido aos problemas relacionados às questões políticas partidárias. (Entrevista cedida à autora na associação cabo-verdiano do Brasil em 18/10/2014)

Também o primeiro-ministro, José Maria Neves, reconheceu que a Cidade Velha poderia estar melhor em termos de cuidados e de empenhos, mas ele mostrou-se confiante de que a Alta Curadoria para o sítio Património da Humanidade irá dar sustentabilidade ao estatuto que a urbe ostenta, sublinha internamente. "Há sempre uma réstia de angústia em relação a esta cidade de que tanto se fala. Não nos revemos no estado em que se encontra a Cidade Velha neste momento. Algo nos diz que, em termos de cuidados e de empenhos, podemos fazer mais e melhor e sem complacência para com a mediocridade", precisou.

O chefe do Executivo cabo-verdiano desafiou a Alta Curadoria a inserir o Património da Humanidade na agenda de desenvolvimento, através de iniciativas nas áreas da educação, da capacitação, do conhecimento, do ciências históricas, do turismo cultural, entre outras. (Entrevista concedida ao jornal on-line Panapress em 07/11/2012)

Percebe-se, entretanto, que não há um entendimento entre as instituições (CMRGS, IIPC) responsáveis pela gestão do sítio. Este desentendimento tomou um rumo mais relevante, foi parar nas páginas dos jornais cabo-verdianos e culminou na demissão do antigo diretor do IIPC, Carlos Carvalho. Um dos problemas causados pelo representante do IIPC trata-se dos trabalhos de arqueologia. Segue abaixo o desabafo do presidente da CMRGS Manuel Monteiro de Pina, feito em 2010:

Meu caro Carlos Carvalho

Lendo o e-mail que tem estado a enviar para diversas pessoas e entidades a propósito das investigações feitas na Cidade Velha por arqueólogos da Universidade de Cambridge, congratulo-me: de facto, você dá-me a oportunidade de pôr os pontos nos iii em muita coisa que, há muito, requer ser desmistificada. De resto, como você próprio diz, "as informações devem ser transmitidas da forma o mais correcta possível, para evitar mal entendidos".

Então vamos aos factos e às memórias que, pelos vistos, andam "um pouco" perturbadas por aí.

Terei que lhe recordar, meu caro, que os arqueólogos britânicos vieram à Cidade Velha pela mão da Universidade Piaget (que o IIPC tem tido o desplante de querer omitir em todos este processo, ao ponto de querer afastar da Cidade Velha o prof. Konstantin, já pelo IIPC marginalizado de todo este projecto)? Que os referidos arqueólogos se confrontaram então com as portas fechadas do IIPC e do Ministério da Cultura, que nem sequer os receberam, e só descobriram a sua existência quando se aperceberam dos resultados (e sua importância) da investigação então feita?

Terei que lhe recordar que a quase totalidade do espólio dessas primeiras investigações, se encontra armazenado (embora catalogado) nas caves do Centro Cultural Português, à espera que alguém os vá buscar?

Terei que lhe recordar que as valas abertas para as tubagens de água e saneamento na Cidade Velha tiveram um mais que deficiente acompanhamento por parte do IIPC e que foi a própria Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago que, face ao descaso tido pelo IIPC, contactou o Professor Konstantin (da UNIPiaget), chamando-lhe a atenção para o que se estava a achar? E que foi o Professor Konstantin quem, de imediato, contactou os arqueólogos da Universidade de Cambridge?

Terei que lhe recordar que, face aos achados, o chamei a si ao meu Gabinete, onde veio na companhia de Martinho de Brito, e lhe falei então na necessidade de ouvir os arqueólogos de Cambridge e que VOCÊ MESMO a isso se opôs, considerando que tal era uma "desconfiança" para com os técnicos do IIPC?

Terei que lhe recordar que, depois de longa discussão entre nós, lhe propus que recorrêssemos a uma terceira opinião (de desempate) e que só então você concordou com a presença desses arqueólogos?

Terei que lhe recordar que, perante o descaso do IIPC, fui eu próprio que assumi a decisão, a responsabilidade e o preço político de manter as valas abertas durante quatro semanas para que se pudesse fazer a recolha e registo dos materiais? E que, apesar dos naturais incómodos que as valas abertas causavam à população, e apesar das insistências da Câmara, o IIPC (o Ministério da Cultura, o Governo) se recusaram a sensibilizar a população para a importância destes achados, aproveitando o PAICV para os mais despudorados ataques à Câmara?

Terei que lhe recordar que, perante a importância dos achados, foi a Câmara que assumiu o ónus e os custos de alterar o traçado das valas para evitar que os elementos arqueológicos fossem afectados, enquanto o IIPC assobiava para o lado?

Terei que lhe recordar que foi a Câmara Municipal que suportou os custos (encargos) de tudo isto, uma vez que o IIPC e o Governo se recusaram a participar?

Terei que lhe recordar que foi a Câmara Municipal quem, abordada pelos arqueólogos da Universidade de Cambridge, autorizou a abertura das trincheiras que estão agora à vista?

Quando leio o seu desplante em frases como "As últimas vindas dos arqueólogos foram todas em concertação com o IIPC", "A vinda dos arqueólogos aquando das escavações das valas para água e saneamento foram também concertadas com o IIPC", concluo que você, Carlos Carvalho, além de sofrer de falta de memória, perdeu a noção do pudor e da responsabilidade.

Face a tudo isto, digo-lhe: chega! Já basta o que de muito mau tem vindo a acontecer neste processo do Património Mundial, onde você tem sido um parceiro menor e quase sempre prejudicial, acabando por querer marginalizar aqueles que, como Charles Akibodé, foram verdadeiros protagonistas de algo que honra Cabo Verde. Há muito que você atingiu o "princípio de Peter" - não abuse.

1.1 Tomo para mim, e relativas a si, as últimas palavras neste seu e.mail: "No quadro das boas relações existentes entre nossas duas instituições, muito agradecia que se repusesse as verdades em relação a todos esses

projectos, para que o clima continue no espírito de Sevilha que cultivamos todos". (Entrevista concedida ao Jornal Expresso das Ilhas em 15/02/2010)

A partir destes registos, retirados de periódicos, observa-se que, as questões de ordem política, podem prejudicar e interromper o trabalho que vem sendo realizado a quase quadro décadas.

Ao mesmo tempo percebemos é a fragilidade das atividades de gestão que não possui profissionais especializados e ainda tem que enfrentar disputas de ordem política, por um lado, e conflito entre os diversos atores envolvidos, por outro, o que torna a gestão mais complexa.

Quando se observam posições partidárias diferentes entre o poder municipal, estadual e federal, o que se tem observado é uma verdadeira disputa entre esferas ao invés do esforço coletivo e cooperado. Tal disputa também complica o alcance de programas de revitalização sustentáveis. (VIEIRA, 2007, p. 323).

Em relação à gestão do sítio histórico, os gestores encontram dificuldades para conciliar as questões sociais e o desenvolvimento econômico, pois, de acordo com o curador da Cidade Velha, além dos problemas partidários, faltam recursos financeiros para prosseguir com a proposta. Apesar da população não estar contente com as propostas impostas, o governo tem insistido com o desenvolvimento sustentável e com as ações de preservação.

Como seria de esperar, o impacto da preservação na Cidade Velha foi percebido de diferentes maneiras pelos moradores da região. Alguns compreendem que fazer parte da Lista do Patrimônio Mundial é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico, enquanto que outros se opõem, pois, sentem-se afetados, principalmente nos seus modos tradicionais de vida (SANTOS, 2012)

Atualmente o Ministério da Cultura, através da Alta Curadoria, do Instituto do Patrimônio Cultural – IIPC e da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, são as entidades responsáveis pela preservação e gestão do sítio histórico no momento. A preservação do patrimônio é um dever do Estado de Cabo Verde e, de acordo com as normas vigentes corresponde à Alta Curadoria, entidade, organizada no final de 2012, a gestão da Cidade Velha.

A Alta Curadoria, que passou a coordenar todas as intervenções na cidade, é composta pelo Ministro da Cultura, Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação, IIPC, Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, Curador eleito pelo Estado e quatro moradores da cidade. Para reforçar a política de desenvolvimento econômico, desde 2010, foi implantado o projeto “Conhecer e divulgar a Cidade Velha Patrimônio Mundial”, com o

objetivo de sensibilizar os moradores e integrá-los no contexto social e cultural para que o patrimônio quinhentista permaneça vivo. Além desse projeto, a Alta Curadoria dará seguimento ao Plano de Gestão adotado desde 2008 enquanto que a Câmara Municipal em conjunto com o Instituto do Patrimônio Cultural – IIPC gerem o território e são responsáveis pelas decisões que têm impacto visual sobre o sítio.

Apesar do empenho do governo, a preservação cultural em Cabo Verde vem sofrendo com a falta de uma política cultural mais intensificada, associada à falta de investimentos financeiros, com isso o trabalho de preservação torna-se deficiente e de difícil entendimento para a sociedade.

Nota-se que ao mesmo tempo em que se verifica a tentativa de envolver os habitantes no processo de transformação e desenvolvimento local, o governo entregou a administração do circuito turístico a um órgão privado, o Proim-Tur, reservando ao Estado a responsabilidade da gestão do patrimônio construído. A Proim-Tur é uma empresa de espanhóis e cabo-verdianos, não residentes no sítio histórico, que explora o roteiro turístico da cidade, para tanto, inclui visitas à Fortaleza Real de São Filipe, à Igreja e Convento de São Francisco, à Igreja Nossa Senhora do Rosário, à Catedral Sé e ao Pelourinho. A mesma empresa explora o restaurante localizado ao lado do Pelourinho e a Pousada São Pedro, próxima à antiga ribeira. De acordo com o curador da cidade, parte do lucro arrecadado com as vendas dos ingressos que dão direito à visita dos monumentos, reverte-se para a manutenção dos edifícios e o restante é dividido entre o poder público e privado, nesse sentido, a população local é excluída desse processo.

A reabilitação do núcleo contribuiu para a intensificar a circulação na cidade, principalmente após a vinda de turistas ao núcleo. Nesse sentido, o espaço público da cidade passou a atrair o turismo nacional e internacional. Entretanto, o Governo cabo-verdiano continua procurando apoio, tanto técnico como financeiro, com outros países para legitimar esse patrimônio.

As propostas de preservação do patrimônio cultural têm propiciado um acelerado processo de recuperação do acervo arquitetônico e sua vinculação à atividade turística. A ausência de integração entre as políticas públicas de preservação do patrimônio, a falta de participação da comunidade local nos benefícios proporcionados pelo turismo e o compromisso com a integridade do acervo arquitetônico local, geram conflitos.

A gestão do turismo também tem causado constrangimentos. O fato de a atividade ser desenvolvida por uma empresa espanhola tem proporcionado um descontentamento por parte da população, principalmente após a concessão da licença para exploração do

restaurante ter sido retirada de um morador local e transferida para a empresa Proim-tur⁵. Ao que tudo indica, até as autoridades governamentais estão descontentes com a administração desta empresa.

Alguns moradores sentem-se explorados, enquanto outros questionam a importância desse patrimônio cultural, demonstrando o conflito de interesses nas questões patrimoniais entre o poder público e a sociedade civil (Costa, 2000). Nesse processo, empresas turísticas como a Proim-tur e as agências de viagens da capital, que organizam excursões para o turismo cultural na Cidade Velha, têm um papel determinante e apropriam-se dos recursos patrimoniais de Cabo Verde, utilizando-os como produto de consumo cultural para oferecer aos turistas.

A análise do Plano de Gestão 2008-2012 e a vivência, durante alguns dias, na Cidade Velha, permitiu vivenciar a realidade do território e forma de gerir o espaço. Notamos que as intenções do governo são boas, mas tem que ter cautela para a exploração do espaço para o turismo.

O Plano de Gestão, caso seja bem aplicado e gerido, poderá garantir vida longa para a cidade, além de manter viva a cultura e identidade local. Até o momento, apesar dos conflitos e constantes mudanças nos quadros técnicos, as ações estão caminhando para um futuro melhor para os moradores do sítio histórico e, conseqüentemente, para o país.

4.4. Os novos usos do território através do turismo

Desde a sua implantação, a Cidade Velha, revelou, ao longo de sua história, fases de projeção internacional. A riqueza trazida pelo tráfico de escravos, a cultura e sua importância dentro do contexto histórico colonial projetaram, no século XXI, a cidade no mercado turístico nacional e internacional, principalmente após seu reconhecimento na Lista do Patrimônio Mundial.

Cabo Verde tem assistido, nos últimos anos, mudanças não só na concepção arquitetônica e urbanística, mas também no desenvolvimento social e no turismo. A vocação turística da cidade tornou-se evidente, a partir da caracterização de seus principais atrativos monumentais e naturais. Sua importância histórica que, em relação à formação e ao desenvolvimento, ocorrido durante a fase do tráfico de escravos, foi palco de importantes conquistas e derrotas. O rico acervo arquitetônico e o traçado urbano do período colonial, associado à beleza paisagística da região, formam um cenário peculiar. Grande parte da

arquitetura e do traçado urbano, produzido ao longo da história da cidade, encontra-se na sua morfologia, a herança colonial.

A intensa vida religiosa e cultural desenvolvida na cidade desde os primórdios também são importantes atrativos turísticos. As significativas festas religiosas (Santiago, São João, Santo António, São Filipe, Santa Catarina, etc.) que, durante o período colonial, foram proibidas pelo colonizador, hoje se tornaram práticas sociais e através dos rituais e festividades, essas atividades tradicionais, das quais parte da população está intimamente ligada, fazem parte dos vários laços que ligam o sítio e o arquipélago às comunidades e grupos vinculados ao período colonial.

Apesar do rico acervo arquitetônico e urbano e a projeção internacional, conquistada pelo reconhecimento da UNESCO, ainda falta de atrativos culturais na Cidade Velha. No entanto, o atrativo de cunho natural, promove uma diversificação do público composto por turistas estrangeiros que vão à cidade em busca de turismo de aventura e, conseqüentemente, visitam o patrimônio cultural do núcleo. Dentre as modalidades de turismo mais praticadas pelos habitantes do arquipélago na Cidade Velha, destacam-se o turismo cultural, composto por grupos de estudantes nacionais, e o turismo de eventos. Essa última modalidade ocupa uma posição de destaque na demanda turística local que incluem roteiros de visitação ao sítio.

A falta de dados oficiais e a carência de informações confiáveis, relacionadas ao turismo, dificultam a compreensão da evolução do turismo ao longo dos anos, bem como aumentam as dificuldades relacionadas ao planejamento e à gestão da atividade pelo poder público e pela iniciativa privada. É comum encontrar esse tipo de dificuldade em grande parte das cidades em que a atividade turística é significativa para a economia e para a dinâmica social.

Os turistas estrangeiros, que visitam a cidade, vêm em excursão organizada por agência de viagens que são responsáveis pela demanda do turismo local. Os pacotes, destinados ao turismo ecológico, englobam visitas a várias ilhas do arquipélago e os turistas nunca vão à Cidade Velha com o propósito de visitar o sítio histórico. Essa modalidade de viagem determina o tempo de permanência do turista no local, a pouca permanência dos visitantes gera uma baixa taxa de rentabilidade econômica decorrente do turismo para o município. Os guias, que geralmente prestam serviços às agências deixam o grupo de turistas na Praça do Pelourinho e os aguardam no mesmo local. O comércio de rua sobrevive com dificuldade e o lucro proveniente do turismo concentra-se nas mãos dos grandes empresários, geralmente proprietários das agências turísticas estrangeiras ou da

capital do país. Dessa forma, uma pequena parcela do rendimento proveniente desta atividade é revertida para a comunidade e para a preservação do patrimônio.

O turismo, por ser uma atividade de grande importância comercial nos países que possuem um patrimônio diversificado, tem a tendência de crescimento e, automaticamente, favorecer a economia através da cultura. Cabe ao poder público, enquanto gestor e responsável pelas questões políticas, econômicas e sociais, dinamizar o turismo no arquipélago, principalmente na Cidade Velha, divulgando, de maneira expressiva, o rico patrimônio cultural face à crescente globalização.

Visto o turismo ser uma atividade de grande relevância, o desafio está diretamente ligado à estratégia de gestão e valorização dos recursos naturais, históricos, culturais, bem como a estratégia de divulgação externa capaz de interferir no mercado do turismo e dinamizar o investimento interno e externo para explorar as potencialidades turísticas do patrimônio local. Embora esta medida tenha ocorrido muito tarde, visto o patrimônio secular da Cidade Velha, ter passado por um longo período de abandono, ainda é vista de maneira positiva a forma de preservar o que restou.

Após ter recebido o título de patrimônio mundial, muitos esperam utilizar suas casas como meio de rentabilidade econômica, destinando-as ao uso turístico. Apesar da Cidade Velha ser um importante centro turístico, a atividade passa por certos cuidados, de acordo com a situação socioeconômica nacional, pois o país depende de ajuda externa para desenvolver atividades ligadas à preservação.

A economia e a cultura proporcionam novos usos para os edifícios históricos, motivam o turismo e supostamente geram receitas, em outras palavras, o turismo torna-se um atrativo cultural e pode proporcionar muitos transtornos e sérios prejuízos caso não haja um controle na exploração do espaço.

Motta (1987), Choay (2001), Mena (2014) e vários outros autores, alertam para o perigo que esta atividade pode acarretar para os bens patrimoniais e para a comunidade que habita o espaço, dentre elas podemos destacar: a perda da identidade cultural, a mudança do cotidiano local e a degradação dos monumentos.

A Carta do Turismo Cultural também faz um alerta para os efeitos positivos e negativos que o turismo cultural pode causar em sítios históricos e monumentos. Contudo, o governo cabo-verdiano, nos últimos anos, tem se apoiado no turismo para alavancar a economia, pois aposta nessa atividade e entende que é um dos meios mais importantes para o desenvolvimento sustentável. Estima-se que nos últimos cinco anos o turismo no

arquipélago teve um crescimento considerável. Em entrevista ao Jornal on-line Sapo Notícias, o curador da Cidade Velha, Jair Fernandes declarou que:

“Após entrar na rota dos sítios do patrimônio mundial o turismo na Cidade Velha aumentou. Em 2007, portanto, antes da cidade ser classificada, cerca de 1.000 turistas visitaram o sítio. No ano de 2012 constatou a presença de 40.000 turistas aproximadamente. Isso significa um aumento de turistas tanto nacionais como internacionais” (Entrevista concedida ao Jornal on-line Sapo Notícias em 10 de Junho de 2013).

O curador salienta que “o desafio agora é de continuar a promover a Cidade Velha e fazer com que os ganhos deste turismo cultural revertam também para a população local”. Para Jair Fernandes, “os planos só podem ser efetivados se a população local se sentir valorizada”. (Entrevista concedida ao Jornal on-line Sapo Notícias em 10/06/2013)

Entendemos que o uso do patrimônio cultural para a sustentabilidade local é um meio para dar qualidade de vida para as pessoas que habitam o espaço, não para valorizar o turismo muito menos expulsar a comunidade local. Para Vieira (2007) a atividade turística em sítios históricos pode ser uma grande aliada na requalificação das mesmas. No entanto Andreia Moassab aponta que:

“tais projetos buscam conquistar turistas e empresas estrangeiras, de forma que há a homogeneização em um padrão internacional de museificação local, exotizado e distanciado das práticas culturais que constituíram originalmente os espaços e conjuntos arquitetônicos” (MOASSAB, 2013, p.34).

Estudos mostram que o lucro gerado pelo turismo não é totalmente investido no patrimônio. De acordo com o arquiteto equatoriano Fernando Carrión do departamento de estudos políticos de FLACSO, 40% do lucro arrecadado com o turismo cultural não é revertido para o patrimônio ou mesmo para a comunidade local, ele fica a cargo das empresas que gerem o turismo (Carrión, 2014). No entanto, isto não quer dizer que o turismo não deve ser uma atividade realizada em centros históricos. O problema não está na atividade turística e sim no processo de gestão, que ao beneficiar de forma desigual a iniciativa privada, prejudica o desenvolvimento sustentável.

O turismo cultural na Cidade Velha proporciona vantagens e desvantagens.

Vantagens:

. a prática do turismo na Cidade Velha proporciona uma certa movimentação de pessoas que atribui valores ao sítio histórico além de implicar benefícios educativos e financeiros para o país;

. o crescimento intelectual e técnico para que a gestão se converta em um mecanismo de contribuição ao desenvolvimento social.

Desvantagens:

. a visita gera fatores de risco para a preservação do patrimônio;

. a transformação social.

A visita “in loco”, no ano de 2009, enquanto turista, permitiu, conhecer a realidade do sítio histórico. Verificou-se que alguns moradores como a Dona Rosalinda, Dona Edite, Sr. Abel e Francisco, se orgulham de viver naquele pequeno e singelo território. Entretanto, percebemos que, para outros, pouco importava o título de Patrimônio Mundial recebido naquele ano.

O cotidiano dos moradores da cidade se resume em realizar as atividades domésticas no passeio público. Vimos pessoas cozinhando, outras conversavam, alguns tomavam banho, outras lavavam roupas, enquanto as crianças corriam e brincavam nas ruas da cidade, parece que o tempo parou naquele espaço. No entanto, o turismo torna-se uma atividade frequente na cidade. Esta realidade atual pode causar drásticas mudanças afetando, direta ou indiretamente, os modos singelos de vida da população local.

A sensação que temos é que o turismo, mesmo sendo importante fonte de economia para o país, torna-se uma atividade comprometedora. A realidade local e, principalmente, as pessoas e seus modos de viver, é o que atribui vida à cidade e a torna peculiar, sem a presença delas e seus costumes rudimentares, nada terá sentido. O uso do território para fins do turismo deve ter cautela.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura é a base de toda a identidade e desenvolvimento socioeconômico, para tanto, o patrimônio cultural é o testemunho que cada geração recebe e transmite à geração futura. Proteger e gerir o patrimônio cultural, juntamente com a comunidade local, é importante para a qualidade da preservação e torna a relação entre o poder público e privado mais eficaz. Nesse sentido, a gestão do patrimônio cultural é uma necessidade e o único meio para a tomada de decisões, assim como para a efetiva preservação do sítio.

A Cidade Velha é marcada pela concentração dos monumentos e pelo predomínio dos conjuntos de casas estabelecidos nas principais vias de acesso da cidade, cuja atividade comercial e a função residencial, existem desde os primórdios de sua fundação. As marcas do passado, representadas na arquitetura, no traçado urbano e na dinâmica social adaptaram-se, através do tempo, aos interesses e às necessidades da política socioeconômica e cultural. Resistente ao tempo e às constantes dificuldades, a cidade vem sofrendo diversas formas de adaptações funcionais que a insere em novas dinâmicas de uso e apropriação destinada a atender aos agentes sociais que mantêm uma relação material ou simbólica com o local. Certamente, as alterações funcionais ocorridas ao longo do tempo levam a sucessivas adaptações formais, que, no entanto, não chegam a descaracterizar a arquitetura de uma época, nem a depreciar seu valor enquanto bens preservados. É neste pequeno território que se concentra a riqueza histórica e cultural de Cabo Verde, que perdura através do tempo e adquire novos significados na atualidade.

A Cidade Velha era uma cidade sem perspectiva de retomar a sua importância enquanto centro de destaque, no entanto, um grupo de políticos e intelectuais, com o intuito de reforçar a identidade da população cabo-verdiana e recuperar o seu principal centro cultural, colocaram em prática a proposta de revitalizar a área e desenvolver a economia local. Para isso foi elaborado um amplo inventário dos bens culturais e realizadas várias intervenções tanto nas edificações públicas como nas privadas. As transformações nas estruturas arquitetônicas e urbanísticas foram executadas por profissionais renomados que procuraram estabelecer uma relação amigável com os habitantes, evitando os conflitos comuns nesses casos. Procurou-se atender os anseios dos habitantes e envolvê-los no projeto do qual eles são parte integrante.

Ao invés de construir novos edifícios, o Governo de Cabo optou por recuperar os existentes. As adaptações dos antigos monumentos, conjunto de casas e monumentos históricos proporcionam uma mudança funcional na cidade e, com isso, buscou-se recuperar a economia através do turismo cultural e natural. Foi preciso investir em obras de

infraestrutura urbana para atender as necessidades dos residentes e tornar a cidade mais atrativa para o turismo.

A estratégia de desenvolvimento do governo cabo-verdiano, através do turismo, é a esperança do crescimento econômico, no entanto, o lucro gerado pelas atividades turísticas só tem beneficiado uma parcela da comunidade, parte do rendimento proporcionado pelas visitas aos monumentos deveria ser revertida para a manutenção dos edifícios, no entanto, não é o que acontece, ao que tudo indica, a Proim-tur não tem investido na manutenção dos monumentos nem saúdado as dívidas que tem com o Estado, todo o lucro está sendo direcionada à empresa, cuja função é administrar alguns monumentos do sitio histórico e a esplanada.

Quanto aos valores dos ingressos para visitar os monumentos, nem todos os moradores da cidade podem pagar, o que torna o sítio histórico um lugar restrito para a população de baixa renda.

Manter os habitantes na cidade é um fator determinante para o sucesso da gestão do patrimônio cultural. Nesse sentido, as atividades cotidianas e as tradições da cidade são de suma importância para manter a cidade viva. O que difere a revitalização da Cidade Velha de muitos centros históricos é o fato dos residentes não terem sofrido o processo de gentrificação, mas a apropriação dos bens culturais, por parte de investidores estrangeiros, pode tornar-se barreiras e prejudicar a sustentabilidade local.

O consumo turístico não se limita aos atrativos históricos e culturais, ele se estende ao conjunto de equipamentos e serviços voltados para o atendimento da rede hoteleira, dos estabelecimentos comerciais e alimentação, das lojas destinadas ao comércio turístico e os equipamentos institucionais como igrejas, fortaleza, ruínas e os casarios. Contudo, o turismo não deve ser visto apenas pelo valor econômico ou destruição dos bens patrimoniais e sim como um mecanismo de ordem cultural e principalmente educativo. A preservação do sítio não se refere unicamente à intervenção dos bens e não é tarefa exclusiva de especialistas. É um procedimento que requer a participação de diversos atores tanto do setor público e privado, como também da população local.

O processo de preservação tem por objetivo prevenir e diminuir o risco que enfrenta qualquer bem patrimonial, através da implementação de planos estratégicos que consigam proporcionar sua continuidade; de forma a respeitar a dinâmica cultural que sustenta o patrimônio, seja material, imaterial ou natural; a fim de evitar que as ações implementadas não sejam descontextualizadas. Além dos instrumentos legais, a preservação do patrimônio cultural depende da efetiva participação da população, dos grupos e comunidades

envolvidas desde a proteção até a definição das ações de preservação e de planos estratégicos.

Dentro dos planos estratégicos para conservação e reabilitação do patrimônio, elaborados desde os anos 1990, o Plano de Gestão 2008-2012 é a ferramenta que aborda, de maneira mais complexa, o diagnóstico e a gestão da cidade. A estratégia para resgatar e gerir a Cidade Velha foi baseada nos objetivos e propósitos das Cartas e Recomendações internacionais (UNESCO), as quais especificam as estratégias e trajetórias para resgatar o sítio histórico e conservar o patrimônio.

A gestão do patrimônio cultural deve ser dinâmica e adaptar-se às novas realidades, de forma que traga benefícios econômicos e melhore a relação social. Contudo, as ações implantadas para alavancar o desenvolvimento sustentável da Cidade Velha estão longe de se tornar realidade, apesar dos esforços das autoridades locais a gestão ainda é ineficiente necessita de mais empenho e profissionais qualificados.

Como vimos, a maioria do patrimônio cultural em perigo encontra-se no continente africano, é provável que esta situação seja atribuída à má gestão, conflitos de interesses tanto por parte dos atores envolvidos como também por fatores de outras ordens, sobretudo econômica.

A Cidade Velha, até o momento não faz parte da estatística de patrimônio em perigo, mas notamos, ao analisar o plano de gestão e a dinâmica territorial, que os fatores de ordem social e econômico já estão afetando a gestão do patrimônio, pois o sítio não se autossustenta, depende das verbas disponibilizadas pelo Estado ou mesmo da ajuda da União Europeia.

As intervenções e ações de preservação no sítio histórico afetam diretamente a comunidade, causando vários tipos de reações que podem comprometer o desenvolvimento e a implantação de projetos futuros. Consideramos que as iniciativas do governo cabo-verdiano em transformar a Cidade Velha no principal centro cultural do país foram positivas. Nota-se que a comunidade tem se esforçado para proteger os monumentos e suas casas, as quais fazem parte do patrimônio da cidade, assim como seu entorno contra a destruição e mau uso.

Quanto ao impacto negativo, podemos citar a transformação dos monumentos em atrativos turísticos, este fenómeno, em muitos casos, incluindo a Cidade Velha, além de degradar o bem patrimonial, se traduz em utilização de mão de obra barata pelas empresas, sejam elas nacionais ou internacionais, que exploram o atrativo turístico.

Podemos citar ainda, que os próprios nativos são vistos como atração, o que pode trazer constrangimentos para a população local, além de proporcionar mudanças nas rotinas diárias que até então parte são realizadas nas principais ruas do sítio histórico. Outro fator que influencia o impacto negativo, a nosso ver, é a construção da rede hoteleira, erigida na zona de expansão e no próprio centro histórico, que é destinada ao turismo europeu, os nativos raramente tem acesso, cabe a eles trabalhar apenas nos serviços gerais. Acreditamos que os habitantes da cidade deveriam ser os legítimos empresários e os primeiros a usufruir dos benefícios que o sítio histórico oferece.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6.1. Bibliografia Consultada

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BALENO, Ilídio. Pressões externas: reações ao corso e à pirataria. In: SANTOS, Maria Emília Madeira. **História Geral de Cabo Verde**. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Tropical e Científico/Instituto Nacional de Cultura, v. II, 1995, p.157-224.

BARCELLOS, Christiano José de Sena. **Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné**. Lisboa: Tipografia da Academia Real de Ciências de Lisboa, 1899/1990.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BOITO, Camilo. **Os restauradores**. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

OFICIAL de Cabo Verde nº 36 de 5 de Setembro de 1959. I Série.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRÁSIO, António. **Descobrimento, povoamento, evangelização do arquipélago de Cabo Verde**, in Studia, Liboa, Julho, 1962, n. 14, p.49-97.

CABO VERDE. **Plano de gestão 2008-2012 da Cidade Velha - Cabo Verde**: Centro Histórico de Ribeira Grande, 2008.

CABRAL, Renata; LIRA, Flaviana. Estrutura internacional de conservação. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, M.S. **Plano de gestão da conservação urbana**: conceitos e métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, p.59.

CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. **Plano Director Municipal da Ribeira Grande**. Cabo Verde: Câmara Municipal, 2011.

CARREIRA, Antonio. **Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1410-1878)**. Praia: Instituto de Promoção Cultural, 2000.

_____. **Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e rios da Guiné**: séculos XVII e XVIII. Lisboa: Europa-América, 1983.

_____. A Capitania da Ilhas de Cabo Verde: organização civil, eclesiástica e militar séculos XVI – XIX. **Subsídios, Revista de História Econômica e Social**, Lisboa, n. 19, p. 33-76, 1987.

CECI. **Gestão do patrimônio cultural integrado**. Recife: UFPE, 2002.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

CONACULTA. **El ABC patrimonio cultural y turismo**. Ciudad de México: Conaculta, [s.d.]. Disponível em: <http://www.conaculta.gob.mx/turismocultural/documentos/pdf/abc_patrimonio.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2015.

CORREIRA E SILVA, António Leão. **Combates pela história**. Praia: Spleen, 2004.

COSTA, Catarina Alves. **O arquitecto e a Cidade Velha**. Ribeira Grande: Laranja Azul, [2000]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jAuCJEW1-pw>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Site institucional. Lisboa: CPLP, 2008. Disponível em: <<http://www.cplp.org>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

CUENCA, Leyla. **El ABC del patrimonio cultural**. México: Dirección de Cultura, 2005. Disponível em: http://issuu.com/culturaluz/docs/el_abc_del_patrimonio_cultural. Acesso em: 15 jan. 2015.

FERNANDES, José Manuel. **Arquitetura e urbanismo nas Ilhas Atlânticas**: um patrimônio comum dos Açores, Cabo Verde, Canárias e Madeira. Madeira: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996.

FERREIRA, Lúcia T.; ZANCHETI, Silvio M. Monitoramento da gestão da conservação urbana. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, M.S. **Plano de gestão da conservação urbana**: conceitos e métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. p.164.

FREIRE, Veronica. **A experiência caboverdiana no domínio do patrimônio**. Porto: Especial, 1993

HERNANDEZ, Leila Leite. **Os Filhos da Terra do Sol – a formação do Estado-nação em Cabo Verde**. São Paulo: Selo Negro, 2002.

INE. **Projeções demográfica de Cabo Verde**. Praia: INE, 2012. Disponível em: <<http://www.ine.cv/actualise/publicacao/files/615430153152013Retro-Projeccao%202000-2010%20e%20Projeccoes%20Demograficas%20%20CABO%20VERDE%202010-2030.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

IPHAN (Brasil). **Cartas patrimoniais**. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

JACQUES, Paola B. **Patrimônio cultural urbano**: espetáculo contemporâneo? Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/37933581/Patrimonio-Cultural-Urbano>>. Acesso em: 22 set. 2013.

LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvia Mendes. **Plano de gestão da conservação urbana**: conceitos e métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História & memória**. 7. ed. São Paulo: Unicamp, 2013.

LE MOS, Carlos A.C. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos. 1979.

LIMA, Evelyn F. W. Configurações urbanas cenográficas e o fenômeno da “gentrificação”. **Revista Arquitextos**, n. 4, 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.046/601>>. Acesso em: 19 out. 2013.

MENA, Fernando Carrión. ¿Cómo gestionar el patrimonio? Los desafíos del gobierno local para capitalizar intereses. **Revista Mercado&Empresas**. n. 57, p. 36-49, 2009. Disponível em: <http://works.bepress.com/fernando_carrión/354>. Acesso em: 15 dez. 2014.

MOASSAB, Andreia. O patrimônio arquitetônico no século XXI: para além da preservação uníssona e do fetiche do objeto. **Revista Digital do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História**, [s.l.], Universidade Federal da Integração Latino-Americana-UNILA.

Disponível

em:

<http://www.academia.edu/4307814/O_Patrim%C3%B4nio_Arquitet%C3%B4nico_no_S%C3%A9culo_XXI_para_al%C3%A9m_da_preserva%C3%A7%C3%A3o_un%C3%ADssona_e_do_fetichismo_do_objeto>. Acesso em: 15 nov. 2014.

MORA, Luis de la. A gestão da conservação do patrimônio e seus instrumentos. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, M.S. **Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. p.115.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22. Rio de Janeiro, 1987.

PEREIRA, Marilene. Em busca da história perdida. **Revista Fragata**, Praia, n. 1, 2004.

PEREIRA, Daniel A. **A importância histórica da Cidade Velha**. Praia: Alfa Comunicações, 2004.

_____. **Marcos cronológicos da Cidade Velha**. Lisboa: Caminho, 1988.

PONTUAL, Virgínia. Plano de gestão da conservação integrada. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, M.S. **Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. p.90.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana no Brasil 1500/1720**. 2. ed. São Paulo: Pini, 2000.

_____. **O quadro da arquitetura no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. Notas sobre o urbanismo no Brasil: Período Colonial. **Cadernos de Pesquisas do LAP**, n. 8, 1995.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. Lisboa: Cosmos, 1977.

SANTOS, M. E. M.; CABRAL, I. O Nascer de uma sociedade através do Morador-Armador. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira. (Org.) **História Geral de Cabo Verde**. v. I, Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001. p. 371-446.

SANTOS, M. E. M.; TORRÃO, M.M.; SOARES, M.J. **História concisa de Cabo Verde**. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2007.

SANTOS, Milton. Da cultura à indústria cultural. **FolhaOnline**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc>>. Acesso em 21 de novembro de 2012.

SANTOS, Flávia L. G. Cidade Velha, Patrimônio Mundial e medidas arquitectônicas. Praia: Revista de estudos cabo verdianos n. 4. 2012, p.41-58.

SCOCUGLIA, Jovanka B. C. **Revitalização urbana e (re)invenção do centro histórico de João Pessoa (1987-2002)**. João Pessoa: Universitária, 2004.

SILVA, A. C. **Espaços urbanos de Cabo Verde: o tempo das cidades-Porto**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

TEIXEIRA, Manuel, Margaria Vall. **O Urbanismo português: séculos XII-XVIII**. Portugal-Brasil. Lisboa: Horizonte, 1999.

TEIXEIRA, Manuel. **A história urbana em Portugal: desenvolvimentos recentes**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1993.

_____. **Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira**. In: COLÓQUIO A CONSTRUÇÃO DO BRASIL URBANO, Lisboa: Convento da Arrábida, 2000.

_____. **Forma da Cidade de Origem Portuguesa**. São Paulo: UNESP, 2012.

TRENTIN, Patricia. O patrimônio cultural edificado e sua gestão. A preservação e conservação do patrimônio histórico na cidade moderna. **Drops**, São Paulo, ano 06, n. 012.05, Vitruvius, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/06.012/1660>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

UNESCO. Proposition d'inscription sur la liste du patrimoine mondial. **Cidade Velha, Centre historique de Ribeira Grande**. Cap-Vert, 2008.

VIEIRA, Natália M. **Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas**. Recife: Universitária UFPE, 2007.

6.2. Teses e Dissertações

COSTA, Everaldo Batista. **A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial: o caso de Diamantina (MG)**. 281 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) São Paulo, 2009.

MARTINS, António Fernandes. **Legislação sobre a defesa do património em Cabo Verde (1975-2005)**. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas). Universidade de Cabo Verde, Praia, 2011.

PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos. **Da cidade da Ribeira Grande a Cidade Velha de Cabo Verde: análise histórico-formal do espaço urbano (séc.XV – séc. XVIII)**. 221 f. Dissertação (Mestrado em Desenho Urbano). ISCTE, Lisboa, 1999

RAMOS, Rita de Cássia Silva. **Patrimônio e memória: estudo de caso - Ilha de Santiago - Cabo Verde**. 113 f. Dissertação (Mestrado em Arte e Patrimônio e Teoria do Restauro). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009

6.3. Sites

ÁFRICA 21 DIGITAL. Cidade Velha em risco de perder classificação de património mundial. Disponível em: <<http://www.africa21digital.com/culturas/ver/20039505-cidade-velha-em-risco-de-perder-classificacao-de-patrimonio-mundial>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Site institucional. Lisboa. Disponível em <<http://www2.iict.pt/?idc=100&idl=1>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE SANTIAGO. Site institucional. Santiago. Disponível em: <<http://www.ams.cv/index.php/planos-urbanisticos/viewcategory/65>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA. Site institucional. Praia. Disponível em: <<http://www.cmpraia.cv>>. Acesso em: 20 out. 2014.

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DO ATLÂNTICO. Site institucional. Madeira. Disponível em: <<http://ceha.gov-madeira.pt/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CIDADE VELHA: O desafio continua. A Semana. Disponível em: <<http://asemana.sapo.cv/spip.php?article100996&ak=1>>. Acesso em: 19 out. 2014.

CIDADE VELHA VIRTUAL. Site institucional. Ribeira Grande. Disponível em: <<http://www.cidadevelha.gov.cv>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Site institucional, Disponível em: <<http://www.cplp.org>>. Acesso em: 01 out. 2014.

CURADORIA CIDADE VELHA. Site institucional. Ribeira Grande. Disponível em: <<http://curadoriacidadevelha.cv/index.php?lang=pt>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

DGPC. Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico. Amsterdão: DPGC, 1975. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2014.

GOVERNO DE CABO VERDE. Site institucional. Cabo Verde. Disponível em: <<http://www.governo.cv>>. Acesso em: 18 out. 2014.

ICOMOS. Carta de Burra. Austrália. Disponível em: <<http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Site institucional. Praia. Disponível em: <<http://www.ine.cv>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

IPHAN (Brasil). Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=271>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

WHC. Site do World Heritage Centre da Unesco. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.